

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 10 – Nº 28
Janeiro/Abril – 2004**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 10, Nº 28, (jan./abr.2004) – Rio de Janeiro: CiFE-FiL. 148 p.

Quadrimestral

ISSN 1413-6457

1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.

I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Lingüística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: pereira@uerj.br e www.filologia.org.br

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretor:	Prof. Me. Vito César de Oliveira Manzolillo
Primeiro Secretário:	Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez
Segundo Secretário:	Prof. Dr. Ruy Magalhães de Araujo
Diretor da Revista Philologus	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor da Revista Philologus	Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Rosalvo do Valle
Flavia da Silva Pires	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, edição e editoração: José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

A ESTRUTURA FRASAL E A PONTUAÇÃO NAS HISTÓRIAS EM QUADRI- NHOS – <i>Maria Luci de Mesquita Prestes</i>	7
A IMPORTÂNCIA DE UM MESTRE NA MINHA FORMAÇÃO DE PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: HOMENAGEM A GLADSTONE CHAVES DE MELO - <i>Carlos Eduardo Falcão Uchôa</i>	36
A PRODUÇÃO DO TEXTO NARRATIVO NA ESCOLA: INFLUÊNCIAS DA ORALIDADE OU MODALIDADE SINTÁTICA? – <i>Alexandre José P. C. de Assis Jácome e Nataniel dos Santos Gomes</i>	44
A TEORIA GRAMATICAL NA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES OBLÍQUOS ÁTONOS – <i>Luci Mary Melo Leon</i>	50
ANTONÍMIA: A DIALÉTICA ENTRE OS CONTRÁRIOS E OS CONTRADITÓRIOS – <i>Maria Aparecida Barbosa</i>	58
DO LEXEMA E TERMOS AFINS NA TERMINOLOGIA GRAMATICAL – <i>Paulo Mosânio Teixeira Duarte</i>	73
INDEXAÇÃO DAS REVISTAS BRASILEIRAS DE FILOGOLOGIA: O JORNAL DE FILOGOLOGIA – <i>Leonor Lopes Fávero e Márcia A G Molina</i>	93
O REGGAE LUDOVICENSE: UMA LEITURA DO SEU SISTEMA LÉXICO- SEMÂNTICO – <i>Elaine Peixoto Araújo</i>	102
RELAÇÕES DIALÉTICAS SUBJACENTES À SIGNIFICAÇÃO – <i>Cidmar Teo- doro Pais</i>	121

RESENHAS

ESTRANGEIRISMOS E PALAVRAS ESTRANGEIRAS – <i>José Pereira da Silva</i>	142
ETIMOLOGIA BEM-HUMORADAS – <i>José Pereira da Silva</i>	145
INSTRUÇÕES EDITORIAL	148

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o vigésimo oitavo número de sua *Revista Philologus*, com nove artigos e duas resenhas.

Publicaram neste número os seguintes autores: Alexandre José P. C. de Assis Jácome (44-49), Carlos Eduardo Falcão Uchôa (36-43), Cidmar Teodoro Pais (121-141), Elaine Peixoto Araújo (102-120), José Pereira da Silva (142-147), Leonor Lopes Fávero (93-101), Luci Mary Melo Leon (50-57), Márcia A G Molina (93-101), Maria Aparecida Barbosa (58-72), Maria Luci de Mesquita Prestes (7-35), Nataniel dos Santos Gomes (44-49) e Paulo Mosânio Teixeira Duarte (73-92), tendo havido necessidade de deixarmos deste número alguns artigos submetidos por falta de espaço, visto que a Diretoria de Publicações do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos decidiu que, a partir deste número, cada volume terá de variar entre 120 e 150 páginas para conter um pouco as despesas porque alguns associados vem deixando sistematicamente de cumprir suas obrigações financeiras, repassando para nós as suas dificuldades.

A aparente redução do número de artigos resultou também da extensão da maioria dos artigos aqui publicados, que ultrapassou bastante a média dos números anteriores.

As duas resenhas são dedicadas a obras de lexicografia e lexicologia, apresentando dois trabalhos recentemente publicados e de natureza extremamente diferenciados: o primeiro, bastante técnico e póstumo, é uma homenagem a um de nossos maiores etimologistas, e o segundo resulta-se leve e sem pretensões com a ciência lexicográfica e lexicológica, mas de grande interesse para os profissionais de letras.

Agora, no décimo ano do CiFEFiL e da *Revista Philologus*, juntemo-nos aos seus Diretores: Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva e Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques para fazê-la tornar-se um periódico de melhor qualidade gráfica, com o apoio que merece ter das empresas ou das agências de fomento.

Como o nosso objetivo é divulgar os estudos filológicos e lin-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

güísticos, poderemos distribuir a revista gratuitamente a todas as bibliotecas de cursos superiores de letras das universidades públicas brasileiras e para as particulares que a solicitarem.

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas positivas e honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Para o próximo número já estão programados os artigos de Amós Coêlho da Silva, Bruno Fregni Bassetto, Eduardo de Almeida Navarro, José Pereira da Silva, Kilpatrick M. B. Campelo, Paulo José Benício, Paulo Mosânio Teixeira Duarte e de Ruy Magalhães de Araujo, apesar de ainda estarmos recebendo contribuições que poderão sair nesse número 29 ou no próximo, pois estamos aguardando os artigos resultantes das conferências proferidas no III Encontro Nacional com a Filologia, entre os quais, alguns que seguramente serão publicados, como o de Horácio França Rolim de Freitas (do qual já tenho uma cópia impressa) e o de Marilza Mencialha de Souza, além de outros prometidos.

Rio de Janeiro, abril de 2004.

José Pereira da Silva

A ESTRUTURA FRASAL E A PONTUAÇÃO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS¹

Maria Luci de Mesquita Prestes (FAPA)

RESUMO

Neste artigo, pretendemos mostrar como estão sendo utilizadas a estrutura frasal e a pontuação em histórias em quadrinhos publicadas atualmente no Brasil.

Palavras-chave: estrutura frasal, pontuação, histórias em quadrinhos.

INTRODUÇÃO

Em manuais de redação, costumam-se encontrar aspectos concernentes à estrutura de frases e à pontuação – com relação a este segundo aspecto, também em gramáticas –, os quais se enquadram em padrões, poder-se-ia dizer, ainda bastante clássicos, respeitando uma série de requisitos ditados por aquilo que se considera a norma culta. Contudo, se formos observar em textos de diversas tipologias e gêneros, vamos perceber usos que nem sempre se enquadram nesses padrões, mas que são aceitos como adequados nos contextos em que se inserem. Esse aspecto nos tem chamado a atenção e vem sendo objeto de alguns de nossos estudos. Neste artigo, pretendemos mostrar os resultados de um desses estudos: uma pesquisa que empreendemos no sentido de verificar como se estão comportando, na atualidade, em histórias em quadrinhos publicadas no Brasil, a estrutura frasal e a pontuação.

A FRASE

De acordo com Vilela (1995, p. 229), a frase representa, “numa ‘proposição’, um dado estado de coisas e ocorre num texto transformada em enunciado ou em parte de um enunciado”, que é visto pelo autor como “unidade de comunicação integrada num acontecimento comunicativo concreto realizado por um falante ou escrevente.”

¹ Trabalho apresentado no VII Congresso Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, em agosto de 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Segundo Vilela (1995, p. 230), o conceito de frase pode ser visto sob diversas perspectivas:

- a) sob a perspectiva lógica, ela é entendida como um “juízo”;
- b) sob a perspectiva psicológica, como a expressão da representação conceitual realizada pelo falante com o objetivo de produzir a mesma representação junto ao ouvinte;
- c) sob a perspectiva comunicativa, como um enunciado fechado formal e conteudisticamente, como uma parte do discurso;
- d) sob a perspectiva formal e fônica, como uma seqüência entre dois intervalos fônicos, a menor unidade discursiva, a unidade discursiva autônoma relativamente ao texto, não só no aspecto conteudístico como no estrutural – inclusive entonacional;
- e) sob a perspectiva estrutural e gramatical, como uma unidade construída conforme determinadas regras: a binaridade frásica (sujeito e predicado) e a “predicatividade actual”, “realizada pelos elementos frásicos que compõem a relação predicativa por meio do sujeito e predicado”.

Conforme Greimas e Courtés (1983, p. 196),

Tradicionalmente, define-se a frase como uma unidade da cadeia sintagmática, caracterizada, semanticamente, pela autonomia relativa de sua significação e, foneticamente, pela presença de demarcadores de natureza prosódica (pausas e fraseados de modulação, maiúsculas e sinais de pontuação). É claro que a definição semântica é intuitiva (uma frase pode comportar várias unidades de sentido, várias proposições) e que os critérios fonéticos continuam incertos. As duas abordagens, com efeito, deixam de especificar a frase por aquilo que ela é: uma unidade sintática.

Garcia (1992, p. 6) assim conceitua frase: “é todo enunciado suficiente por si mesmo para estabelecer comunicação.”

Conforme Garcia (1992, p. 9-11), para ser inteligível, não basta que a frase seja gramatical. Ela precisa também preencher outros requisitos, ou seja, que:

- a) exclua duplicidade de informação;
- b) exclua tautologias modificadoras de significado;
- c) exclua incongruências:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- contradição lógica literal,
 - impropriedade ou ausência de partículas ou locuções de transição entre os segmentos de uma frase,
 - omissão de idéias de transição lógica,
 - subversão na ordem das idéias;
- d) revele conformidade com a experiência geral de uma dada comunidade cultural;
- e) constitua um enunciado que, no plano denotativo, encerre um mínimo de probabilidade;
- f) seja estruturada de tal forma que não exija a remanipulação dos seus componentes para se tornar inteligível.

Em geral, quanto ao tipo, costuma-se classificar as frases em declarativas, interrogativas, exclamativas e imperativas.

- a) as *frases declarativas* são aquelas em que se constata algo;
Ex. : Ele já chegou.
- b) as *frases interrogativas* são aquelas em que se faz uma pergunta direta;
Ex.: Ele já chegou?
- c) as *frases imperativas* são aquelas em que se dá uma ordem ou se faz uma solicitação;
Ex.: Chegue logo!
- d) as *frases exclamativas* são aquelas em que se exterioriza um estado afetivo.
Ex.: Ele já chegou!

Garcia (1992, p. 12-16) fala ainda em frases de situação e frases nominais.

As *frases de situação* são aquelas em que o sujeito e/ou o predicado ficam subentendidos, sendo integralizados apenas mentalmente, através do contexto ou da situação em que se encontram, conforme demonstram os exemplos a seguir, retirados de Garcia (1992, p. 12).

Fogo!
Uma esmolinha, pelo amor de Deus!
Que bom!
Psiu!
Joaquim!
Bom dia!
Quem? (Em pedido de esclarecimento a “Ele chegou.”)

As *frases nominais* também prescindem de verbo, sendo constituídas apenas por nomes, sendo o verbo elíptico.

Ex.: A cama de ferro, a colcha branca, o travesseiro com fronha de morim. O lavatório esmaltado, a bacia e o jarro. Uma mesa de pau, uma cadeira de pau, o tinteiro niquelado, papéis, uma caneta. Quadros nas paredes. (E. Veríssimo) (GARCIA, 1992, p. 13).

Em geral, outros autores costumam considerar os dois tipos de frases apenas como nominais.

Quanto ao estilo, para Garcia (1992, p. 103-128), há sete tipos de frases, conforme exemplifica o próprio autor:

a) *frase de arrastão*, em que as orações se enfileiram na ordem de sucessão dos fatos, enunciados sem coesão íntima claramente expressa;

Ex.: Então, desisti de esperar e resolvi telefonar. Mas aí chegou o porteiro. Então, ele abriu a porta e eu entrei. Mas o elevador estava parado. Então, subi pelas escadas. Aí cheguei ao quarto andar. Mas não havia ninguém em casa. Então, escrevi um bilhetinho e botei por baixo da porta. Mas aí chegou a empregada. Então, eu perguntei a ela: D. Maria está? Aí ela respondeu: Não está, não senhor.

b) *frase entrecortada*, que é breve e predominantemente coordenada;

Ex.: Passou o dia estirado em um quarto de hotel. E a noite veio e foi... Ficou até meio-dia na cama alva e desconhecida. Fazia um calor de porto sul-americano. Levantou-se, vestiu-se com dificuldade, tomou o trem das duas horas, de regresso. (Oswald de Andrade)

c) *frase de ladainha*, que é uma variante da frase de arrastão, em que há uma sucessão de orações coordenadas por **e**;

Ex.: E ele encarará contra as ilhas, e tomará muitas delas; e fará deter o autor do seu opróbrio e o se opróbrio virá a cair sobre ele. (Dan. 11, 18)

d) *frase labiríntica ou centopéica*, que é cheia de conetivos, interpolações e incidências, tornando-se prolixa e cansativa;

Ex.: Hoje, quando no seio de uma família numerosa há um jovem que, por falta de certa vivacidade de espírito e de outros predicados naturais, ou dos que se adquirem pelo esforço e pelo trabalho, não pode granjear os meios de subsistência, e menos ainda de obter qualquer colocação saliente, ou um ancião, vencido na vida, para quem a fortuna foi descarável madrastra nas profissões que tentou, sem disposição alguma para o exercício de qualquer mister conhecido e lícito; dá-se não raro uma espontânea conspiração entre os conjuntos por parentescos de um ou de outro, os políticos militantes e os detentores do poder, para elevar o inclassificável às várias posições políticas, então, com o mais bem-aventurado júbilo dos chefes das agremiações assim enriquecidos, esse vai ser o legislador, esse vai ser o estadista. (Pedro Lessa)

e) *frase fragmentária*, em que as orações que compõem o período não encerram um pensamento completo. Essa fragmentação, de acordo com Garcia (1992, p. 116), pode ser intencional ou “resultado de uma estrutura verbal malograda, frustrada nos seus intentos por causa de falhas palpáveis ou de vícios de raciocínio.” Períodos assim construídos, conforme o autor, “quando intencionais e praticados com habilidade, constituem virtudes estilísticas; quando resultam de incúria ou ignorância, tornam-se vícios lastimáveis”;

Ex.: O povo carioca pode gabar-se dos seus quatrocentos anos de vida. Vida bem vivida. Tendo por prêmio a natureza e o clima ameno. (Redação de aluno.)

f) *frase caótica*, que é feita conforme o fluxo da consciência, resultando em monólogo interior ou solilóquio;

Ex.: Mas danoção era outra coisa muito diferente danoção era raiva de cão danado na alma da gente danoção era ódio de Deus vontade de morder e de estraçalhar Deus como se fosse possível era enterrar as unhas e rasgar de ponta a ponta o céu de modo que à noite se pudesse ver o listrão de sangue latejando entre as estrelas e de dia a ferida se abrisse ao sol para que o danado tentasse entrar para estraçalhar Deus um verdadeiro horror. (Antônio Callado)

g) *frases parentéticas ou intercaladas*, em que, como uma espécie de segundo plano do raciocínio, orações são intercaladas por justaposição.

Ex.: Titia disse lá em casa que D. Cláudia contara em segredo (não diga nada) que seu pai vai ser nomeado presidente da província. (Machado de Assis)

Você há de compreender, espero, que não tive intenção de ofendê-lo.

Conforme Câmara Júnior (1986, p. 69), os períodos – que são

frases simples ou complexas, curtas ou longas que se separam de outras pelo ponto – contêm,

em princípio, um pensamento completo, isto é, um pensamento que, relacionando-se embora a outros anteriores e prolongando-se ou ampliando-se em outros seguintes, é, não obstante, suficiente por si mesmo para “formar sentido” de maneira satisfatória.

Essa idéia de unidade de pensamento se encontra também em autores como Díaz (1999), Garcia (1992), Melo (1976), Shaw (s.d.).

Segundo Câmara Júnior (1986), a formulação verbal pode ser feita com períodos simples e curtos – tendência predominante na linguagem moderna – ou com períodos longos e compostos – tendência predominante nos grandes escritores latinos, imitados pelos autores portugueses clássicos (séculos XVI e XVII) e por alguns outros autores mais recentes.

Na opinião de Melo (1976, p. 136),

O período curto, nomeadamente o de estrutura coordenativa, é muito mais fácil de elaborar e de ser entendido, traduz o pensamento nascente, dispensa a arquitetura de um raciocínio elaborado e encadeado.

Hoje, dá-se-lhe preferência, adequado que ele é ao atual espírito pragmático, inimigo do esforço, dissipado, desligado de compromissos [sic], empirista.

De acordo com Monteiro (1991, p. 50, grifo nosso),

Fatores lógicos psicológicos ou mesmo fisiológicos intervêm no relacionamento e na extensão dos períodos e parágrafos. Além desses fatores, os traços definidores de um estilo de época fazem que os textos sofram variações nesse ponto. Um discurso barroco, por exemplo, se caracteriza pela assimetria, vale dizer, os enunciados se dispõem num esquema contrastivo; períodos longos x períodos curtos. O clássico, diversamente prima pela simetria, pelo senso de proporção. Na época atual, há uma tendência à frase curta, que sintoniza com nossa existência dinâmica, nervosa e febril.

Separar os pensamentos mais ou menos conjugados em períodos curtos, de acordo com Câmara Júnior (1986, p. 71), traz a vantagem de apresentá-los de modo gradual à compreensão, podendo o leitor fazer a consolidação do que lê na pausa entre os períodos. Sendo o período longo e complexo, faz-se necessário um trabalho de análise do conjunto; análise essa que exige tensão mental e leva ao cansaço. Já “os períodos curtos vão oferecendo por si mesmos essa

análise, e a compreensão se faz com menos esforço.”

Salienta o autor que a boa formulação das frases depende bastante da capacidade de :

a) decompor um período composto nas suas orações simples, de par com a decomposição do pensamento complexo que aí se consubstancia (separação e classificação das orações);

b) decompor uma oração nos elementos verbais que racionalmente a constituem (análise da oração). (CÂMARA JÚNIOR, 1986, p. 74-75.)

Como se pode perceber, ele privilegia o caráter sintático.

A PONTUAÇÃO

Conforme Passos (1967, p. 15), o objetivo da pontuação é dar ao leitor, imediatamente, a ordem lógica do pensamento. Essa relação da pontuação com a expressão do pensamento também é encontrada em Carter e Nash (1995), Jones (1993), Monteiro (1991) e Shaw (s.d.).

Sem a pontuação, o leitor teria que ler e reler mais uma vez a frase para compreender seu sentido (PASSOS, 1967). Nesse aspecto, há uma aproximação com o que comprova Smith (1993, p. 81): os sinais de pontuação têm a tarefa de orientar o leitor, e “essa função de indicadora de leituras é compatível com um princípio de cooperação, pelo qual escritor e leitor compartilham ativamente a tarefa de construir significados.” Reforça Costa (1994, p. 8) que “a pontuação é um dos elementos que contribui para a coesão das idéias, para a garantia de uma intencionalidade do autor e para a orientação do leitor”.

Costa (1994, p. 20) vê na pontuação atual um produto de três tradições distintas: a retórica, a gramatical e a tipográfica:

A tradição retórica, influenciada pela utilização da linguagem na oratória, preocupa-se primeiramente com o som e a ênfase. Por isso, é difícil nesta corrente a enunciação de regras simples para pontuar. A tradição gramatical toma como ponto de referência a estrutura frásica. Partindo de algo mais definido que a tradição anterior, esta tradição contribui para a elaboração de regras gerais. A tradição tipográfica resulta de um esforço conjunto entre o autor e o editor e tem em conta o produto final na página escrita.

Conforme a autora (COSTA, 1994, p. 20), alterações de re-

gras de pontuação não se constituem em um fenômeno unilateral. Tais alterações são parte de um processo paralelo a modificações na estrutura frasal. Assim, o estudo da sintaxe a partir da década de 1950 contribuiu para uma maior formalização da estrutura da frase. A década de 1970, com os estudos do texto, gerou a possibilidade de sistematizar o estudo da pontuação de acordo com regras de texto, de parágrafo, de frase e de palavra. Diz Allen (2002, p. 8, tradução nossa): “A pontuação tem um único e prático propósito: tornar a escrita clara e fácil de entender.” Essa clareza está relacionada tanto à estrutura quanto ao significado das sentenças (MERRIAM-WEBSTER’S, 2001, p. 1).

Chacon (1998), embora acreditando que a atuação da pontuação aconteça de modo simultâneo em várias dimensões da linguagem, trata, em sua obra, para facilitar sua exposição, da pontuação nas seguintes dimensões: fônica, sintática, textual e enunciativa. Considerando a dimensão fônica, salienta-se o papel da pontuação de assinalar pausas e de delimitar contornos entonacionais. Na dimensão sintática, a pontuação é vista como o conjunto dos sinais gráficos – chamados por alguns autores de notações sintáticas ou lógicas, pois, sobretudo na tradição gramatical, a sintaxe está na base da própria caracterização da pontuação – que têm como finalidade discriminar os diversos elementos sintáticos da frase. Na dimensão textual, remete-se a aspectos gerais da organização textual e de sua pontuação, mas o autor destaca entre esses aspectos a topicalização e a coesão. Levando em conta a dimensão enunciativa, os sinais de pontuação são considerados marcas enunciativas do processo de escrita e da atividade do escritor de organizar seu texto e, ao mesmo tempo, mostrar-se como sujeito do que escreveu.

Seguindo a tradição gramatical, vamos encontrar, em outros autores, uma ênfase na questão sintática. Passos (1967) salienta a excelente colaboração das análises léxica e sintática para a pontuação. De acordo com Bas et al. (2001, p. 103), a sintaxe é o nível da gramática em que combinações de palavras formam, ou não, orações inteligíveis em uma língua. E é a pontuação que sustenta essa ordem e essa relação entre construções. Assim, a pontuação constitui-se em uma marca que colabora com o leitor na discriminação das relações e das hierarquias estabelecidas pelo escritor entre os elementos das orações e entre elas.

Conforme Beltrão e Beltrão (1989, p. 9),

Hoje a pontuação é orientada:

- a) por razões sintáticas tradicionais, fundamentais;
- b) por impulsos subjetivos, sendo difícil estabelecer regras para esses motivos [...];
- c) por recomendação ou exigência da redação técnica, até certo ponto apenas sofisticação da redação profissional, mas responsável pelo maior número de inovações ou alterações.

Conforme Costa (1994, p. 9), o uso irregular da pontuação pode mostrar as duas faces de uma moeda: a não observância das regras de pontuação pode expor a mal-entendidos e arriscar a integridade do texto, mas também pode produzir efeitos que demonstram criatividade de valor artístico. Essa criatividade e o experimentalismo deliberado é que, segundo a autora (COSTA, 1994, p. 33), distinguem, por exemplo, um texto literário de um não-literário.

Costa (1994, p. 34) reforça que a pontuação vai depender do tipo de texto.

Além dos sinais de pontuação que normalmente encontramos em qualquer material que trate sobre o assunto (ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, dois pontos, ponto e vírgula, reticências, travessão, barra, parênteses, colchetes, aspas, apóstrofo, hífen), Allen (2002) traz o uso de maiúscula inicial. Costa (1994) e Shaw (s.d.) trazem ainda o parágrafo, o itálico ou o sublinhado. Nogueira (1989, p. 68) também o faz, acrescentando ao itálico e ao sublinhado o negrito como sinal de pontuação.

Neste trabalho, interessam-nos em especial, sinais de pontuação final: o próprio ponto final, o de exclamação, o de interrogação e as reticências.

O ponto final

Quanto ao ponto final, geralmente, o que se encontra nos materiais pesquisados que tratam especificamente de aspectos relativos à pontuação se restringe a seu papel de delimitar o final de uma frase que não seja exclamativa ou interrogativa. Pequena observação quanto ao uso em estruturas fragmentadas aparece em Mandryk e Faraco (1988, p. 326, grifo dos autores):

Fecha-se ainda com *ponto* uma seqüência de tópicos, características ou fatos que se quer realçar.

Exemplo [...]:

O maior escândalo financeiro da história do País. Quatro edições esgotadas em dez dias. A narração do desvio e mal-versação de significativos valores pela Centralsul e BNCC. (Da promoção de um livro).

Exemplo [...]:

Anos 70. O sonho acabou. Copa do Mundo. Brasil, tricampeão de futebol. Milagre. Transamazônica. Presidente de rádio de pilha no ouvido. Nos porões, o terror. O país mergulha numa negra noite. Enquanto isso, os meninos dos anos 70 ainda sonham.

Outra pequena observação encontramos em Shaw (s.d.), que recomenda não pontuar sentenças fragmentadas como se fossem unidades completas de pensamento – frases – a menos que elas se apoiem em expressões completas. Para ilustrar isso, o autor apresenta como corretas as sentenças que aparecem por ele grifadas no exemplo a seguir (tradução nossa):

“Quero ir com você.”

“*Tudo bem.*”

“Quando você vai?”

“*Amanhã.*”

Como incorretas ele apresenta as que seguem:

Caminhando tão rápido quanto podia.

Na primeira hora quando ninguém estava acordado.

Em Merriam-Webster’s (2001, p. 40), observa-se que o ponto final também pode marcar o fim de uma sentença-fragmento, que é “um grupo de palavras pontuadas como uma frase, porém sem um sujeito, um predicado ou ambos” (MERRIAM-WEBSTER’S, 2001, p. 340, tradução nossa), conforme se pode verificar nos exemplos a seguir, retirados desse material:

Tantos homens, tantas opiniões.

Improvável. De fato, inconcebível.

Observa Kury (1986, p. 74-75):

Alguns autores modernos, por motivos estilísticos, abusam das orações ou frases nominais, transformam termos da oração, e mesmo orações subordinadas, em períodos, procedimento em princípio desaconselhável em dissertações e ensaio, a não ser que se deseje um reforço enfático:

Os moleques de Dona Genoveva. Dona Genu. Suspiros, alfenins e caramelos. Com as asas de papel, querem voar das cabeças. Tudo limpo, tudo bem feito. A solteirona capricha mais nos alfenins. Bota neles a arte, o extravasamento da solidão. Os dedos. Sensualismo na massa. Amor no branco diminuto das esculturas de gente, bichos e flores. Dá pena quebrar e comer. Antes, o informe das concorrentes. (Mauro Mota, *O pátio vermelho*, 7.)

Allen (2002, p. 57) é o autor que trata um pouquinho mais de possibilidades de uso de ponto final em estruturas frasais fragmentadas, as quais ele chama de sentenças incompletas ou elípticas, observando que são mais comuns na literatura para imprimir efeitos especiais. A seguir, são listados os exemplos citados pelo autor (tradução e grifo nossos):

Segunda, 13 de janeiro, 1986. Victor Wilcox está acordado, em seu quarto escuro, esperando o alarme de seu relógio a quartzo tocar. (David Lodge, no início de *Nice Work*, 1988.)

Eu penso que os negócios são muito simples. *Lucro. Perda.* Pegue as vendas, subtraia os custos, você terá um grande número positivo. (Bill Gates)

Aquele era um café da manhã dos sonhos. *Bacon e ovo e salsicha e feijão e tomates. Tudo fumegando quente. Um porta-torradas com geléia de frutas em potes. E uma grande caneca de chá.*

Estamos aqui em férias. *Para um descanso.* Podemos ficar sem pessoas batendo na janela da cozinha.

O ponto de exclamação

Costa (1994, p. 57) considera o ponto de exclamação como sendo “principalmente sinal de fim de frase” (ou de período ou de frase de situação e de frase nominal), conferindo “à frase um sentido de surpresa, admiração, ou exclamação”, pois sua utilização envolve a manifestação de sentimentos – manifestação essa cuja menção é ponto comum nos outros materiais que encontramos sobre esse sinal de pontuação.

Observa a autora (COSTA, 1994, p. 57) que o ponto de ex-

clamação aparece com mais frequência em transcrições de passagens que contenham diálogos, no discurso direto de textos ficcionais e em poemas. Em textos expositivos formais, segundo ela, deve-se evitar a banalização de seu uso, dando-se preferência a uma expressão mais racionalizada, assentada “na força expressiva das palavras”. Observações semelhantes encontramos em Allen (2002, p. 23) e em Moreno e Guedes (1988, p. 64).

De acordo com Nogueira (1989, p. 65), o ponto de exclamação tem essencialmente “o mesmo valor do ponto final, apenas com a particularidade de imprimir à frase a entonação específica da exclamação, da admiração, do espanto, da surpresa.”

O ponto de exclamação, conforme Allen (2002, p. 23), Beltrão e Beltrão (1989, p. 45), Kury (1986, p. 75-76), Merriam-Webster’s (2001, p. 32-33), Moreno e Guedes (1988, p. 64) e Passos (1967, p. 149-150) pode ser empregado no fim de palavras, expressões ou frases, conforme exemplos a seguir, retirados aleatoriamente dessas obras.

Ai!
Bom!
Ótimo!
Quieto!
Que sol!
Meu Deus!
Olá, negro!
Dito e feito!
Nada, nadador!
Não há alternativa!
O que parece um pôr-do-sol, é uma aurora!
Fomos agravados, ofendidos, humilhados, vilipendiados!
Oh! Quando terminará tudo isto?
Brasileiros! Chegou a hora da integração nacional.
Ai! que difere a paz da guerra dele?
Rapaz! preste mais atenção ao trabalho, sim?

Atentando para os dois últimos exemplos, podemos perceber orientações diferentes quanto ao uso de maiúsculas e de minúsculas após interjeições e vocativos. Com relação a isso, observam Beltrão e Beltrão (1989, p. 45):

Não existe uniformidade de orientação, por parte de escritores e redatores, quanto à escrita com inicial minúscula ou maiúscula após o pon-

to de exclamação. De fato, só depois de exclamações curtas e concisas caberia a letra minúscula.

Quanto a esse aspecto, o que se pode concluir é que, em situações semelhantes a essas dos dois últimos exemplos, o ponto de exclamação não funciona como sinal de pontuação externa, mas de pontuação interna, equivalendo então a uma vírgula nos dois casos ou a dois-pontos no último.

O ponto de interrogação

Em todos os materiais que pesquisamos, aparece como função do ponto de interrogação finalizar interrogações diretas.

São exemplificadas, em geral, situações com períodos interrogativos, como os que são apresentados a seguir, os quais foram recolhidos aleatoriamente desses materiais pesquisados.

Você viu meu avental?
Onde eu poderei colocar a cadeira?
Por acaso vocês pensam que eu, depois de tudo o que fiz, vou desistir do contrato?

Em Merriam-Webster's (2001, p. 42) e em Passos (1976, p. 144-145), encontramos menção ao uso de ponto de interrogação em frases que contêm uma interrogação seguida imediatamente, sem a interposição de um travessão, por uma oração encabeçada por verbo *dicendi*:

Qual foi o motivo? você pode estar perguntando.
Que quer você? perguntou-lhe a velhinha.

Em Beltrão e Beltrão (1989, p. 44) e em Merriam-Webster's (2001, p. 43), há referência ao uso do ponto de interrogação em orações intercaladas:

O Brasil – quem o nega? – está em franco progresso.
Tive umas férias em 1992 (foi realmente há tanto tempo atrás?), mas não tenho tido tempo para isso desde então.

Passos (1967, p. 145) também traz um exemplo de tal situação, só que sem encerrar a intercalada por uma segunda vírgula:

Dizem que a pedra da Gávea, você sabia? foi esculpida pelos assírios.

Beltrão e Beltrão (1989, p. 44) e Passos (1967, p. 146) trazem

também situações em que, após uma pergunta, seguem-se outras, que são uma seqüência dessa pergunta ou respostas a ela e que poderia ser separadas por vírgulas colocando-se um ponto de interrogação apenas no final:

Viajas? Sozinha? De avião?
A felicidade! Em que é que consiste essa ilusão? No amor? Na saúde? Na riqueza? (Guerra Junqueiro)

Beltrão e Beltrão (1989, p. 44) e Passos (1967, p. 145) trazem ainda a possibilidade de, em uma série de perguntas breves e concisas, se houver omissão de resposta ou se forem todas dependentes da primeira, empregar-se ponto de interrogação após cada uma delas, sendo apenas a primeira iniciada por letra maiúscula, e as seguintes, por minúscula, funcionando, portanto, esse sinal também como de pontuação interna – no caso, como vírgulas:

Viajas? sozinha? de avião?
Vais sempre? sozinho? de trem?

As reticências

É consenso no material que pesquisamos que as reticências indicam uma suspensão do pensamento.

Esse pensamento em suspenso pode ser completado pelo leitor, como mostram os exemplos a seguir, constantes, respectivamente, em Beltrão e Beltrão (1989, p. 46) e em Kury (1986, p. 76):

Para bom entendedor...
– Quem sabe? Em 1880, talvez se toque isso, e se conte que Mestre Romão... (Machado de Assis)

Pode também ser completado, em um diálogo, por outro interlocutor, como podemos constatar em exemplo transcrito de Kury (1986, p. 76):

– Apesar disso, a Marocas...
– É verdade, dominou-o. (Machado de Assis)

Essa suspensão pode ainda indicar hesitação, retomando-se depois a continuidade da frase, conforme podemos observar em exemplos colhidos, respectivamente em Kury (1986, p. 76) e em Merriam-Webster's (2001, p. 32, tradução nossa):

– Uma vez no poder, podem facilmente alijar os políticos profissionais... e os coronéis de... de... quero dizer, os coronéis honorários. (Érico Veríssimo)

O orador parecia incerto: “Bem, é verdade... mas mesmo assim... penso que nós podemos fazer melhor.”

No fim de uma frase de sentido completo, as reticências podem assinalar diversas nuances de emotividade, que vão “da confiança à desconfiança, da alegria à tristeza, da delicadeza à cólera, da ironia e do sarcasmo à compreensão solidária ou à cumplicidade tácita, da paciência à impaciência”, emprestando “por vezes à frase uma sugestão de continuidade, ou de estagnação” (KURY, 1986, p. 76), conforme podemos observar pelos quatro exemplos a seguir, coletados os três primeiros em Beltrão e Beltrão (1989, p. 48-49) e o último em Kury (1986, p. 77):

Você entende mesmo do assunto...
Mas já vão longe os dias de paz...
Das promessas dos políticos só eu sei...
Agora estão perdido... (Érico Veríssimo)

O uso cumulativo de sinais de pontuação

Em Allen (2002, p. 74), Beltrão e Beltrão (1989, p. 46) e em Passos (1967, p. 150), são feitas observações quanto ao uso multiplicado de pontos de exclamação – dois ou mais –, o que confere uma ênfase à entonação da frase, conforme podemos constatar pelos exemplos a seguir, colhidos, na ordem, das obras referidas:

Meu Deus, eu estava zangado!!!
Socorro!!
Não, minha senhora!! (Eça de Queiroz)

Na maioria das fontes em que pesquisamos, encontramos observações quanto ao combinado de sinais de pontuação: ponto de exclamação com ponto de interrogação e vice-versa, bem como de um deles ou até dos dois com reticências. Com tais combinações, segundo Kury (1986, p. 77),

é possível sugerir as mais variadas inflexões, seja para indicar simultaneamente a surpresa ou a dúvida contida numa pergunta, seja a expectativa ou a incerteza do interlocutor, seja o prolongamento das entoações interrogativa e exclamativa – entre tantos outros matizes emocionais.

Para ilustrar tais usos, trazemos a seguir alguns exemplos, co-

letados aleatoriamente das fontes consultadas.

Falemos nobremente mal, patrioticamente mal, as línguas dos outros!... (Eça de Queiroz)

Pode-se realmente afirmar que a história se repete, à exceção dos duelos...!

Então estamos entendidos?... (Aluísio de Azevedo)

Vossorias conhecem aquelas serranias onde Nossa Senhora apareceu a uma pastorinha de gado, que era muda...?! (Aquilino Ribeiro)

– Com Helena?!... Mas logo com Helena?! (Aníbal Machado)

Você está falando sério?!

Você fez o quê!?

AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

De acordo com McLuhan (1996, p. 194), “Tanto os quadinhos como o anúncio pertencem ao mundo do jogo, ao mundo dos modelos das extensões e prolongamentos das situações que se passam em outra parte.”

Segundo Bibe-Luyten (1989), a linguagem dos quadinhos é adequada à nossa era, pois é fluida, apesar de intensa, e transitória, oferecendo um espaço permanente às formas de renovação.

Conforme Quella-Guyot (1994, p. 109), a história em quadinhos ocupa uma posição importante em nosso sistema cultural, situando-se entre as Belas-Artes e as Belas-Letras. Salienta o autor que ela não é um gênero, mas um meio de expressão artística em que é possível abordar vários gêneros já reconhecidos, como de aventura, policial, humorístico, etc. É um meio de expressão que resulta do “cruzamento entre a escrita, a literatura, a arte gráfica, a arte pictórica, arte fotográfica e a arte cinematográfica” (QUELLA-GUYOT, 1994, p. 34).

O elemento lingüístico e a imagem estão em função de complementaridade nas histórias em quadinhos. O elemento lingüístico possui um vasto poder de representação no extenso campo dos conceitos universais, porém o elemento icônico apenas nos traz o simulacro dos objetos físicos e, quando muito, sugestões de movimento e de sucessão. Já a imagem se reveste da enorme riqueza da representação do real com características individuais.

Cagnin (1975, p. 31), ao comentar sobre a acentuada impor-

tância dada atualmente ao visual, em detrimento do verbal, observa que, "ainda que haja um crescimento sempre maior dos meios de comunicação visual, os dois sistemas de mensagem se auxiliam e se completam."

Nessa relação de complementaridade entre palavra e imagens, conforme Cagnin (1975, p. 120), as duas fazem parte de um sintagma superior – no caso, o narrativo. Assim, a palavra é importante tanto nas histórias em quadrinhos quanto no cinema, pois os diálogos não se constituem em simples representação mimética do ato de fala, "mas fazem caminhar a ação, emprestando à imagem os significados que ele não pode ter." E se à palavra cabe conduzir a narrativa, à imagem cabe passar as informações descritivas: personagens, cenários, movimentos. Contudo, embora a palavra tenha essa função preponderante, ela ficou restrita quase que só aos balões, irmanando-se à função essencial da imagem e igualando-se a ela, pois então a palavra não narra, mas representa.

Cagnin (1975, p. 125) salienta o seguinte:

A linguagem é mais custosa na aprendizagem e decodificação que a imagem. Talvez por isto, em nossa época, as narrações ainda lidas sejam as HQ, pois o elemento de maior custo, a escrita, fica limitado estritamente ao diálogo, evitando-se o gasto e o enfado da leitura de imensas descrições verbais de personagens e situações. Estas, em grande parte, são resolvidas com meios mais econômicos, para o leitor, e talvez mais eficazes, as imagens.

Com relação aos aspectos, digamos, mais mecânicos (físicos) da leitura das histórias em quadrinhos, observa Cagnin (1975, p. 53) que ela é feita da esquerda para a direita, numa imitação à ordem natural da seqüência linear do sintagma lingüístico, o que se comprova também nas histórias em quadrinhos japonesas, as quais são lidas da direita para a esquerda, obedecendo ao mesmo critério de leitura do idioma japonês.

Quanto a esses quadrinhos japoneses, os mangás, observamos que as publicações em português desse gênero textual, ao seguirem a ordem de apresentação dos originais em japonês, não facilitam a leitura, pois, em português, embora tenhamos quer ler, nesse tipo de HQ, primeiro o quadrinho ou o balão direito e depois o esquerdo, a leitura do texto continua sendo da esquerda para a direita.

Quanto às formas de apresentação do texto nas histórias em quadrinhos, Cagnin (1975) destaca os balões, as legendas, as onomatopéias e os títulos.

Com relação aos balões, o autor ilustra suas diversas formas e propósitos. Ele também destaca a importância da posição deles no quadrinho, cuja leitura, como já mencionado anteriormente, se faz da esquerda para a direita e de cima para baixo, traduzindo-se em indicação de tempo narrativo.

Cagnin (1975, p. 29) também destaca, quanto ao balão, o seu apêndice, cujos tipos principais são a flecha (fala) e a bolha (pensamento). O balão, ao participar dos dois códigos – o figurativo e o lingüístico –, transforma a escrita em som, e o apêndice transforma a narração em discurso direto, eliminando-se a mediação do narrador – através de frases com verbos *dicendi* – pela observação direta do fato.

Outro elemento narrativo é a legenda, cuja forma de apresentação é variada. Se muito extensa, pode tomar um quadrinho inteiro, embora, normalmente, seja um pequeno fragmento do discurso narrativo, podendo, por isso, ficar em pequena faixa limitada por uma linha paralela a um dos lados do quadrinho. Como nelas entra a voz quase impassível do narrador, que é um elemento externo à ação, seu conteúdo é sempre um texto com caracteres normais, o que nem sempre acontece com os balões, cujos caracteres podem variar, dependendo da situação: pode-se colocar caracteres semelhantes aos das línguas árabe, chinesa ou japonesa, por exemplo, para mostrar a fala do(s) personagem(ns) que as utilizaria(m).

Outro elemento ainda são as onomatopéias, que se ligam diretamente à cena representada, apresentando também um duplo aspecto: analógico (tamanho dos grafemas, volume, tridimensionalidade, formas variadas), participando da montagem da cena, e lingüístico, normalmente só aproveitando a qualidade sonora do grafema representado, o que faz com que variem de língua para língua.

Também é elemento narrativo o título, que marca o início de cada história com um cuidado especial, apresentando um papel importante de ancoragem, ao mesmo tempo que participa da composição icônica do quadrinho, exercendo também uma função figurativa: as letras são muito bem trabalhadas e dispostas em harmonia com

elementos do quadrinho inicial.

Ainda quanto à parte escrita dos quadrinhos, desconhecemos, até o momento, alguma obra que aborde questões linguísticas mais específicas sobre esse aspecto, ao qual pretendemos dar mais atenção no desenvolvimento de nossa pesquisa, procurando preencher um pouco desse vazio. Neste momento, interessa-nos, em especial, analisar a estrutura frasal e a pontuação em tais textos.

ANÁLISE DA ESTRUTURA FRASAL E DA PONTUAÇÃO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Para nossa pesquisa, levantamos um *corpus* de vinte e cinco revistas de histórias em quadrinhos. Na constituição desse *corpus*, seguimos os seguintes critérios: as revistas deveriam ser publicadas, em português, no Brasil, em abril de 2003 – houve casos de revistas sem menção de mês, apenas do ano, as quais também foram aproveitadas. Para tentar uma certa uniformidade na coleta, foram adquiridas todas as revistas disponíveis, no referido período, em uma banca de bairro periférico de Porto Alegre, sendo a escolha da localização decorrente da facilidade de acesso proporcionada à pesquisadora.

Para um melhor discernimento do modo como foram transcritos os exemplos, esclarecemos que as expressões encontradas em balões aparecem em caracteres normais, e as encontradas em legendas, em itálico. As expressões que se encontram em diferentes balões ou legendas, mas dentro de um mesmo quadrinho, aparecem separadas por uma barra; as que estão em quadrinhos diferentes, por duas barras paralelas. As expressões em negrito aparecem conforme se encontram nos originais, pois tal destaque também é considerado um tipo de pontuação.

Na análise pudemos observar os seguintes aspectos:

Revistas da Turma da Mônica:

- a) frases curtas nos balões e nas legendas, podendo ser um pouco mais extensas nestas, mas sempre sem construções intrincadas;
- períodos simples;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Olegário tinha verdadeiro pavor da morte! (Parque da Mônica, n. 124, p. 19)

Ele não é uma gracinha? (Almanaque do Chico Bento, n. 74, p. 40)

Passa a mão pela minha cintura! (Cascão, n. 423, p. 53)

- períodos compostos por subordinação e/ou por coordenação;

Então, foi a bruxa quem parou para pensar, já que adorava festas e não podia perder uma oportunidade daquelas! (Magali, n. 359, p. 18)

Somos pequeninos, mas a nossa picada pode derrubar o mais forte dos homens! (Parque da Mônica, n. 124, p. 6)

Cuida que o filho é teu! (Cebolinha, n. 202, p. 4)

Estava dando o almoço, mas ele não quer comer! (Almanaque do Cebolinha, n. 74, p. 10)

Uma vez, li num livro que esses sinais são coisas de extraterrestres!" (Chico Bento, n.423, p. 5)

Pensou que a gente ia cair no seu velho truque de fingir que está vendo algumas coisa? (Cascão, n. 423, p. 27)

Nós viemos aqui para salvá-la e vamos salvá-la! (Magali, n. 359, p. 16)

- frases relacionadas por justaposição;

Sinto muito, mas hoje não sobrou nada para você! / Vendi toda a mercadoria! Estou até fechando mais cedo! (Cascão, n. 423, p. 37)

Eu e meus amiguinhos nos sentimos em casa aqui! / Mas ouvi dizer que na história de hoje vai ter uns monstros terríveis! (Parque da Mônica, n. 124, p. 3)

- frases fragmentadas (em uma única situação, na qual se foge de um emprego já consagrado, em que seriam consideradas como relacionadas por justaposição);

E se tornou a maior imitadora de personalidades que o mundo já teve! Fazendo imitações que iam desde o Fostão... // ...até o fabuloso Melvis! / Já que podia se transformar em qualquer coisa! (Magali, n. 359, p. 22)

- frases de situação;

Obrigada, seu Juca! (Mônica, n.202, p. 10)

É claro! (Mônica, n.202, p. 34)

Legal! (Mônica, n.202, p. 34)

- frases nominais.

Flores para outra flor! (Cebolinha, n. 202, p. 38)

Eu e minhas idéias! (Magali, n. 359, p. 12)

- b) uso generalizado de ponto de exclamação, inclusive em frases que poderiam ser declarativas (seria uma marca da fala em

“falsete” dos personagens, conforme se pode constatar quando eles aparecem dublados em desenhos animados?);

Estamos usando a sala para uma reunião! (Almanaque do Cebolinha, n.74, p. 24)

Quero retratar um instantâneo do dia-a-dia de vocês! (Mônica, n. 202, p. 32)

Vou fazer um lanche e já volto! (Magali, n. 359, p. 20)

c) frases exclamativas e imperativas marcadas pela multiplicação de pontos de exclamação;

Chega!! É demais para mim!! Só pode ser uruca!! (Mônica, n. 202, p. 19)

É incrível!! Nunca vi nada igual!! (Cascão, n. 423, p. 25)

Vai pegar!! (Mônica, n. 124, p. 56)

Se vira!! (Mônica, n.202, p. 34)

d) uso cumulativo de sinais de pontuação;

Essa é a grande novidade?! (Cascão, n. 423, p. 4)

O quê?!! (Magali, n. 359, p. 37)

Deixa comigo!! (Cebolinha, n. 202, p. 26)

Magali?? (Magali, n. 359, p. 59)

e) uso de ponto de interrogação, em histórias com diálogos escritos, em negrito e em tamanho maior que o utilizado nas seqüências escritas, sozinho, reforçando imagem de semblante que demonstre algum tipo de interrogação;

Chico Bento e Rosinha: Padre!! Descubrimo quem qui levô as prenda!!

Padre: **?** (Chico Bento, n. 423, p. 55)

f) uso, em histórias com seqüências apenas de imagens, de ponto de interrogação ou de exclamação sozinhos, em negrito e em tamanho maior que o utilizado nas seqüências escritas, reforçando imagem de semblante que demonstre algum tipo de interrogação ou de exclamação;

[Cebolinha passa, correndo com patins, por Mônica e atira um buquê de flores para ela]

Mônica: **!** (Cebolinha, n. 202, p. 66)

Caçador seguindo rastros de animais: **?** (Chico Bento, n. 423, p. 22)

g) vocativo seguido imediatamente de ponto de exclamação na grande maioria das ocorrências;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ei, Mônica! O que é uma corrente? (Mônica, n.202, p. 7)

Ô querido! Não fica assim! (Cascão, n. 423, p. 5)

Cebolinha! Eu ouvi a campainha! (Cebolinha, n. 202, p. 6)

h) interjeições seguidas de ponto de exclamação na grande maioria das ocorrências;

Puxa! O Piteco ta mesmo levando a sério esse negócio de ser inventor! (Mônica, n. 202, p. 63)

Epa! Estamos nos afastando demais de casa! (Magali, n. 359, p. 64)

i) reticências utilizadas para:

- marcar suspensões de idéias;

Bom... er... é que... é que... eu estava piscando de casinha com meu **pliminho**... (Cebolinha, n. 202, p. 12)

Quer dizer que vocês... comem cenouras?! (Almanaque do Chico Bento, n. 74, p. 9)

- substituir vírgulas ou dois-pontos;

Este ambiente é demais! Tão mórbido... tão sombrio... tão verdadeiro! (Almanaque do Cebolinha, n. 74, p. 28)

Você é um cara legal... mas acabou, tá? (Mônica, n.202, p. 41)

Rolo... quero lhe apresentar meu namorado! (Mônica, n.202, p. 44)

E conheceu então um terceiro encanto muito maior e muito mais forte que os outros dois... o amor! (Magali, n. 359, p. 18)

- indicar a continuidade da frase em outro balão ou legenda.

É só pegar o barbante... // amarrar no dente dolorido e... (Cebolinha, n. 202, p. 47)

Até que, um belo dia... // não foi convidada para a maior festa que houve no reino! (Magali, n. 359, p. 7)

- marcar a interrupção da fala de um personagem pela fala de outro;

Dona Morte: Você não é o...

Olegário: **Não!!** (Parque da Mônica, n. 124, p. 21)

Mônica: Não?! Ué! Se não foi você, então, quem...

Magali: Eu sei!! Eu sei!! (Mônica, n. 202, p. 22)

Revistas Disney

a) frases curtas nos balões e nas legendas, podendo ser um pouco mais extensas nestas, mas sempre sem frases intrincadas;

- períodos simples;

Eu foguei um! (Disney Especial: os espíões, n. 9, p. 6)
O prefeito é candidato à reeleição! (Tio Patinhas, n. 453, p. 7)
Não vou esquecer, senhor! (Pato Donald, n. 2264, p. 29)

- períodos compostos por subordinação e/ou por coordenação;

Quando crescer, eu vou ser presidente! (Mickey, n. 695, p. 21)
Se ele pensa que vou desistir, dançou! (Zé Carioca, n. 2227, p. 6)
Alguma coisa me dizia que o Donald poderia não gostar de me ver aqui! (Tio Patinhas, n. 453, p. 119)
Ganhou a batalha, mas não a guerra! (Pato Donald, n. 2263, p. 5)
Eu vou entrar na fila e subir no palco! (Mickey, n. 694, p. 20)
Se tivesse me convidado teria sido um problema, mas não ter sido convidado foi ainda pior! (Pato Donald, n. 2264, p. 21)
Eles trouxeram equipamento para cavar todo o deserto do Saara e ainda acham que esqueceram algo! (Disney Especial: os espíões, n. 9, p. 85)

- frases relacionadas por justaposição;

Drome e Dário, fiquem aí! A gente não vai demorar! (Disney Especial: os espíões, n. 9, p. 85)
Você é um grande pipoqueiro! Devia ganhar dinheiro com isso! (Zé Carioca, n. 2227, p. 15)
Corram! Driblem! Chutem! (Mickey, n. 695, p. 18)
Este é um dos ratos superinteligentes do seu laboratório! E está indo pro cofre! (Tio Patinhas, n. 453, p. 41)

- frases de situação;

Ô louco! (Zé Carioca, n. 2227, p. 14)
Feliz aniversário! (Pato Donald, n. 2264, p. 3)
Socorro! (Disney Especial: os espíões, n. 9, p. 49)

- frases nominais;

Ei! Uma ferradura de sete furos! Que sorte! ! (Disney Especial: os espíões, n. 9, p. 48)
Tudo pronto para a descida? (Disney Especial: os espíões, n. 9, p. 27)
Iau! Mais bonecos! E vivos! (Mickey, n. 695, p. 32)
Beleza! Um clube se super-heróis! (Mickey, n. 694, p. 19)

b) uso generalizado de ponto de exclamação, inclusive em frases que poderiam ser declarativas (seria uma marca da fala em “falsete” dos personagens, conforme se pode constatar quando eles aparecem dublados em desenhos animados?);

Na cápsula espacial que lhe serve de laboratório, o corajoso agente secreto OO-Zero e sua eficiente auxiliar, Pata Hari, planejam um novo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ataque a seu mais diabólico oponente, a organização perigosa conhecida como Bronka! (Disney Especial: os espiões, n. 9, p. 26)

O time dos Pernetas F. C. recebe a visita do Tacafogo F. C.! (Mickey, n. 695, p. 14)

Bem... o Herbie estava com o Jim, na Itália, para participar da prova que vai haver daqui a uma semana em Monza! (Disney Especial: os espiões, n. 9, p. 8)

Se não me engano, a linha conduz à mina da Serra Isolada! (Tio Patinhas, n. 453, p. 16)

c) frases imperativas e exclamativas sem dobrar o ponto de exclamação;

Passa a grana! (Zé Carioca, n. 2229, p. 18)

Volte aqui! (Pato Donald, n. 2264, p. 15)

d) frases imperativas e exclamativas com ponto final (apenas em uma revista, que tem um caráter diferencial em termos de *design*, apresenta uma história só e destina-se a um público de adolescentes a adultos: *Donald Super*, n. 1);

Deixe as formalidades, Zirlion. (p. 10)

Será um grande prazer conquistar este planeta. (p. 11)

e) uso de ponto final em algumas frases declarativas (apenas em *Donald Super*, n. 1);

Estamos tentando estudar. (p. 15)

Vou organizar uma **caça ao herói** em toda a cidade. (p. 32)

f) uso, em histórias com diálogos escritos, de ponto de exclamação e/ou de interrogação em negrito e em tamanho maior, sozinhos, reforçando um semblante que demonstre algum tipo de exclamação ou de interrogação;

Peninha: Claro... mas escola de natação **para peixes!**

Cliente: **!** (Tio Patinhas, n. 453, p. 15)

Zé Carioca: Eu vou ganhar **rios de dinheiro** fotografando crianças!

Nestor: **?** (Zé Carioca, n. 229, p. 3)

Empresário: Você leu as **letras pequenas** do contrato, suponho!

Super Pateta: **?!** (Mickey, n. 695, p. 29)

g) uso cumulativo de sinais de pontuação (na grande maioria das ocorrências, com negrito e apenas um outro sinal de pontuação);

Corra! (Pato Donald, n.2263, p. 12)

O quê? (Zé Carioca, n. 2229, p. 32)

Mas como?! (Donald Super, n. 1, p. 31)

h) vocativo pontuado com vírgula na maioria das ocorrências;

Tio Donald, a gente recebeu distintivos de detetives mirins! (Disney Especial: os espiões, n. 9, p. 36)

Batista, vou garimpar! (Tio Patinhas, n. 453, p. 23)

Nestor, você precisa se controlar! (Zé Carioca, n. 2229, p. 12)

i) interjeições seguidas de ponto de exclamação na grande maioria das ocorrências;

Oh! Você conseguiu captar a **graciosidade** do meu garoto! (Zé Carioca, n. 2229, p. 7)

Ei! Devolva a bandeja, baixote! (Disney Especial: os espiões, n. 9, p. 10)

Bah! Você e o Davi se merecem! (Mickey, n. 695, p. 11)

j) reticências utilizadas para:

- marcar suspensões de idéias;

É... canal 00... Angus Fangus. (Donald Super, n. 1, p. 36)

Hum... er... você é simpático! (Pato Donald, n. 2264, p. 5)

- substituir vírgulas e/ou dois-pontos;

E então... o que é isto? (Disney Especial: os espiões, n. 9, p. 47)

Rápido, Zé... ou a gente não acha ingresso pro show do **Caê!** (Zé Carioca, n. 2227, p. 3)

Prezado leitor desta revista... sinto muito, mas desta vez não tem piada! (Mickey, n. 694, p. 23)

Proponho recuperar o saldo explorando um contribuinte rico... o **Patinhas!** (Tio Patinhas, n. 453, p. 8)

- substituir ponto-e-vírgula e/ou ponto final ou de exclamação;

Inicie a produção... eu vou descer com o projeto! (Disney Especial: os espiões, n. 9, p. 96)

- substituir travessão ou parênteses;

Que divertido... apesar da companhia das meninas! (Tio Patinhas, n. 453, p. 103)

- indicar a continuidade da frase em outro balão ou legenda.

Não gosto de fazer isso com o Nestor, mas... // ...enquanto ele desvia a atenção de quem estiver na casa, eu entro pelos fundos! (Disney Especial: os espiões, n. 9, p. 51)

E, depois, quando estiver velhinho e trilionário, você vai se lembrar... // ... de que tudo começou com um peixe! (Tio Patinhas, n. 453, p. 119)

Patópolis, uma cidade bonita e tranqüila... // ...pelo menos até dois patos que conhecemos muito bem se trombarem... (Pato Donald, n. 2263, p. 15)

- marcar a interrupção da fala de um personagem pela fala de outro;

Afonsinho: Ah, bom! Pensei que...

Zé Carioca: Claro que nós vamos pescar, Afonsinho! (Zé Carioca, n. 2229, p. 24)

Margarida: Vou ser rápida! O Gastão está me esperando para...

Donald: É assim? Fico sempre em segundo lugar? (Pato Donald, n. 2264, p. 4)

Simpsons; Dark Angel; Conan, o Bárbaro; Batman: Área 51; Batman: Deatblow; Cavaleiros do Zodíaco.

Em geral, nessas revistas, os tipos de frases e o uso de pontuação se assemelha ao das revistas Disney. Encontramos, ainda, em algumas delas, o uso de outro sinal de pontuação: *breaks* (optamos por preservar a expressão na língua original), que não foi encontrado no material que pesquisamos sobre o assunto, a não ser em uma citação de margem de página atribuída a Jonathan Swift (1723): “No bom senso moderno, toda coisa sem valor impressa é iniciada com numerosos *breaks* – e travessões –.” (ALLEN, 2001, p. 69, tradução nossa, grifo nosso.) Tal sinal de pontuação tem um uso equivalente ao das reticências.

Exemplos:

Dark-Sama: Foi você que - -?

Sr. Kin: Não tive nada com isso. (Dark Angel, n. 4, p. 16)

Mago Karik: Agora chega de conversa! O tempo urge! Vocês aceitam a missão ou - -?

Isparana: Chega de ameaças! (Conan, o Bárbaro, n. 13, p. 20)

Deatblow: **Scott!** Você tá - -

Scott: Bem! **Vão!** (Batman: Deatblow, v. 2, p. 29)

Agente Fante: Max, aquela mão - -

Max: Era do meu empregador. (Batman: Deatblow, v. 3, p. 28)

Na revista *Batman: Área 51* (p. 19), encontramos uma situação de frases fragmentadas, mas cujo uso não nos parece desapropri-

ado:

Só há um jeito de invadir a área 51. // O pior jeito.

CONCLUSÃO

Como se pôde perceber, a tendência da estrutura frasal nas histórias em quadrinhos analisadas é a da frase curta, bem apropriada a tal gênero de texto, em que a palavra é aliada da imagem e cuja leitura, na grande maioria das vezes, é feita para o entretenimento, devendo, então, permitir uma leitura mais rápida e fluida. A pontuação final, por conseguinte, é de grande importância nesses textos, sendo interessante reforçar o uso bastante recorrente de pontos de exclamação, que, como já referimos, acreditamos pode estar relacionado à voz em falsete atribuída em dublagem a muitos dos personagens dessas histórias quando eles aparecem em desenhos animados.

Por enquanto, contentamo-nos com a constatação desses aspectos analisados. Na seqüência de nossa pesquisa maior, analisando também textos de outros tipos e gêneros, temos a pretensão de tentar verificar a relação de tais aspectos com o modo como se vem comportando o pensamento na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, Robert. *Punctuation*. New York: Oxford, 2002.
- BAS, Alcira et al. *Escribir*: apuntes sobre una prática. 3ª ed. Buenos Aires, Ed. UBA, 2002.
- BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. *A pontuação hoje*: normas e comentários. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- BIBE-LUYTEN, Sonia A. *O que é história em quadrinhos*: leitura crítica. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CAGNIN, Antônio Luís. *Os quadrinhos*. São Paulo: Ática, 1975.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARTER, Ronald; NASH, Walter. *Seeing through language*: a guide to styles of English writing. 4ª ed. Oxford: Blackwell, 1995.
- CHACON, Lourenço. *Ritmo da escrita*: uma organização do heterogêneo da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- COSTA, Maria Rosa. *A pontuação*. Porto: Porto Ed., 1994.
- DÍAZ, Álvaro. *Aproximación al texto escrito*. 4ª ed. Antioquia: Ed. Un. Antioquia, 1999.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 15ª ed. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, 1992.
- GREIMAS, Algirdas Julien, COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, [s.d.].
- JONES, Leo. *Progress to proficiency*. 4ª ed. New York: Cambridge, 1993.
- KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, pontuação, crase*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.
- MANDRIK, David; FARACO, Carlos Alberto. *Prática de redação para estudantes universitários*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MERRIAM-WEBSTER'S. *Guide to punctuation and style*. 2ª ed. Springfield: Merriam-Webster, 2001.

MONTEIRO, José Lemos. *A estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

MORENO, Cláudio; GUEDES, Paulo Coimbra. *Curso básico de redação*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. *Guia alfabética de pontuação*. 2ª ed. Lisboa: Clássica, 1989.

PASSOS, Alexandre. *Arte de pontuar: notações sintáticas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.

QUELLA-GUYOT, Didier. *A história em quadrinhos*. São Paulo: Loyola, 1994.

SHAW, Harry. *A complete course in freshman English*. New York: Harper, [s.d.].

SMITH, Marisa Magnus. A pontuação como ponto de convergência entre o leitor e o escritor. In: POERSCH, José Marcelino (Org.). *Pontos de convergência entre leitura e escritura*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 1993. p. 53-82.

VILELA, Mário. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto*. Coimbra: Almedina, 1995.

**A IMPORTÂNCIA DE UM MESTRE
NA MINHA FORMAÇÃO
DE PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:
HOMENAGEM A GLADSTONE CHAVES DE MELO²**

Carlos Eduardo Falcão Uchôa (UFF / ABF)

RESUMO

O artigo intenta mostrar a relevância que a leitura de uma obra pode ter para a formação profissional, no caso a do professor de Língua Portuguesa. A obra focalizada é *Iniciação à Filologia Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo, lida pelo Autor do artigo nos fins dos anos cinqüenta, quando ainda era calouro do curso de Letras.

Palavras-chave: gramatíquice; diversidade dos usos linguísticos; estilística; edição fidedigna.

Antes de mais nada, quero aplaudir a justa homenagem que a Coordenação do VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia presta a um dos mais destacados filólogos brasileiros, o Professor Gladstone Chaves de Melo, dedicando a ele este Congresso, numa decisão que me calou fundo, já que reverenciar velhos mestres, aqueles que, no caso, ajudaram a pavimentar um caminho de seriedade em relação ao estudo da Língua Portuguesa entre nós, é sempre uma atitude sábia, uma vez propiciadora de se engrenar as idéias atuais com as do passado. Se é certo que, pelo passado, não se explica todo o presente, também é certo que a ignorância do passado prejudica a compreensão do presente. Afinal, não se concebe uma ciência total apenas no seu estado presente. O mito do presente, do atual, do último – *ismo*, tão evidente em nossa época, representa uma não visualização do processo histórico. Este Congresso, homenageando a Gladstone Chaves de Melo, oferece-me a oportunidade de alertar, sobretudo os que ora se iniciam nos estudos da língua materna, do relativismo que o hoje significa para qualquer ciência. Que a atenção dos jovens não seja envolvida pela sedução do atual, para poderem então se concentrar, atitude que se espera de um estudioso sério, de um cientista, na busca do que lhes parecer verdadeiro, consistente,

² Texto apresentado ao VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. UERJ, 25 a 29 de agosto de 2003.

seja qual for a sua idade. Parabéns, pois, aos organizadores deste Congresso pela iniciativa, pouco habitual hoje em nosso mundo acadêmico, de homenagear uma figura de real valor do nosso passado próximo no campo do estudo e do ensino da Língua Portuguesa.

Não se pode hoje falar de Gladstone Chaves de Melo e de sua polifacetada obra sem que se reporte ao nº 22, relativo ao 2º semestre de 2001, da *Confluência*, revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, dedicado ao nosso filólogo, de que constam: cuidadoso e utilíssimo estudo de Maximiano de Carvalho e Silva “Gladstone Chaves de Melo: o homem e a obra”, seguido de “Depoimentos e Documentos” sobre o homenageado e finalizado com uma seleção de textos do autor, de responsabilidade de Maximiano de Carvalho e Silva e Rosalvo do Valle. São duzentas e sessenta e cinco páginas (265) que atestam o alto valor e o prestígio deste intelectual que, como filólogo, influenciou na formação de várias gerações interessadas no estudo da linguagem, mormente no da Língua Portuguesa.

Minha singela contribuição nesta mesa-redonda inicial deste Congresso terá um caráter muito pessoal: quero apenas dizer alguma coisa, à maneira de um breve depoimento, sobre a influência, importante, do Professor Gladstone Chaves de Melo na minha formação.

Começo por esclarecer que vim a conhecer de nome o Professor Gladstone (nunca deixei de chamá-lo assim) como aluno do Curso de Letras Clássicas da então Faculdade Nacional de Filosofia, onde ele era professor livre-docente, mas licenciado, por força do mandato de vereador, que então exercia, do antigo Distrito Federal. Só o conheci pessoalmente anos mais tarde, na Universidade Federal Fluminense, onde seria seu colega, durante muitos anos, e aluno, em quatro cursos, no Mestrado recém-criado pela Universidade. Como aluno, aluno calouro de Letras, o meu conhecimento do Professor Gladstone se deu através da leitura de uma de suas mais conhecidas obras: *Iniciação à filologia portuguesa*, em sua 2ª edição (de 1956).

Vou destacar quatro pontos da leitura atenta desta obra que foram muito importantes para a formação de quem então (final dos anos 50) iniciava o curso superior.

O primeiro deles foi a denúncia contundente do autor contra a

falta de formação científica de muitos que se julgavam mestres da língua, mais especificamente no campo do estudo gramatical. Gladstone, já no prefácio da 1ª edição (de 1949), denuncia “os charlatães, os gramatiquieiros, os obsessos do erro e da gramática de bitola estreita”. O autor, na verdade, se insurge contra toda uma orientação de estudo e de ensino gramatical da língua que eu, como tantos, tinha sido vítima durante os meus cursos ginasial e científico. Pela primeira vez via empregada a palavra *gramatiquice* (daí *gramatiquieiro*), entendida como a aberração da Gramática, que, segundo palavras do filólogo, *deduz* normas lingüísticas apelando muitas vezes, por exemplo, para uma lógica, inaplicável em semelhante matéria (p. 52)³; por isso rejeitavam, alguns gramatiquieiros, uma concordância como “um dos que mais trabalhou”. Os falsos gramáticos inventavam, pois, regras contra os fatos: não se começa a frase por *porém*, a forma correta é *registro*, não se pode preceder de “o” o “que” interrogativo, não se pode dar o mesmo complemento a verbos de regimes diversos, não se deve adotar a regência “amor por” e tanta invencione mais (p. 51-52). Valho-me de frases de mestre Gladstone contra os falsos vernaculistas, selecionadas, para a construção do meu texto, de várias passagens de sua *Iniciação*: “E dá-lhe a condenar isto e aquilo, como galicismo, como barbarismo e sei lá que mais” (p. 44).

O resultado de tudo é que o fundamento da gramatiquice fica sendo o capricho pessoal, a opinião, qualquer coisa de essencialmente múltiplo e variável. E então vêm as querelas, vem o ‘Fulano acha’, o ‘Beltrano prefere’, ‘Sincrano condena’. Vem o argumento de autoridade, vêm as inúteis citações de vernaculistas de má morte (p. 45).

Não se atendo a fatos documentados, estes falsos gramáticos não poderiam ter, pois, autoridade, nem merecer fé.

Como tinha sido eu, nos meus estudos secundários, vítima do capricho dos chamados gramatiquieiros! O ensino recebido – passava a ter, então, com a leitura da obra de Gladstone, uma visão clara da orientação equivocada transmitida nos bancos escolares – privilegiava, de fato, o erro, havia, com efeito, a obsessão do erro, que só podia gerar insegurança, grave inibição nas atividades de escrita. Não sem razão, pois, é que

³ Citei sempre pela 3ª edição (de 1965), através da qual a obra se tornaria mais conhecida, integrante da Biblioteca Brasileira de Filologia, da Livraria Acadêmica.

Inventaram, ou ressuscitaram ou divulgaram, lembra Gladstone, um processo de se estudar a língua, conhecido por ‘correção de textos’. Consiste ele em colecionar ou forjar uma multidão de frases aleijadas, estrofiadas, monstruosas e às vezes até certas, para os alunos corrigir (p. 271).

Como me foi importante, logo no início da minha formação universitária, ter esta noção do autoritarismo, da falta de fundamentação que presidira o meu estudo gramatical da língua materna. Evidentemente que me foi difícil ir desgarrando-me das amarras deste autoritarismo, que tanto me inibia ao redigir os meus trabalhos acadêmicos.

A Gramática, ao contrário, elucida Gladstone a seguir, é uma sistematização dos fatos da língua culta, quase sempre da contemporânea, cuja técnica de elaboração “exige que a norma *induzida* dos textos se apóie em fatos numerosos (e não isolados ou excepcionais) de bons autores modernos e colhidos com rigor de crítica” (p. 53). “Assim organizada”, prossegue Gladstone,

uma Gramática é algo de respeitável e de objetivo, que dará notícia honesta e fiel de um estado lingüístico e que, por isso mesmo, não se prestará às antigas brigas de puristas [...], reduzida a mero jogo de opiniões pessoais’ (p. 53).

É necessário, afirma Gladstone, em outra passagem de sua obra,

que haja um certo número de ocorrências do fato [...] para que se possa formular a regra. Aqui também, “testis unus, testis nullus”, ou, à moda da casa, “uma andorinha não faz verão”, tanto é verdade que a norma lingüística decorre dos hábitos da língua. Logo, não basta, digamos, que se encontrem dois exemplos da combinação “se o”, para que se afirme que o gênio da língua tolera essa conjunção (p. 48).

Passava eu, então, a compreender as freqüentes querelas gramaticais, que, embora me interessasse tanto por estudos gramaticais, alimentavam minhas justificáveis desconfianças quanto ao seu caráter de investigação científica. Os falsos gramáticos, sem formação adequada, orgulhavam-se, gabavam-se mesmo, em competição marcada pela vaidade, em pinçar neste ou naquele autor uma forma ou construção rara, inusitada, o que não era difícil de ser alcançado, pois se debruçavam em obras do extenso período que vai do século XVI ao início do XX. Mas tais “achados”, além da insegurança que causavam aos que se interessavam pelo estudo sério da língua, davam

corpo, na mente de tanta gente (como na minha), a essa tolice, referida por Gladstone, “de que não há erro que não se possa defender com um clássico” (p. 41).

Foi, então, com base na lição de Gladstone Chaves de Melo que, como aluno calouro de Letras, passei a poder distinguir os gramáticos dos gramaticóides.

Foi ainda, lendo a *Iniciação* de Gladstone Chaves de Melo – eis o segundo ponto em que o conhecimento desta sua obra foi importante para a minha formação – que comecei a refletir mais na diversidade dos usos linguísticos, hoje objeto da tão estudada, sob enfoques distintos, variação linguística, na verdade, um dos objetos teóricos mais focalizados pela Linguística, sobretudo a partir dos anos 60 do século passado.

É de mister, esclarece Gladstone, não esquecer que qualquer língua se presta a vários usos – literário, coloquial, cerimonioso, íntimo, infantil, regional – cada um dos quais com sua norma, isto é, seus hábitos sancionados próprios (p. 53).

Gladstone reconhece, assim, que cada uso tem a sua gramática própria, interiorizada, ao contrário de não poucos estudiosos da época para quem o uso coloquial, por exemplo, não passava de desvios do uso culto. Apenas para Gladstone, só se codificaria a gramática dos fatos da língua literária, idéia predominante na época, pelo menos das duas primeiras edições da obra (1949 e 1956, respectivamente). De modo que, para ele,

o uso linguístico popular do Rio Grande do Sul só interessa aos naturais e habitantes daqueles rincões, porque o fim dessa linguagem é prático, resume-se na intercomunicação viva. Por isso, conclui, normalmente não há necessidade nem utilidade comum em levantar-se a gramática do dialeto ou variante local (p. 44).

Poucos anos depois, sabe-se, firmam-se, entre nós, a Dialeto-
logia, a Sociolinguística e a Estilística, que viriam a evidenciar a importância científica, e também prática com vistas, por exemplo, ao ensino da língua, de proceder ao levantamento dos fatos observados nas mais diversas variedades regionais, sociais e situacionais. A propósito da inadequação linguística, de que tanto se fala de uns tempos para cá, Gladstone já mostra, em relação aos “textos para corrigir”, “a maciça incompreensão da situação linguística” (p. 272). Mostra, assim, que quando o tom da frase é repreensivo, a situação supõe li-

berdade e autoridade no sujeito-falante em relação ao sujeito-ouvinte, que cria a expectativa de uma linguagem coloquial, viva (p. 272).

Foi, então, também, com base na lição de Gladstone Chaves de Melo que, como aluno calouro de Letras, passei a correlacionar o fato lingüístico observado com a situação em que ocorria.

Um terceiro ponto em que a leitura da *Iniciação* foi de grande valia, diria, para a minha geração: a distinção entre Gramática e Estilística, esta, disciplina, na época, nova e ainda em gestação. Para o autor,

A Gramática sistematiza os fatos da língua literária atual: é apenas um rol, um catálogo honesto, estabelecido com rigor e método. A Estilística é mais fina e vai mais longe: busca descobrir o porquê da escolha que fez este e aquele falante, quando preferiu entre duas ou três possibilidades uma; busca descobrir a adequação entre expressão e a situação lingüística concreta, a ver se a escolha bem se ajustou a tal situação concreta [...]; busca estudar ordenadamente os processos de que dispõe a língua para que o falante, de par com o conceito que emite, exteriorize a sua emoção, a impressão afetiva que nele causa o enunciado (p. 52)

Gladstone toma um exemplo ilustrativo, para marcar a distinção entre Gramática e Estilística, num passo conhecido de *Lendas e Narrativas* de Alexandre Herculano: “Misericórdia! *bradou* toda aquela multidão, ao passar por el-rei; e *caíram* de braços sobre as lárjeas do pavimento”. “Aqui”, esclarece o filólogo,

a Gramática anotará que se usaram, lado a lado, dois tipos de concordância – *bradou* e *caíram* -; a primeira, lógica, a segunda, ideológica. Cabe à Estilística procurar a razão por que o romântico português usou um verbo no singular e em seguida outro no plural, referidos ambos ao mesmo sujeito. E descobrirá que, no primeiro caso, o verbo no singular indica o uníssono do brado e que, na segunda vez, o verbo no plural deixa sentir bem nítida a pluralidade da ação executada (p. 46).

Com base, uma vez mais, na lição de Gladstone Chaves de Melo, é que, como aluno calouro de Letras, passei a perceber a importância da Estilística para combater a tirania da Gramática, prejudicial tantas vezes à espontaneidade do estilo.

Por fim, o quarto e último ponto em que a leitura da *Iniciação* foi de grande importância para a minha formação: o estudioso da língua deve saber escolher o texto de que irá valer-se, ou seja, saber valer-se de uma edição fidedigna que respeita a realidade do texto do autor:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Entre tantas edições de um livro, algumas há, esclarece Gladstone, que não valem nada, outras existem boas e fidedignas. O filólogo deve ser capaz de discriminar as edições e valer-se sempre dos bons textos (p. 35-6).

Esta preocupação com a crítica textual era algo novo para mim, que não sabia até então ter lido quase todo o Machado de Assis numa edição nada fidedigna. Gladstone continua:

É muito velho e desastrado costume, que têm editores inconscientes e ignorantes, de corrigir o autor. Então, nas edições que fazem tais senhores aparece o texto alterado, 'corrigido dos erros mais notáveis'. Isso acontece com textos antigos e modernos (p. 37-8).

E a seguir:

Até em textos modernos se verificam deturpações, alterações e correções. Acontece, por exemplo, nessas edições que andam por aí de *Iracema* ler-se, logo no primeiro capítulo, "Aonde vai" (duas vezes) por "Onde vai", que é como está no texto, ou melhor, nos textos originais; [...] "barulho das águas" por "marulho", como é o certo (p. 38).

Outra passagem expressiva da obra de Gladstone a respeito da importância da escolha do texto:

Pouca gente se dá conta de como se adulteram os escritos alheios. É uma conspiração de tipógrafos, editores e revisores. Frequentemente, o tipógrafo lê o que conhece e não o que está escrito; o revisor, ignorando uma forma ou construção substitui-a por outra que lhe é familiar; o editor, que toma a seu cargo a publicação de uma obra, acha que deve fazer ao autor a caridade de corrigir-lhe os erros (p. 49).

São conclusivas, a propósito das edições, estas palavras do filólogo:

Cumpra sempre verificar se os textos que temos à mão merecem fé, retratam de fato o que o autor escreveu, se não estão alterados ou modernizados, coisa que ocorre com extrema frequência e portanto exige extremo cuidado (p. 39).

Passei, então, a desconfiar das gramáticas, das antologias, dos textos dos livros didáticos que não precisavam as suas citações: indicação do autor, obra, edição, local e nome da editora, data de publicação, página(s) citada(s).

Com base ainda na lição de Gladstone Chaves de Melo, é que, como aluno calouro de Letras, passei a me preocupar com a fidedignidade da edição de uma obra.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Este despretenhoso depoimento visou ao objetivo central de mostrar, através de quatro pontos concretos, como a orientação dada por uma obra de um grande mestre, de indiscutível autoridade, pôde ser fundamental para a minha formação de professor de Língua Portuguesa. Hoje, neste limiar de século, os quatro pontos focalizados – como estabelecer as normas gramaticais, a variação lingüística, o papel da Estilística e a relevância do texto fidedigno – talvez sejam do conhecimento dos que concluem a graduação em Letras. Para a minha geração – os que concluíram o curso universitário no final dos anos 50 -, *Introdução à filologia portuguesa* foi um livro, sem dúvida, pioneiro, “um marco em nossa bibliografia”, como bem reconheceu Adriano da Gama Kury na apresentação à quinta edição (de 1974). Enfim, ao ler a *Iniciação*, tive aquela sensação, que ainda posso registrar tantos anos decorridos, de bem estar, de prazer, proporcionada pela compreensão do lido e da sua importância para o crescimento intelectual do leitor.

**A PRODUÇÃO DO TEXTO NARRATIVO NA ESCOLA:
INFLUÊNCIAS DA ORALIDADE OU
MODALIDADE SINTÁTICA?**

Alexandre José P. C. de Assis Jácome (UNISUAM)

Nataniel dos Santos Gomes (UNISUAM)

RESUMO

Texto vem do latim *textum*, "tecido", "teia". Fazer tal cruzamento não é simples. Sabe-se também que não é fácil ensinar a produção de textos na escola. O artigo visa apresentar alguns problemas do texto narrativo e propostas para melhorar o seu rendimento a partir da experiência em sala de aula.

Palavras-chave: *lingüística textual, produção de texto, escola*

INTRODUÇÃO

Nas aulas de Língua Portuguesa, a produção textual dos alunos é um tema corrente nos planejamentos dos professores. Contudo, para que esta área do estudo da língua possa ser efetivamente trabalhada, é importante que o professor tenha uma concepção de linguagem condizente com seus objetivos.

Segundo Halliday (apud Azeredo, 2001: 122), “uma das funções da linguagem é proporcionar a interação entre as pessoas, permitindo as manifestações das condições sociais, atitudes individuais, avaliações, julgamentos...”

Partindo deste princípio, temos ainda questões particularmente relacionadas à linguagem escrita: diferindo-se da fala pelas condições de produção, a escrita é “menos dependente do contexto situacional, permite um planejamento verbal mais cuidadoso, é mais sujeita a convenções prescritivas, é um produto permanente” (Kato, 2002:31) sem contar, ainda, com as diferenças funcionais.

No contexto escolar, considerando que a aquisição da linguagem escrita é uma construção permanente, que não termina somente ao final da alfabetização, inicia-se a questão: como ocorre a interferência do professor na produção de seus alunos? A mera correção normativa, ortográfica, é subsídio suficiente para um aluno desenvolver sua escrita? Infelizmente, ainda existem professores que agem

dessa forma, e geralmente encontram-se intrigados pela influência oral na escrita, resultando num equivocado julgamento de que o aluno “não sabe a gramática”.

Muitas vezes, o que ocorre é que o professor desconhece que faz parte da aquisição da escrita uma transição, partindo da oralidade, o que torna a produção do aluno parcialmente incoerente, por utilizar diferentes mecanismos de coesão. Que mecanismos são esses? É o que nos propomos a averiguar neste trabalho. Para isto, foram analisados textos do gênero narrativo de alunos em fase de conclusão do Ensino Fundamental num colégio da Rede Pitágoras, na cidade de Teresópolis – RJ. Entre diversos motivos, o gênero narrativo foi o escolhido por representar uma “experiência necessária para ingressar no discurso dissertativo, uma vez que ele é o primeiro passo para a descentração e para o hipotético” (Kato, 2002:120), equivalendo-se, neste ponto, a um processo que também ocorre na aquisição da fala.

A COESÃO NAS NARRATIVAS

Após a análise de alguns textos, pudemos verificar que a coesão textual, em vários aspectos, é afetada pela oralidade como, por exemplo, as repetições lexicais, a utilização de certos marcadores enunciativos, a construção de períodos demasiado longos e construções com rupturas, além do uso escasso de conectivos e pausas mal elaboradas. Porém, dentre todos esses elementos (em síntese, a coesão Referencial, Recorrential e Seqüencial), nos deteremos a um: a coesão Seqüencial “strictu sensu” – “toda coesão é, num certo sentido, seqüencial” (Fávero, 2001:33). Do mesmo modo que a Recorrential, a coesão Seqüencial faz progredir o texto, construindo um fluxo informacional, mas sem deter a retomada de itens (conforme a recor-rência).

Fávero subdivide, ainda, a coesão Seqüencial em Temporal e por Conexão. Na Temporal, analisaremos a questão da correlação dos temas verbais, utilizando, inclusive, as orientações de Weinrich (apud Koch, 1999). Na coesão Seqüencial por Conexão, observaremos a utilização dos operadores e os marcadores do discurso, incluindo também as pausas, ocasionadas pela pontuação.

A proposta dada para a produção dos alunos foi a construção

de um texto narrativo, baseado num texto literário sobre a “Princesa e o Sapo”, de modo que os alunos recontassem a história, inserindo-se como narrador-personagem. Esse texto, no momento da pesquisa, estava sendo utilizado pelo professor regente da turma como texto de apoio, em prosseguimento ao conteúdo programático da turma.

Texto 1 (Fragmento):

Eu estava passeando pela beira do rio como fazia todos os dias, de repente ouvi um “psiu”, estranhei, fiquei com medo, achei que era algum saltador, bom, nunca imaginava aquilo, mas era verdade que fez “psiu” para mim, era um sapo que falava, olhei para a cara da minha dama de companhia, para saber se só eu estava escutando aquilo, mas pela cara de espanto dela, percebi que ela também tinha ouvido, e o sapo falava assim:” (...)

Como se pode notar, o aluno utilizou um longo período para iniciar o seu texto, com mais de quinze orações, o que é um típico fator ligado à oralidade. Na escrita, isso torna a leitura mais trabalhosa e cansativa, podendo, inclusive, comprometer a coerência. É também um indicativo de pouco domínio dos elementos de coesão e estrutura textual, incluindo a pontuação, algo previsto em produções de alunos no Ensino Fundamental.

Assim, as encadeações ocorrem de vários modos. Observe-mos alguns itens relacionados à seqüenciação por conexão:

“...achei *que* era algum saltador...” – operador do tipo lógico (Fávero, 2001: 35), indicando complementação.

“...mas era verdade *que* fez...” – idem

“...era um sapo *que* falava...” – operador do tipo lógico, indicando delimitação.

“...percebi *que* ela também...” – operador do tipo lógico, indicando complementação.

Vemos, neste período, a demasiada utilização do conectivo *que*, indicando talvez um pouco manejo da escrita. Vejamos outros conectores utilizados:

“... da minha dama de companhia, *para* saber...” – operador do tipo lógico, indicando mediação.

“...estava escutando aquilo, *mas* pela cara de espanto dela...”
– operador do discurso, indicando contração.

“...ela também tinha ouvido, *e* o sapo falava assim...” – operador do discurso, indicando conjunção.

Já no próximo exemplo, como no anterior, o parágrafo é constituído por um extenso período, o que, mais uma vez, gera consequências insatisfatórias no nível da coesão.

Texto 2 (fragmento):

(...) Peguei o sapinho, que seria meu príncipe encantado, e o levei a programas de tv, ele até gravou um filme, abri uma sala comercial, onde ele se apresentava todos os dias, falando sobre a sua vida, contando suas histórias, emocionando o público, mas como ele era só meu, nunca ninguém pode beija-lo, com medo de não ser um, lindo príncipe, então deixaram o sapinho como ele era, não tão bonito, mas inteligente e comunicativo, não tão feliz, por ser um sapo, mas alegre por ser tão famoso no mundo todo e muito rico também, ao meu lado, me divertindo, sem beijo, pois eu nunca beijaria um sapo, só fiquei com ele para ganhar dinheiro, me promover, fiquei famosa com um sapo falante e rica com todos os cachês do pobre e falante sapinho, coitadinho (..)

Observa-se, no trecho, que a relação entre as orações ocorreu principalmente através das Pausas que, enquanto elemento coesivo (cf. Fávero: 2001), é assinalado na escrita pelos sinais de pontuação. O que ocorre no exemplo, infelizmente, é a demasiada utilização de vírgulas para a progressão do texto.

Na conversação, não há diferenciação definida entre as pausas. No texto escrito, o ponto, a vírgula, os dois pontos, o ponto-e-vírgula, o ponto de exclamação, entre outros, constituem elementos coesivos que devem ser trabalhados com os alunos, não somente como itens gramaticais, e sim enquanto elementos necessários para a constituição do texto escrito. Contudo, é através da definição das condições de produção, por parte do professor, que o aluno abstrairá e encontrará uma função para os sinais de pontuação.

Que condições são essas? Temos a situação de enunciação, por exemplo. Oralmente, temos a entonação para afirmarmos, exclamarmos, interrogarmos ou iniciarmos algo novo. Na escrita, não há essa possibilidade, ou melhor, pode ocorrer com a demarcação de diferentes sinais de pontuação, e não somente com as vírgulas.

Analisemos mais um texto:

Texto 3 (fragmento):

A algum tempo atrás em uma cidade muito distante, havia uma bela casa na qual vivia uma bela família, e daí nasceu a pequena, bela donzela: Sara. E aí começo a história...

Fui contratada por aquela família para ser a babá de sara, e estou com ela até hoje. Dede pequena passeamos pelo bosque todas as manhãs (...)

Neste trecho, a coesão se dá de forma mais satisfatória. A progressão não ocorre somente pela Conexão e pelas Pausas, mas também pela Ordenação Temporal.

Seguindo algumas características constitutivas do sistema temporal, elaborado por Weinrich e citado por Koch, temos, no exemplo: a *atitude comunicativa* de narração e comentário; a *perspectiva* de retrospectção e tempo zero; e o *relevo* de pano de fundo e 1º plano.

Essas características puderam ser observadas graças à correta correlação verbal: o *pretérito imperfeito* para a colocação do pano de fundo: "...*havia* uma bela casa...", "...*vivia* uma bela família..."; o *pretérito perfeito* para a perspectiva de retrospectção: "...*nasceu* uma pequena, bela donzela...", "...*fui* contratada...", e o presente para o tempo zero: "...*estou* com ela até hoje...". No primeiro parágrafo, temos a atitude comunicativa de Narração, devido os verbos já citados, e no segundo parágrafo, temos, também pelos verbos, a atitude de Comentário.

Neste exemplo, conclui-se, então, que o aluno soube utilizar, ao menos no trecho citado, os elementos de coesão Sequencial de forma coerente, deixando o seu texto claro e conciso.

CONCLUSÃO PRELIMINAR

No decorrer das análises, como previsto no início do trabalho, detivemo-nos somente a alguns aspectos da coesão Sequencial, dividida, por Fávero, em *Temporal* em *por Conexão*, utilizando, inclusive, na análise da Coesão Temporal, os ensinamentos de Wenrich explicados por Koch.

As indagações iniciais, propulsoras desta pesquisa, nasceram da inconformação em culpar somente o desinteresse ou a falta de atenção dos alunos no momento de suas produções escritas e seus relativos “erros”, que, na realidade, fazem parte do processo de aquisição escrita que, repito, não acaba na classe de alfabetização.

Sabemos, contudo, que este é um assunto por demais amplo para se discutir em uma única comunicação. Falta englobar, ainda, outros aspectos desse mesmo nível de coesão aqui pesquisado (Sequencial), bem como a Referencial e a Recorrencial, além das implicações do nível da coerência, da pragmática, etc., elementos que ficam como sugestão para novas pesquisas.

Sendo assim, não é necessário explicar que esse trabalho não é único nem definitivo: as variáveis concepções de texto e de linguagem e os objetivos dos professores e dos alunos ainda são elementos instigantes para novas colocações, gerando sempre novos esforços, para uma busca constante: o ensino eficiente da língua materna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BASTOS, Lúcia Kopschitz. *Coesão e coerência em narrativas escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 2001.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita – Uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1999.

**A TEORIA GRAMATICAL
NA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES OBLÍQUOS ÁTONOS**
Luci Mary Melo Leon (UERJ)

RESUMO

Conceituação gramatical e uso literário; observações em textos. Na colocação dos pronomes oblíquos átonos, adotem-se as denominações de próclise, mesóclise e ênclise.⁴

Palavras-chave: gramáticos; literatura; estilo; textos; colocação.

Pronome átono (ou clítico) é uma palavra monossilábica que se apóia na estrutura fônica de um vocábulo verbal, núcleo do sintagma do qual esse pronome faz parte como se fora uma sílaba átona pretônica ou postônica. A NGB refere-se a pronomes *oblíquos* átonos, mas é preciso lembrar que essas “regras de colocação” se aplicam igualmente aos pronomes demonstrativos átonos, seus homônimos. Na língua portuguesa, a relação sintática que o pronome átono mantém com o verbo mostra que seu papel preponderante é o de ser seu complemento. Por este motivo, sua colocação primeira, na ordenação das palavras de uma frase, é enclítica, ou seja, assim como acontece com todos os demais complementos verbais, deve estar inserido depois do verbo. Contudo, vezes há em que o pronome se antepõe a ele ou se acomoda em sua própria estrutura.

A partir desses princípios, uma lista de casos de “anteposições” e de “acomodações” do pronome ao verbo seria uma tarefa até certo ponto simples, e muitos já o fizeram. Vejamos, por exemplo, as indicações práticas sobre a colocação dos pronomes, extraídas de um livro didático publicado na década de 70, *Língua(gem): literatura, comunicação*, de José Maria de Souza Dantas e Almir Moreira:

A próclise é indicada, se houver, na oração, palavra deslocadora do pronome (a lista inclui: palavras de sentido negativo, conjunções subordinativas, pronomes relativos, pronomes e advérbios interrogativos, pronomes indefinidos, advérbios - sem pausa, preposição **em** antes de gerúndio, pronomes pessoais do caso reto);

Usa-se a próclise nas orações exclamativas e optativas;

⁴ Nota ao item “Colocação”, extraído do texto da Nomenclatura Gramatical Brasileira (Portaria 36, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 1959).

A mesóclise é indicada nos futuros do presente e do pretérito, desde que não haja uma palavra deslocadora do pronome, ou um sujeito expresso.

A ênclise é indicada com verbos no imperativo afirmativo, com gerúndios (a não ser precedidos da preposição **em**) e com infinitivos;

A ênclise é facultativa com infinitivos precedidos de preposição. Entretanto, com os pronomes **o, a, os, as**; e a preposição **a**, usamo-la quase que exclusivamente. (1979: 306)⁵

Outro exemplo de abordagem didática do assunto retiramos da *Gramática Objetiva da Língua Portuguesa*, de Adriano da Gama Kury, José Renato Bueno e Ubaldo Luiz de Oliveira:

1. A posição considerada normal dos pronomes átonos é depois do verbo. ÊNCLISE. Isso acontece:

- a) quando o verbo abrir o período:
- b) quando o sujeito - substantivo ou pronome (que não seja de significação negativa) - vier imediatamente antes do verbo, assim nas orações afirmativas como nas interrogativas:

Motivos particulares de eufonia ou de ênfase podem concorrer para a deslocação do pronome.

- c) nas orações coordenadas sindéticas:
- d) na enunciação dos verbos reflexivos (infinitivo):

2. A PRÓCLISE é obrigatória:

a) nas orações *negativas*, desde que não haja pausa entre o verbo e as palavras de negação (*não, nem, nunca, ninguém, nenhum, nada, jamais, etc.*):

b) nas orações *exclamativas*, começadas por palavras exclamativas, bem como nas *orações optativas*:

- c) nas orações *interrogativas*, começadas por palavras interrogativas:
- d) nas orações *subordinadas*:

e) com advérbios e pronomes indefinidos, *sem que haja pausa*:

Se houver pausa depois do advérbio, prevalecerá a *ênclise*:

3. Com verbo no futuro do presente e no futuro do pretérito: MESÓCLISE (desde que não haja palavra exigindo próclise).

4. Com verbos no gerúndio a regra geral é, ainda, a ÊNCLISE.

Porém haverá PRÓCLISE, se o gerúndio vier precedido de:

- a) preposição "EM"
- b) advérbio (que o modifique diretamente, sem pausa): (1978: 155-158).⁶

⁵ Os exemplos foram suprimidos.

⁶ Os exemplos foram suprimidos.

Aliás, o tema “colocação dos pronomes” não é privativo das “páginas gramaticais”, pois percorre a própria questão da produção literária em nosso país, tendo sido durante bastante tempo uma espécie de *leitmotiv* das reflexões acerca de nossa identidade nacional. A título de ilustração, três exemplos servem para demonstrar como isso aconteceu.

No primeiro, citemos José de Alencar, que não seguia a norma vigente, pautada pela imitação dos padrões lusitanos. Do Pós-escrito de *Iracema*, retiremos duas passagens, observando a posição de Alencar a propósito da distribuição dos pronomes na frase e, depois, um uso em que contraria a regra que proíbe a próclise em início de frase.

Tal regra (*o escritor faz menção à regra de pospor o pronome ao verbo*) não passa de arbítrio que sem fundamento algum se arrogam certos gramáticos. Pelo mecanismo primitivo da língua, como pela melhor lição dos bons escritores, a regra a respeito da colocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza e elegância, a eufonia e fidelidade do pensamento.

.....
Me parece, com o respeito devido a tão grande autoridade, que houve engano nessa asserção. (ALENCAR, 1958:316-7)

As opiniões do escritor cearense em matéria de gramática valeram-lhe, entre seus contemporâneos, ora a reputação de inovador, ora a pecha de incorreto e descuidado. Entretanto, não estamos sozinhos afirmando que seus conhecimentos basearam-se nas mesmas regras tradicionais, que ele soube utilizar muito bem a partir do que apreendeu nas fontes dos grandes escritores portugueses. Segundo Gladstone Chaves de Melo, nosso romancista sempre esteve próximo do que poderíamos chamar de “brasilidade pronominal”. Em *Senhora* e *O Sertanejo*, foi absoluto, sendo “conscientemente, intencionalmente, escritor brasileiro”.

“Não, senhora, não enganou-se.”

“nem já lembrava-se do sacrifício.”⁷

No segundo, mencionemos Casimiro de Abreu, acusado de

⁷ Extraídos de *Senhora* (p. 166) e *O Sertanejo* (p. 212), respectivamente. *Apud* JUCÁ (filho), 1966: 167.

redigir em “mau português” e defendido por Sousa da Silveira, em obra onde o grande filólogo discorre sobre vários temas gramaticais que teriam sido “desrespeitados” pelo poeta. O trecho abaixo transcrito, embora não seja propriamente sobre colocação de pronome, interessa-nos por tratar de uma interessante variação do tema, qual seja, o uso do pronome oblíquo como sujeito do infinitivo.

Adotando “deixa eu dormir”, (Casimiro) sancionou na língua escrita uma sintaxe da nossa língua falada que a análise lógica pode justificar (deixa dormir eu = deixa que eu durma), e conseguiu maior rigor de expressão, pois a forma eu, de “deixa eu dormir”, salienta mais o conceito que o “me”, átono e ainda por cima enclítico, da locução “deixa-me dormir”. (Sousa da Silveira).⁸

Por fim, podemos também focalizar a preocupação de nossos escritores com esse tema, tomado quase como um epíteto de brasilidade nas confrontações com os modelos impostos pelos portugueses. Escolhemos quatro passagens de autores deste século, a confirmar que o assunto é recorrente em nossa literatura.

Citemos primeiro Monteiro Lobato (1882-1948), que sempre criticou o Brasil atrasado e ignorante, cheio de vícios e vermes. Seu ideal foi um Brasil moderno, estimulado pelo progresso. Provavelmente seu objetivo, ao escrever *O Colocador de Pronomes*, fosse reforçar essa sua postura de nacionalismo antilusitano.

O COLOCADOR DE PRONOMES - fragmento⁹

Aldrovando Cantagalo veio ao mundo em virtude dum erro de gramática.

Durante sessenta anos de vida terrena pererecou como um peru em cima da gramática.

E morreu, afinal, vítima dum novo erro de gramática.

Mas não quis o destino que o já trêmulo Aldrovando colhesse os frutos de sua obra. Filho dum pronome impróprio, a má colocação doutro pronome cortar-lhe-ia o fio da vida.

Muito corretamente havia ele escrito na dedicatória: daquele que me sabe... e nem poderia escrever doutro modo um tão conspícuo colocador de pronomes. Maus fados intervieram, porém — até os fados conspiram contra a língua! — e por artimanha do diabo que os rege empastelou-se

⁸ *Apud* S. Elia: *A Contribuição Lingüística ao Romantismo*, p. 58.

⁹ M. Lobato: *Negrinha* (*apud* J.C. Moreira: p. 107-9). A primeira edição data de 1920.

na oficina esta frase. Vai o tipógrafo e recompõe-na a seu modo... daquele que sabe-me as dores... E assim saiu nos milheiros de cópias da avultada edição.

(...)

— Deus do céu! Será possível?

Era possível. Era fato. Naquele, como em todos os exemplares da edição, lá estava, no hediondo relevo da dedicatória o Fr. Luís de Sousa, o horripilantíssimo — “que sabe-me”.

Aldrovando não murmurou palavra. De olhos muito abertos, no rosto uma estranha marca de dor — dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia — permaneceu imóvel uns momentos.

Depois empalideceu. Levou as mãos aos abdômen e estorceu-se nas garras de repentina e violentíssima ânsia.

Ergueu os olhos para Frei de Sousa e murmurou:

— Luís! Luís! Lamma Sabachtani?!

E morreu.

De que não sabemos — nem importa ao caso. O que importa é proclamarmos aos quatro ventos que com Aldrovando morreu o primeiro santo gramática, o mártir número um da Colocação dos Pronomes.

Paz à sua alma.

Relembremos depois o poema “Pronominais”, de Oswald de Andrade (1890-1954), caso típico em que o escritor, intencionalmente, provoca um questionamento acerca do autoritarismo gramatical vigente no Brasil.

PRONOMINAIS ¹⁰

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
e do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

O terceiro exemplo é extraído do romance *Infância*, num trecho em que Graciliano Ramos ironiza a mesóclise, colocação pouco do agrado para o ouvido brasileiro (RAMOS, (1995: 99).

¹⁰ ANDRADE (1971:89). Originalmente incluído no livro de poesias *Pau-Brasil*, publicado no ano de 1925.

INFÂNCIA- fragmento

Afinal meu pai desesperou de instruir-me, revelou tristeza por haver gerado um maluco e deixou-me. Respirei, meti-me na soletração, guiado por Mocinha. E as duas letras amansaram. Gaguejei sílabas um mês. No fim da carta elas se reuniam, formavam sentenças graves, arrevedadas, que me atordoavam. Certamente meu pai usara um horrível embuste naquela maldita manhã, inculcando-me a excelência do papel impresso. Eu não lia direito, mas, arfando penosamente, conseguia mastigar os conceitos sisudos: “A preguiça é a chave da pobreza – Quem não ouve conselhos raros vezes acerta – Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém.”

Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta. As outras folhas se desprendiam, restavam-me as linhas em negrita, resuma da ciência anunciada por meu pai.

– Mocinha, quem é o Terteão?

Mocinha estranhou a pergunta. Não havia pensado que Tertão fosse homem. Talvez fosse. “Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém.”

– Mocinha, que quer dizer isso?

Mocinha confessou honestamente que não conhecia Terteão. E eu fiquei triste, remoendo a promessa de meu pai, aguardando novas decepções.

O último exemplo é extraído da obra de Luís Fernando Veríssimo, marcada por crônicas humorísticas de questionamento crítico. Em “Papos” o alvo é o emprego formal dos pronomes, confrontando a língua escrita e a língua falada.

PAPOS¹¹

- Me disseram...
- Disseram-me.
- Hein?
- O correto é “disseram-me”. Não “me disseram”.
- Eu falo como quero. E te digo mais... Ou é “digo-te”?
- O quê?
- Digo-te que você...
- O “te” e o você não combinam.
- Lhe digo?
- Também não. O que você ia me dizer?
- Que você está sendo grosseiro, pedante e chato. E que eu vou te partir a cara. Como é que se diz?
- Partir-te a cara.
- Pois é. Parti-la-ei de, se você não parar de me corrigir. Ou corri-

¹¹ *Apud* L. R. Leitão *et alii*: *Caderno de Atividades*, p. 110-1. A crônica foi publicada no *Jornal do Brasil*, em 1994.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- gir-me.
- É para o seu bem.
 - Dispensio as suas correções. Vê se esquece-me. Falo como bem entender. Mais uma correção e eu...
 - O mato.
 - Que mato?
 - Mato-o. Mato-lhe. Mato você. Matar-lhe-ei-te. Ouviu bem?
 - Eu só estava querendo...
 - Pois esqueça-o e pára-te. Pronome no lugar certo é elitismo!
 - Se você prefere falar errado.
 - Falo como todo mundo fala. O importante é me entenderem. Ou entenderem-me?
 - No caso... não sei.
 - Ah, não sabe? Não o sabes? Sabes-lo não?
 - Esquece.
 - Não. Como “esquece”? Você prefere falar errado? E o certo é “esquece” ou “esqueça”? Ilumine-me. Mo diga. Ensines-lo-me, vamos.
 - Depende.
 - Depende. Perfeito. Não sabes. Ensinar-me-lo-ias se o soubesses, mas não sabes-o.
 - Está bem, está bem. Desculpe. Fale como quiser.
 - Agradeço-lhe a permissão para falar errado que mas dá. Mas não posso mais dize-lo-te o que dizer-te-ia.
 - Por quê?
 - Porque, com todo este papo, esqueci-lo.

Com essas exemplificações, queremos confirmar, sem receio, a idéia de variedade na colocação pronominal é bastante ampla e que, apesar de os compêndios gramaticais, de uma maneira geral, tratarem esse tema de forma superficial, há nele material relevante para se discutir, sobretudo em seus vínculos com os capítulos de dialetologia e de estilística fônica e sintática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguiar, 1958.

ANDRADE, Oswald de. *Poesias Reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

DANTAS, José Maria de Sousa & MOREIRA, Almir. *Lingua (gem), Literatura, Comunicação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

JUCÁ (filho), Cândido. *A Gramática de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1966.

KURY, Adriano da Gama et alii. *Gramática Objetiva da Língua Portuguesa*. vol. 2. Rio de Janeiro: Edit. Rio & Faculdades Integradas Estácio de Sá, 1978.

LEON, Luci Mary Melo. *Colocação dos Pronomes: A Teoria Gramatical e o Uso dos Gramáticos*. Dissertação de Mestrado. UERJ, 1977.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de Português*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

**ANTONÍMIA: A DIALÉTICA ENTRE OS CONTRÁRIOS
E OS CONTRADITÓRIOS**

Maria Aparecida Barbosa (USP)

RESUMO

Propõe-se este trabalho a estudar, de um lado, as relações lógicas dialéticas subjacentes aos fenômenos da sino-antonímia, suas especificidades e semelhanças estruturais; de outro, examinar microssistemas lexicais de sentidos opostos por contrariedade ou por contraditoriedade, com vistas à elaboração de uma tipologia de relações antonímicas.

PALAVRAS-CHAVE

Axiologia; Dialética; Estrangeirismos; Nacionalismos; Terminologia.

INTRODUÇÃO

Buscamos, neste trabalho, estudar, de um lado, as relações lógicas subjacentes aos fenômenos da sino-antonímia, suas especificidades e semelhanças estruturais; de outro, estudar microssistemas lexicais/terminológicos de sentidos opostos por *contrariedade* ou por *contraditoriedade*, com vistas à elaboração de um modelo dialético de significação, que permita dar conta das relações entre *importação de palavras* e *xenofobia lexical*, na *língua comum* e nas *áreas técnico-científicas*. Tomando os critérios dos *níveis de atualização* da língua e as *modalidades de universos de discursos*, examinamos as relações dialéticas de significação, como as sino-antonímicas. nos patamares da realidade fenomênica, da conceptualização, da semiotização e, neste, as relações que se estabelecem entre as unidades lexicais em nível de sistema, de normas e de falar. Propom-nos a estudar as relações semânticas subjacentes a esses fenômenos nos diferentes níveis do percurso gerativo de enunciação de codificação e de decodificação, usando, para tanto, modelos da semântica cognitiva (RASTIER), da semiótica (GREIMAS, LOPES, PAIS), da semântica lexical (POTTIER, GECKELER, LYONS), da lexicologia (VILELA, MARTIN), da terminologia (BÉJOINT e THOIRON). O *corpus* constituiu-se de discursos representativos de diferentes áreas de conhecimento e contextos sociais, culturais e lingüísticos.

Examinamos, aqui, um microssistema semântico-lexical definido pela oposição entre os metatermos contrários *nacionalismos* x *estrangeirismos*, os conceitos que lhes correspondem e a rede de metatermos complexos deles decorrentes, *importação de palavras* e *xenofobia lexical*. Pretendemos mostrar que relações entre contrários e contraditórios coexistem necessariamente, na constituição / transformação de uma língua comum e nas linguagens de especialidade. Essa abordagem permitiu construir *quadrados e octógonos semióticos*, que possibilitam formalizar a *axiologia* desses microssistemas. Analisamos, ainda, possíveis *percursos dialéticos* entre os seus termos. Verificamos que esses percursos devem ser relativizados, segundo paradigmas filosóficos, científicos, culturais e políticos do processo histórico das comunidades humanas.

ABORDAGENS DA SINO-ANTONÍMIA

Os fenômenos da sino-antonímia podem ser estudados de vários ângulos: *a)* quanto às suas *especificidades estruturais*, o que permite chegar à sua definição; *b)* quanto à sua *tipologia*, o que permite nuançar a grande variedade dos microssistemas antonímicos, evitando uma classificação redutora e indevida; *c)* quanto à *posição* que os fenômenos ocupam no *percurso gerativo da enunciação* de codificação e de decodificação, o que conduz à sua caracterização e especificidade em nível de realidade fenomênica; em nível de estruturas cognitivas; em nível semiotizado – no sistema e nas normas; em nível de discurso manifestado; *d)* quanto ao seu *tratamento* nos diferentes tipos de *obras dicionarísticas*, o que permite uma reflexão sobre os critérios utilizados no estabelecimento das remissões e nos dicionários de antônimos propriamente ditos. Enfatizaremos, aqui, as questões concernentes ao item *c*.

ASPECTOS DA DEFINIÇÃO E DA TIPOLOGIA DA SINO-ANTONÍMIA

Ao expor seu modelo sobre as relações de sinonímia, Lyons (1979: 476) afirma que “há poucos sinônimos perfeitos nas línguas naturais, se é que os há de fato.” Citando Ullmann (1957), o autor considera que “é quase um truísmo dizer que a sinonímia total é

fenômeno extremamente raro”, acrescentando que os argumentos desse semanticista sobre essa questão

repousam sobre dois critérios bastante distintos: só se podem considerar como sinônimas as palavras que se podem substituir em qualquer contexto sem a mais leve mudança ou no sentido cognitivo ou no afetivo. As condições para a sinonímia total são, portanto: 1) a possibilidade de intercâmbio em todos os contextos; 2) a identidade tanto no sentido cognitivo como no afetivo.

A questão da sinonímia e da antonímia é tratada de maneira bastante singular por Lopes (1976: 255-256). Reafirma as posições precedentes e acrescenta elementos relevantes:

A inexistência de sinônimos perfeitos dentro da mesma língua (e também entre línguas diferentes), é uma consequência derivada do caráter estrutural dos signos: o sentido dos elementos lingüísticos é um sentido relacional (...) as línguas naturais não possuem tão pouco *antônimos perfeitos* (...) As gramáticas costumam apresentar extensas listas de palavras como (ing.) *big* e *little*, *high* e *low*, às quais chama de antônimos porque, segundo afirmam, possuem *sentidos opostos*. Mas o que quer dizer *possuir sentidos opostos*? Significa *oposto por contrariedade* ou *oposto por contraditoriedade*? (...) Considerando a inexistência de sinônimos ou antônimos perfeitos, trata-se, em ambos os casos, de uma *transformação do sentido original da frase-corpus*, objeto das manipulações sino-antonímicas. Em qualquer dos casos, o fenômeno da sino-antonímia empenha, como se vê, *relações lógicas*, ou seja, *relações estruturais*. Isto significa que a *sino-antonímia não é, contrariamente ao que se crê, uma propriedade das palavras em si, mas é, isto sim, uma propriedade estrutural do código, ou melhor, das relações que instauram as estruturas*.

Embora não constitua o principal escopo deste trabalho, cabe lembrar a formulação proposta por Lyons e Geckeler (*apud* VILELA, 1994: 165-171), segundo a qual a relação de sentido contrário (ou dicotomização de sentido) talvez seja um traço essencial da língua. Como lembram esses autores, o termo *antonímia*, conquanto date do século XIX, representa um conceito muito antigo, enquanto elemento importante na estruturação do léxico. Das propostas de tratamento da antonímia, Vilela expõe a de Lyons (1977: 270-290), em que as relações de oposição se estruturam da seguinte forma:

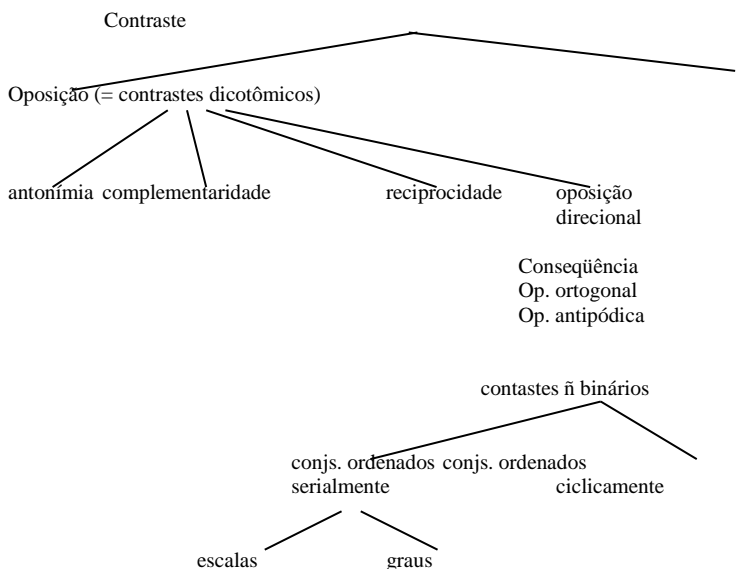


Figura 1: Tipos de oposições antonímicas

OS PROCESSOS DA SINO-ANTONÍMIA NO PERCURSO GERATIVO DA ENUNCIÇÃO

O processo de produção discursiva se realiza sempre através do percurso gerativo da enunciação (PAIS, 1988, p. 599-614). Distinguem-se, nesse percurso, etapas biológicas ou pré-culturais, pré-semióticas e trans-semióticas ou culturais, propriamente semióticas, dentre as quais a especificamente lingüística.

Relações antonímicas *lato sensu* já existem no patamar fenomenológico da semiótica natural, já que os fatos da natureza existem no quadro de relações de oposição.

A assim chamada percepção biológica dos 'objetos do mundo' já é, na verdade, culturalmente filtrada, em função das determinações e condicionamentos lingüísticos, semióticos e culturais a que estão submetidos os membros de determinado grupo humano.

Segue-se, no percurso gerativo da enunciação, o *processo de*

conceptualização. Realiza-se nessa etapa, numa primeira fase, a produção de modelos mentais pré-culturais ou universais, denominados *conceptus* de primeiro nível (RASTIER, 1991, p. 73-114). Constituem-se estes como conjuntos de semas conceptuais - noemas - disponíveis, em princípio, para qualquer comunidade humana e, nesse sentido, pré-culturais, caracterizando-se como o resultado de uma primeira filtragem.

Prosseguem, dessa forma, o percurso gerativo e o processo de conceptualização nele inserido, numa segunda fase, com a produção simultânea de modelos mentais, agora culturais, ou seja, conjuntos de semas conceptuais, ou conjuntos noêmicos denominados *lexes* (POTTIER 1991, 9. 13, 16, 60-76), específicos e privativos de um grupo sociocultural, e dos recortes culturais que desempenham o papel de referentes para esse grupo. Dessa maneira, *lexes* e recortes culturais, com suas respectivas redes de oposição, resultantes de uma segunda filtragem, definem e sustentam a 'visão do mundo', o sistema de valores do grupo num nível cultural, pré-semiótico e trans-semiótico, ou, se preferirmos, disponível para atualização em qualquer semiótica-objeto verbal, não-verbal ou sincrética do mesmo grupo.

Nesses termos, concebem-se os *lexes* como matrizes sígnicas (PAIS, 1993, p. 548), ou seja, elementos de um metassistema conceptual, suscetíveis de se transformar em signos, em significações - funções semióticas e metassemióticas - e de se manifestar no discurso de qualquer das semióticas-objeto integrantes da macrossemiótica (PAIS, 1982, 45-60) da cultura envolvida.

A etapa subsequente do percurso gerativo consiste no *processo de lexemização*, através do qual cada *lexe* engendra uma ou mais grandezas-signos, ou, ainda, uma ou mais funções metassemióticas - conotações e metassemióticas stricto sensu - daquelas grandezas, de determinado sistema semiótico. Se o percurso gerativo se realiza em um sistema semiótico verbal, equivalente a uma língua natural, os *lexes* engendram *lexias*, unidades do léxico, ao nível do sistema, isto é, da instância de competência.

No processo de engendramento da *lexia*, estrutura-se o significado lingüístico como semema, ou seja, um conjunto ordenado de traços mínimos semânticos, os semas lingüísticos, e que constitui

um conceito lingüístico. Dessa forma, ao *conceptus* e ao *lexe*, do nível conceptual, acima vistos, corresponde pelo menos um conceito lingüístico, enquanto significado lingüisticamente estruturado.

Assim, se duas lexias, por exemplo, apresentam significados lexicais, entendidos como sememas que satisfazem as duas condições, isto é, têm uma intersecção não vazia - um subconjunto de semas comuns - e se relacionam ao mesmo *lexe* e ao mesmo *conceptus*, dizemos que são parassinônimos.

Ainda no plano do conteúdo, do significado lingüisticamente estruturado, observa-se, na etapa de *atualização* do percurso gerativo da enunciação, que o semema de uma lexia, ao nível do sistema, é, na realidade, um *sobressemema* - necessariamente polissemêmico, ao qual correspondem subconjuntos seus, os sememas de normas diversas, de significados mais restritos e específicos, relacionados aos diferentes universos de discurso.

Enfim, tais lexias são atualizadas e manifestadas no enunciado de um discurso concretamente realizado, instância de desempenho, de que resulta um significado exclusivo daquela situação de discurso e de enunciação.

Cumprе observar que o engendramento dos conceitos e da rede conceptual, as relações entre os conceitos e suas respectivas denominações, a organização da rede semêmica variam de uma língua para outra, de um sistema semiótico para outro, entre universos de discurso e entre discursos-ocorrências.

De maneira sumária, diríamos que o processo de conceptualização, como percurso, é muito mais complexo do que a passagem do 'sentido amorfo' para o 'sentido formado', tal como o explica Hjelmslev (Cf. 1). Há etapas teóricas constitutivas do processo de conceptualização, entre um e outro. Assim, entre o sentido estruturável e o sentido estruturado, há a formação de um protótipo conceptual biofísico, núcleo noêmico comum a todas as culturas, que corresponderia ao *arquiconceptus*. Esquemáticamente, temos:

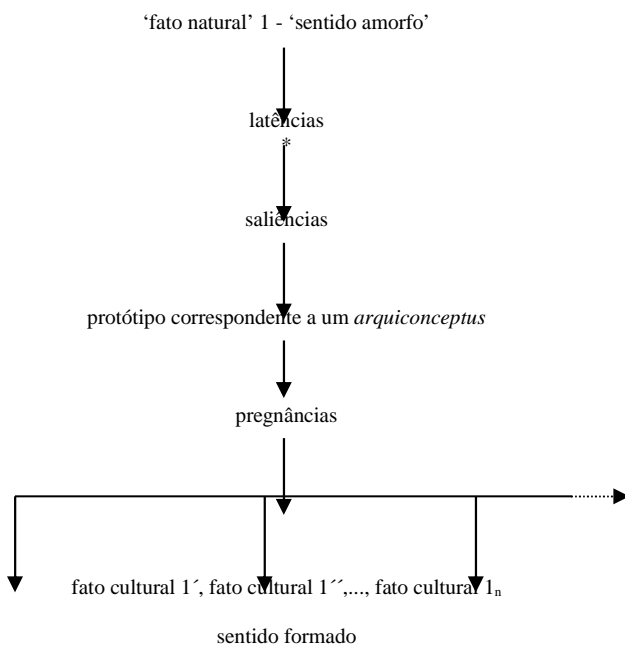


Figura 2: *Do natural ao cultural*

A conceptualização compreenderia, pois, três níveis de traços semânticos conceptuais: as *latências*, da semiótica natural, as *saliências*, também da semiótica natural, e as *pregnâncias*, enquanto escolhas do sujeito enunciador/enunciatário, individual e/ou coletivo, que determinam os traços semântico-conceptuais específicos de uma cultura, o *metaconceptus*, e o conjunto de traços semântico-conceptuais modalizadores / manipulatórios / intencionais, o *metametaconceptus*.

Quanto à organização dos patamares conceptual e lexical, propomo-nos, aqui, a descrever a organização de diferentes tipos de campos conceptuais e de campos lexicais, bem como as relações que se estabelecem entre os elementos do conjunto dos primeiros e os do conjuntos dos últimos, buscando, por outro lado, mostrar as diferenças nocionais e estruturais entre campo conceptual, campo lexical, campo semântico e respectivas unidades-padrão: *conceptus*,

lexemas/vocábulos/termos, sememas.

Essa questão insere-se no modelo do percurso gerativo de enunciação de codificação e de decodificação, pois cada um daqueles campos situa-se em diferentes patamares desse percurso: o campo conceptual, conjunto de *conceptus*, é resultado do processo de *conceptualização* do 'saber sobre o mundo' - pré-lingüístico, pré-semiótico, trans-semiótico; o campo lexical, conjunto de lexemas, lexias, vocábulo/termos que têm um núcleo sêmico comum, resulta do processo de *lexemização* - conversão da informação conceptualizada em significação lingüística; o campo semântico, em uma de suas acepções, constitui um conjunto de sememas e resulta da intersecção do significado das unidades lexicais de um campo lexical. As relações existentes entre os três campos não são simétricas, visto que um campo lexical pressupõe e contém necessariamente os seus correspondentes campo conceptual e campo semântico; entretanto, um campo conceptual pode não ter, ainda, os campos lexicais e semânticos que lhes corresponderiam.

Com efeito, a distinção entre *campo conceptual*, *campo lexical*, *campo semântico* nem sempre fica muito clara, mesmo para alguns especialistas das ciências cognitivas e das ciências da linguagem. Entretanto, não são *construtos* confundíveis, na medida em que pertencem, como dissemos acima, a níveis de articulação e de análise distintos: o campo conceptual é de natureza cognitiva, pertence ao metassistema conceptual, que parte da semiótica natural - a realidade fenomênica -, reorganizando-a e convertendo-a em 'conhecimento' que se tem da realidade fenomênica, início da semiótica humana, gerando, assim, uma concepção do mundo única e particular de uma comunidade, um sistema que reorganiza total e exclusivamente o 'sistema natural', pré-semiótico; o campo lexical é de natureza lingüística, pertence, pois, ao metassistema lexical, que parte do conceptual, convertendo a informação culturalmente recortada em significação sistêmica. Como seus elementos são os signos lingüísticos, constituídos de expressão e conteúdo, formando, no campo lexical, um conjunto de elementos, no caso, lexemas, agrupados segundo critérios semânticos, fica subentendido que o conjunto dos correspondentes significados, que têm um núcleo sêmico comum, constitui o campo semântico de determinado campo lexical. O campo semântico subjaz, portanto, ao campo lexical, que,

por sua vez, é contido pelo campo conceptual.

Como diz Geckeler,

todo campo lexical é um campo conceptual mas o inverso não é verdadeiro (...) todo lexema corresponde a um conceito mas nem todo conceito tem um lexema correspondente (...) o campo conceptual e o campo lexical encontram-se em uma relação inclusiva; o campo lexical inclui o campo lexical (1984).

Diríamos que a mesma relação se estabelece entre o campo lexical e o campo semântico: o campo semântico determina o campo lexical.

Passamos, agora, a descrever a estrutura das unidades-padrão do nível cognitivo e do nível lexemático, respectivamente, o *constructo conceptus* e o *constructo lexema*.

Um *conceptus*, em sentido amplo, constitui, conforme expusemos acima, um ‘modelo mental’ (RASTIER, 1991), dialeticamente articulado a um recorte cultural ou *designata*. É um conjunto de traços semânticos conceptuais que apresenta grande complexidade estrutural: um subconjunto de noemas (POTTIER, 1992), biofísicos ou ‘universais’, *conceptus stricto sensu*; um subconjunto de traços semânticos conceptuais ideológicos, culturais, *metaconceptus*; um subconjunto de traços semânticos conceptuais ideológicos, intencionais, modalizadores, *metametaconceptus*. Neste último o noema [intenção] é o mais importante, por oposição ao [ideológico], não tão marcado como o [intencional]. Esses três subconjuntos formam o *conceptus lato sensu*. Temos, pois,

Conceptus:

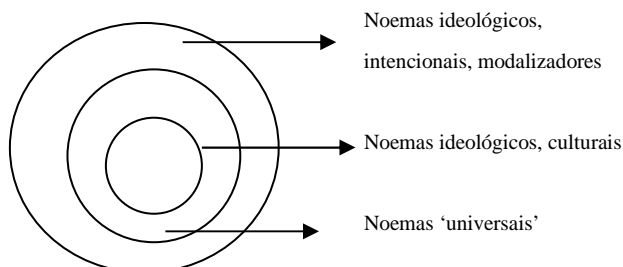


Figura 3: *Estrutura do conceptus*

Julgamos importante ressaltar que, ao engendrar-se um

conceptus, geram-se, simultânea e necessariamente, três outros *conceptus*: seu *contrário* e os *contraditórios* decorrentes, já que o raciocínio do homem funciona por oposições, dentre as quais, relações entre contrários e contraditórios:

Desse modo, ao seu criar o *conceptus* <<bem>>, concomitantemente engendra-se o seu contrário, <<mal>>, e seus respectivos contraditórios, <<~bem>> e <<~mal>>.

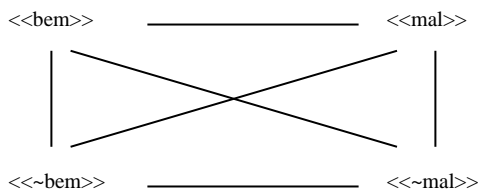


Figura 4: *Oposições antonímicas em nível conceptual*

onde << >> = conjunto de traços semânticos conceptuais, ou semema conceptual.

Verifica-se, pois, que as relações de contrários e contraditórios pre-existem aos sistemas semióticos – na chamada semiótica ‘natural’ -, instauram-se no patamar da conceptualização, são semiotizadas e lexemizadas – no nível do léxico e dos vocabulários e, finalmente, manifestam-se e sustentam-se nos discursos-ocorrência. Há, como se pode notar, coincidência dessas relações, no patamar cognitivo e nas suas respectivas lexemizações, se consideradas estas em nível de sistema.

Entretanto, sofrem elas reestruturações significativas em nível de *normas discursivas* ou *universos de discurso* e de *discursos-ocorrência*. Instauram-se, nesses níveis, relações antonímicas decorrentes do contexto ou de normas discursivas. É o caso, por exemplo, da oposição *verde x vermelho*, no código de trânsito; ou de *branco x tinto*, nas espécies de vinho. Isso reafirma o princípio de que a sino-antonímia é uma propriedade estrutural do sistema, dos modelos de relações geradores dessas estruturas (Cf. item 2).

EXAME DE UM MICROSSISTEMA

Apresentamos, aqui, à guisa de ilustração, um microssistema semântico-lexical definido pela oposição entre os metatermos contrários *nacionalismos* x *estrangeirismos*, os conceitos que lhes correspondem e a rede de metatermos complexos deles decorrentes, *importação de palavras* e *xenofobia lexical*. Pretendemos mostrar que relações entre contrários e contraditórios coexistem necessariamente, na constituição/transformação de uma língua comum e nas linguagens de especialidade. Essa abordagem permitiu construir *quadrados e octógonos semióticos*, que possibilitam formalizar a *axiologia* desses microssistemas. Analisamos, ainda, possíveis *percursos dialéticos* entre os seus termos. Verificamos que esses percursos devem ser relativizados, segundo paradigmas filosóficos, científicos, culturais e políticos do processo histórico das comunidades humanas.

O percurso dialético *a* é o que se inicia com o uso de uma palavra estrangeira, um *estrangeirismo*, que é incorporada aos discursos da língua comum e, em seguida, passa a integrar o léxico vernáculo. Quando adotado por uma comunidade, caracteriza uma *política de aceitação e incorporação* de unidades lexicais de outras línguas, como forma de *adesão* ou cosmopolitismo, a *importação de palavras*. A rejeição de palavras de outras línguas define-se como *xenofobia lexical*.

Esquemáticamente temos:

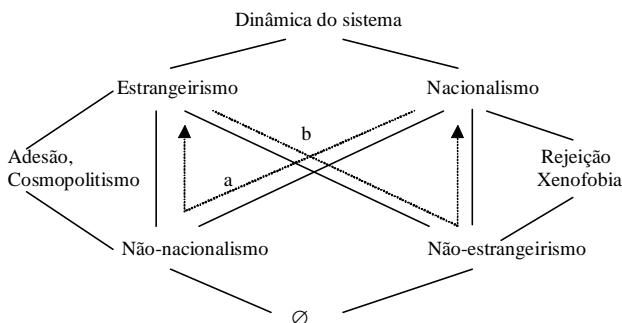


Figura 4: Um microssistema dialético na dinâmica do léxico

O percurso dialético *b* é aquele que se realiza com a *exportação de palavras*, da língua vernácula para outras línguas, que, por suas vez, as incorporam em seu léxico.

Observamos que as relações dialéticas entre contrários e contraditórios e as demais relações lógicas dialéticas que delas decorrem coexistem necessariamente na *constituição* e *transformação* de uma língua comum e das linguagens de especialidade a partir dela construídas.

Verificam-se, pois, no exemplo aqui considerado, as relações apontadas por Pais (1993: 634-635)

que se constitui um microsistema semântico-lexical, ou seja, uma rede de oposições sustentada em relações dialéticas, entre termos contrários, entre os contrários e os contraditórios que lhes correspondem, ainda, entre contrários e contraditórios, de um lado, e os metatermos complexos que resultam das combinações entre os termos 'simples' e, enfim, entre os metatermos complexos: tensão dialética, dêixis positiva, dêixis negativa e termo neutro.

Examinando o octógono semiótico acima apresentado, do ponto de vista das relações de antonímia, podemos concluir que, no microsistema instaurado, *nacionalismo* é antônimo de *estrangeirismo*, por contrariedade; e antônimo de *não-nacionalismo*, por contraditoriedade. Tem-se aí, nitidamente, um exemplo do dinamismo das relações lógicas subjacentes.

Ao se constituir, pois, um microsistema lexical, engendram-se simultaneamente um campo conceitual, seu respectivo campo lexical, relações formalizáveis como um octógono semiótico, um microsistema dialético e um microsistema dinâmico de relações antonímicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame de relações dialéticas subjacentes a microsistemas de unidades lexicais, que se atualizam em discursos manifestados e neles se transformam, revela o dinamismo do léxico e dos vocabulários, sustentados na tensão dialética entre duas tendências contrárias, *conservação x mudança*.

Esse exame revela, ainda, que as relações entre contrários e

contraditórios – dentre as quais as relações sino-antonímicas - coexistem necessariamente na constituição/transformação de uma língua comum e nas linguagens de especialidade.

Essa abordagem permitiu construir modelos dialéticos, que possibilitam formalizar a axiologia desses microsistemas conceptuais-lexicais.

Distinguem-se, nas relações entre contrários e contraditórios, aquelas que já se acham consolidadas no nível do sistema e aquelas que são construídas no aqui e agora de cada enunciação e produção textual.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Maria Aparecida. Estruturas da obra lexicográfica: algumas questões semânticas. In: *Confluência. Boletim do Departamento de Lingüística*.(Assis, UNESP-Assis, p. 148-161, 1994.

———. Léxico, semântica e produção da cultura. In: *Confluência. Boletim do Departamento de Lingüística. Assis-UNESP*. Assis: UNESP, p. 63-67, 1995.

———. Paradigmas de criatividade léxica. In: *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du CEMIA*. Lyon: Département de Langues Romanes de l'Université Lumière Lyon 2, p. 385-405, 1998a.

———. Polissemia e parassinonímia nos termos da Ecologia. In: *Anais do III EELA*, Vol. 1. São Paulo: Arte & Ciência, p. 13-21, 1998b.

———. Terminologização, vocabularização, científicidade, banalização: relações. In: *Acta semiotica et linguistica* (Revista Internacional de Semiótica e Lingüística) Vol. 7. São Paulo: Plêiade, p. 25-44, 1998c.

———. Campo conceitual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. In: *Revista brasileira de lingüística*, vol. 10 São Paulo: Plêiade, p. 29-52, 1999.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BÉJOINT, Henri, THOIRON, Phillippe et al. Notion d' "archi-concept" et dénomination. In: *Meta. Journal des Traducteurs*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, p. 512-523, 1996.

CALÇADA, Guiomar Fanganiello. O léxico e o dicionário para a compreensão e interpretação do texto literário. In: *Anais do 8º Congresso e professores de português*. São Paulo: PUC, 2000.

COSERIU, Eugenio. Vers une typologie des champs lexicaux. In: *Cahiers de Lexicologie*, 27. Paris:, Larousse, p. 30-51, 1975.

GECKELER, Horst. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1984.

GREIMAS, Algirdas Julien et COURTÉS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, p. 157-162, 1979.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOPES. Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976;

LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp, 1979.

MALMBERG, Bertil. *A língua e o homem. Introdução aos problemas gerais da linguagem*. Rio: Nórdica, 1976.

PAIS, Cidmar Teodoro. Les tensions et les parcours de production du processus sémiotique. In: *Acta semiotica et Linguistica (Revista Internacional de Semiótica e Lingüística)*. São Paulo: Global, p. 103-123, 1979.

———. Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos. In: *Revista Brasileira de Lingüística*, v. 6, n.º 1. São Paulo: Duas cidades - SBPL, p. 45-60, 1982.

———. Conditions sémiotiques et sémantico-syntaxique de la productivité systémique, lexicale et discursive. In: *Hommage à Bernard Pottier*, V. 2 Paris: Klincksieck, p. 599-614, 1988.

———. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. 2 tomes. Paris/Lille: Université de Paris-Sorbonne/A.N.R.T., 761 p., 1993.

———. Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. In: *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du C.E.M.IA.* Lyon: Université Lumière Lyon 2, p. 271-311, 1998.

———. Étude comparée de microsystèmes de valeurs des cultures française et brésilienne: essai en sémiotique des cultures. In: *INFO-CREA – Revue du Centre de Recherches et d'Études Anthropologiques.* Volume 6. Lyon: Centre de Recherches et d'Études Anthropologiques de l'Université Lumière Lyon 2, p. 13-21, 1999.

POTTIER, Bernard. *Linguistique générale. Théorie et description.* Paris: Klincksieck, 1974.

———. *Théorie et analyse en linguistique.* 2e ed. Paris: Hachette, 1991.

———. *Sémantique générale.* Paris: P. U.F, 1992.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives.* (Paris: PUF, 1991.

———. Para uma poética generalizada. Tradução de C. T. Pais. In: *Acta semiotica et linguistica,* V. 8. São Paulo: Plêiade, 2000.

SEIDE, Márcia Sipavicius. *Características e Funções da Antonímia Textual.* São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

ULLMANN, Stephen. *The principles of Semantics.* Glasgow: Jakson, Oxford Bleckwell, 1957.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português.* Coimbra: Almedina, 1994.

**DO LEXEMA E TERMOS AFINS
NA TERMINOLOGIA GRAMATICAL**

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)

RESUMO

Neste artigo, examinamos alguns pares de termos correntes em lingüística: *lexema / morfema* (Martinet), *lexema/gramema* (Pottier), *semantema / morfema* (Vendryès, Camara Jr.), *plerema/morfema* (Hjelmslev). Tendemos a enfatizar o termo nuclear, o que é devido a problemas conceituais que emergem a partir do próprio termo, que pode determinar uma extensão diferente para o termo periférico. Nosso objetivo é mostrar que: a) os pares de termos podem não ter a mesma extensão; b) eles podem diferir quanto à univocidade e/ou as condições a priori que o lingüista estabelece para a existência dos mesmos; c) assim, eles, em geral, não correspondem exatamente ao par tradicional raiz/afixos (afixos lexicais e desinências).

PALAVRAS-CHAVE: raiz; lexema; semantema; plerema.

INTRODUÇÃO

Em ciência, particularmente na lingüística, é de se recear aproximações conceituais porque tendem a fazer *tabula rasa* das diferenças ideológicas e doutrinárias entre os autores, isto sem mencionar pequenas nuances semânticas diferenciais entre as terminologias. Devemos ter cautela ao identificarmos proximidade ou superposição conceptual entre as denominações adotadas nas diversas correntes e obras. Rótulos costumam ocultar modos diversos de construir “realidades” a partir da perspectiva jamais neutra do observador.

Já dizia Saussure (1977), em postura francamente fenomenológica: o ponto de vista cria o objeto. Acontece que o objeto não pode reduzir-se a tessituras nominais. Ele nasce imbuído, de algum modo, das vivências de quem os põe em perspectiva. Arrasta consigo conceitos, ângulos de observação que o tornam singular.

É por isto que nos surpreendem sinonímias por parte de estudiosos. Macedo (1987:69), por exemplo, apresenta uma lista do que, para ele, se trata de mera diversidade terminológica:

Gramática tradicional: raízes, radicais, prefixos, sufixos, desinências.
Vendryès: semantema e morfemas
Sapir: conceitos radicais, derivativos e de relação.
Hill: bases, pré-bases, pós-bases, sufixos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Hockett: contentivos e functivos.

Juilland: raízes e não-raízes, divididas em afixos e de relação.

Bloch-Trager: bases e afixos (derivacionais e funcionais).

Cantineau: lexemas e morfemas.

Pottier: lexemas e gramemas.

Martinet: monemas, divididos em monemas lexicais ou lexemas, e morfemas gramaticais.

Um livro introdutório de lingüística, o de Lopes (s/d: 154), aproxima os termos *semantema*, *raiz* e *plerema*. Outra obra, a de Monteiro (1986:12), tomando emprestado o termo *semantema* a Vendryès, conceitua-o como ‘a parte da palavra em que repousa a significação lexical básica. Constitui o que se denomina raiz’. Dá como sinônimos, para o termo, *lexema* e *monema*.

Há quem estabeleça inclusive paralelos entre conceitos lingüísticos e filosóficos, como Freitas (1981:31), que aproxima o semantema e o morfema de Vendryès das palavras categoremáticas e sincategoremáticas de Aristóteles¹². Ora, na perspectiva Aristotélica eram as palavras, *grosso modo* divididas em *ónoma*, *rhêma* e *sýndesmos*. O Estagirita visava ao discurso apofântico e, conseqüentemente, às palavras que o compunham.

Vendryès, por sua vez, numa perspectiva lingüística, visava a identificar as unidades inferiores à palavra, para chegar a uma análise mórfica viável e ao reconhecimento das classes vocabulares. Morfemas abrangem não apenas o que admitimos como formas dependentes, mas também formas presas como as desinências. Se semantemas abrangem palavras indivisíveis, como *mar* e *sol*, também abrangem constituintes nucleares de palavras divisíveis (pelo menos, segundo interpretação corrente), como *cant-*, de *cantar*, *livr-*, de *livraria*.

¹² Do modo semelhante procede Carvalho (1983), que trai uma forte influência da Escolástica, procurando adaptá-la às contribuições da lingüística moderna. O capítulo 7, por exemplo, é bastante ilustrativo. Ai estão parâmetros conceituais importantes: *sinal*, *significar*, *manifestar*. O capítulo 8 é sucedâneo conteudisticamente do anterior. Nele, as definições são fundadas na filosofia, o que é comprovável pela simples vistoria dos termos: *essência*, *substância*, *movimentos*, *qualidades*, *modos de existência*. Carvalho (1974), capítulo 16, retoma atenuadamente os conceitos acima. Com relação às palavras, temos *lexemas* e *categoremás*, conforme se apresente a significação objetiva ou a significação meramente gramatical (mas será que isto ocorre sempre?). Relativamente aos *monemas*, formas mínimas, temos *pari passu* os *semantemas*, monemas de significação objetiva, e *morfemas*, monemas de significação gramatical.

Para facilitar o entendimento deste artigo, vamos apreciar separadamente os pares de termos que julgamos mais representativos: *lexema/morfema*, *lexema/gramema*, *semantema/morfema* e *plere-ma/morfema*, de modo a cotejá-los entre si, e a verificar em que medida se aproximam do par de termos tradicionais *raiz/afixos*. Uma análise exaustiva de todo um elenco de nomenclaturas sobrecarregaria a presente exposição. Daí a necessidade do corte.

A subdivisão das secções será feita conforme o termo nuclear, pois é em função da extensão dele que os termos periféricos podem reconfigurar-se conceitualmente. Ademais, um mesmo termo nuclear pode ser usado por mais de um autor, como *lexema*.

Nosso propósito é verificar se os termos cobrem realidades distintas e/ou derivam de abordagens diversas. Pretendemos assim contribuir para uma descrição lingüística mais acurada e, no plano do ensino, desmistificar aproximações conceituais, que não se justificam sequer pedagogicamente.

DAS TERMINOLOGIAS

Lexema

A noção de *lexema* aparece em Martinet (1973), que admite o princípio da dupla articulação da linguagem¹³. A segunda articulação diz respeito às unidades meramente distintivas, os fonemas. Por sua vez, pela primeira articulação da linguagem, as experiências a trans-

¹³ Outros autores também utilizaram o termo *lexema*, como Coseriu (1978). Na terminologia do autor, as palavras nomeadoras da realidade extralingüística são referidas pelo lingüista romeno sob o nome de *palavras lexemáticas*. Portanto, a noção de *lexema* guarda estreita conexão com a de *designação*, referência ao estado de coisas extralingüístico. Coseriu também fala de *significado léxico*, que parece guardar, a princípio, alguma conexão com o conceito de *raiz*, enquanto elemento nocional. Todavia, parece abranger algo diferente, como indica esta passagem: "O significado léxico refere-se ao que é organizado pela linguagem; o categorial ao modo de organizá-lo: o significado léxico corresponde ao que significa uma palavra; o categorial, ao como de significação." (1978: 55-56). Podemos deduzir da passagem supra que: a) o significado léxico é, pois, um entre outros significados, que são o categorial (referente às classes vocabulares), o instrumental (veiculado por morfemas como as desinências), o sintático e o ôntico (este respeitante à natureza da oração: declarativa, interrogativa e exclamativa). b) o *lexema* em Coseriu não coincide com a *raiz*, a não ser ocasionalmente, porque abrange palavras primitivas.

mitir, as necessidades que se pretendem revelar a outrem, analisam-se em uma série de unidades, cada uma delas possuidora de uma forma vocal e de um sentido (1973:11).

As unidades de primeira articulação são chamadas pelo autor de *monemas*, divididos em *lexemas*, situados no léxico, e *morfemas*, situados na gramática. Justifica sua opção terminológica nestes termos (a propósito de um exemplo, *comemos*):

A tradição distingue com- de -e- e -mos, dizendo que por um lado temos um semantema e por outro morfemas, mas esta terminologia oferece o inconveniente de sugerir que só o semantema teria sentido, por oposição ao morfema, que não o teria, o que não é exato. (1973: 13)

Poderíamos julgar que é uma mera substituição nomenclatural, como o próprio Martinet sugere, matizada pela consideração adicional sobre inventário ilimitado x inventário limitado, atribuídos respectivamente aos monemas lexicais e aos monemas gramaticais.

As coisas, porém, não se passam tão simples. Martinet não parece seguro acerca do critério da produtividade em linguística, mensurável em termos de número. Julga difícil, por vezes, pronunciar-se a respeito deste ou daquele afixo (cf. Martinet, 1973:137). Em virtude disso, afirma que “o que de qualquer modo tem de evitar-se é que a análise ultrapasse os limites permitidos pelo sentido”. Na página 138, refere-se ao critério da não-limitação dos inventários como pouco rígido, embora seja, para ele, o único aplicável ao conjunto dos casos de derivação. Por conta dessa hesitação, tende a incluir os afixos entre os lexemas, como atesta a passagem abaixo:

(...) Precisemos que não se trata de saber se é ou não possível contar exactamente os monemas susceptíveis de aparecerem em dado contexto, mas sim se o monema pertence a uma série aberta (que hoje talvez comporte um número reduzido de unidades, mas susceptível de aumentar) ou a uma série fechada tal que o número dos elementos que comporta não possa variar sem que daí resulte uma reorganização estrutural: não se procura saber quantos sufixos há em português susceptíveis, como *-inho*, de formar substantivos a partir de substantivos, porque eles constituem um sistema suficientemente elástico para a cada passo poder aparecer novo sufixo do mesmo tipo sem lhes afetar o valor nem os empregos. Inteiramente diverso é o caso de sistemas como os do número ou do artigo em português, em cada um dos quais há apenas duas unidades opostas, de modo que, em caso de necessidade, se tem forçosamente de escolher entre singular e plural, entre definido e indefinido. Num caso destes, qualquer unidade nova teria de arranjar lugar à custa das unidades tradi-

cionais. Implica isso que, uma vez realizadas as condições determinantes do emprego de certo tipo de modalidade, o locutor deve necessariamente escolher entre certo número de monemas: pode falar-se em português dum *cruzamento de ruas*, sem artigo antes de *ruas*; mas se se quiser valorizar na mensagem a noção de rua, empregar-se-á necessariamente *a rua* ou *uma rua*. Parece pois haver interesse em ver os afixos como um tipo particular de lexemas. (grifo nosso)(1973:137-138).

A passagem acima é amenizada por uma ponderação acerca do contínuo *léxico/gramática*, que faz identificar os afixos como elementos entre os lexemas e as modalidades:

Em resumo, a dificuldade que se apresenta em lingüística geral para distinguir os afixos das modalidades resulta do facto de lexemas e morfemas representarem dois pólos que não excluem a existência de elementos intermédios, de especificidade maior que a das modalidades e a dos monemas funcionais, mas menor que a especificidade média dos lexemas. (1973:139)

Em outras passagens isoladas, todavia, o lingüista francês procura ser mais assertivo no que tange à diferença entre lexemas e afixos. Em determinado momento, caracteriza o afixo em termos de oposição entre derivado e composto: “o monema passa do estatuto de elemento de composto ao de afixo, desde que se deixa de empregar fora da composição...” (1973:136). Em outro momento, na mesma página, reafirma o critério estatístico associado ao critério semântico para caracterizar o lexema. Acerca do exemplo *termómetro*, assevera:

(...) São sobretudo elementos chamados *eruditos*, que originariamente fazem parte de importações de uma língua ‘clássica’ e são entendidos como formando unidades significantes pelos que os lançam em uso. Mas desde que se tornam numerosas e usuais as palavras deste tipo, acaba por emergir o sentido dos seus componentes (...). A relativamente grande especificidade semântica dos dois elementos, apoiada por vezes no conhecimento da etimologia, pode levar a interpretar tais formações como compostos. (1973:136)

No entanto, arrefece o tom da assertiva, quando se reporta a elementos como *tele-*, “particularmente favorecidos pelas descobertas dos últimos séculos e hoje livremente combinados com monemas ou sintagmas existentes fora das combinações em causa (...)”. Afirma que o comportamento é de afixo, para, em seguida, estabelecer: “Trata-se de situação lingüística particular, a qual se não identifica com a composição propriamente dita nem, geralmente, com a derivação que supõe a combinação de elementos de estatuto diferente.” (1973:137)

A hesitação persiste. Em princípio, “o afixo se define como formando com um lexema não-derivativo um complexo susceptível de funcionar exactamente como lexema simples e de se combinar com as mesmas modalidades (...)” (1973:139). Todavia, objeto de imediato que

pode conceber-se uma língua em que o substantivo acompanhado de artigo se comportasse integralmente como o mesmo substantivo sem artigo, sem pensarmos por isso em ver um derivado no sintagma artigo + substantivo e um afixo no artigo, por o facto de o artigo pertencer a um inventário limitado lhe dar carácter de generalidade e de abstracção que é afinal o que nas modalidades nos chama a atenção. (1973:139)

O alcance dos termos *lexema* e *afixo* não se nos afigura claro. No que respeita ao primeiro, por exemplo, parece abranger, em determinado momento, mais ou menos o que se entende por *raiz*, destinada a orientação doutrinária fundada no critério de frequência, este relacionado com a noção de inventário ilimitado, já aludido. Noutro momento, parece abranger não apenas o conceito de raiz, mas também o de afixo. Esta oscilação decorre, em parte, da perspectiva dialética de Martinet, que acaba por conduzi-lo a ver, por vezes, os fatos com temperança e a mitigar, pelos menos em alguns momentos, a diferença entre léxico e gramática. Ele próprio reconhece, à página 13, que há monemas como *contra*, que podem figurar no léxico ou na gramática, mas opta por incluí-los entre os morfemas.

Pottier se vale também do termo *lexema*. Parte da *lexia*, a unidade lexical memorizada, dividida em *simples*, correspondente à palavra tradicional, e em *composta*, resultado de uma integração semântica, que se manifesta formalmente, em *complexa*, seqüência em vias de lexicalização, e em *textual*, *lexia* complexa que alcança o nível de um enunciado (cf. Pottier, 1975: 25-28, Pottier et al. 1975:26-28).

O autor, partindo de uma fundamentação estatística mais explícita, chega a resultados mais consistentes que os de Martinet, todavia bem menos dialéticos. Ele reconhece a classe dos lexemas e formantes, sobre os quais se exprime nestes termos:

Baseando-se nas possibilidades combinatórias no interior de uma mesma classe de morfemas, distinguimos os *lexemas*, que pertencem a uma categoria com um grande número de variáveis (p. ex.: a partir de

cinco mil em francês), e os *formantes* ou morfemas que pertencem a uma categoria com pequeno número de variáveis facilmente determinável (p. ex.: abaixo de cem).¹⁴ (1962: 95)

Pottier recorre a uma base estatística por rejeitar a tradicional divisão entre vocábulos de conteúdo nocional e vocábulos vazios deste conteúdo. Voltado para a distribuição dos lexemas e formantes na lexia, o autor, inclinado a apresentações esquemáticas, oferece uma tipologia dos morfemas gramaticais. Numa zona quatro, situam-se os morfemas lexicais; à esquerda, em três zonas, os de natureza prefixal: morfemas gramaticais semi-autônomos, de natureza quantitativa (*multi-*, *super-*, *bi-*), morfemas gramaticais integrados (*in-* negativo, *re-*) e morfemas gramaticais autônomos, que correspondem aos relatores (*sobre-*, *contra-*, *des-*); por fim, nas demais zonas, os morfemas sufixais: os de aspecto e formulação do processo, os de grau e os sufixos de concordância.

Talvez a distribuição dos morfemas em relação ao lexema sugira algum tipo de gradação dos mesmos, que o autor não explicitou bem. Por este prisma, os mais periféricos, como as desinências, seriam “mais gramaticais”. O próprio autor sugere gradação pela nomenclatura utilizada: *morfemas gramaticais semi-autônomos*, por exemplo, para os de natureza quantitativa, como *bi-*, *super-* e *vice-*, talvez pela autonomia acentual deles, do que decorre a possibilidade de funcionarem isoladamente: *bi-* em lugar de *bicampeonato*, *vice* em vez de *vice-prefeito*.

Não obstante as diferenças, os morfemas lexicais e gramaticais comungam da possibilidade de descrição semântica. Para exemplificar apenas com os primeiros, há que se distinguir os semas específicos, que permitem diferenciar os morfemas mais próximos de um mesmo domínio, sendo descritivos ou combinatórios; os semas genéricos, que indicam a pertinência a classes conceituais; os semas virtuais, que correspondem às associações disponíveis nos locutores de uma comunidade homogênea.

¹⁴ «En nous fondant sur les possibilités combinatoires à l'intérieur d'une même classe de morphèmes, nous distinguons les *lexèmes* ou morphèmes appartenant à une catégorie à grand nombre de variables (p. ex.: à partir de 5.000 en français), et les *formants* ou morphèmes appartenant à une catégorie à petit nombre de variables facilement déterminable (par ex., au-dessous de 100). »

Em suma, o termo *lexema* em Pottier é mais unívoco que o mesmo termo em Martinet. Além disto, assenta-se sobre produtividade em termos numéricos explícitos e numa evidente demarcação entre léxico e gramática, o que se atesta pela própria terminologia em termos opositivos: *lexemas x gramemas*. Apenas por comodidade di-
dática, podemos aproximá-lo do termo *raiz*.

Semantema

O termo *semantema*, oposto a *morfema*, foi usado por Vendryès (1950), referentemente à frase *le cheval court* “o cavalo corre”:

É necessário entender por *semantemas* os elementos lingüísticos que exprimem as idéias das representações: aqui a idéia do cavalo ou a idéia da corrida, e sob o nome de *morfemas* aqueles que exprimem relação entre idéias: aqui o fato de que a corrida associada ao cavalo em geral é relacionada à terceira pessoa do singular do indicativo. Os morfemas exprimem consequentemente as relações que o espírito estabelece entre os semantemas.¹⁵ (1950: 86)

Descontando a vagueza de *lexemas* como *idéia e representação*, parece que Vendryès intenta estabelecer a distinção entre léxico e gramática, embora não seja feliz a escolha terminológica, já que induz a pensar que o morfema não tem significado e é mero instrumento de relações¹⁶.

Vendryès (1950:94) examina como os morfemas se comportam em relação aos semantemas, em algumas línguas, de tal maneira que os dois elementos se combinam encerrando simultaneamente a expressão de seu valor semântico e a de seu papel morfológico. Introduce, então, o termo *raiz*, segundo o autor, uma realidade sensível

¹⁵ “Il faut entendre par semantèmes les éléments linguistiques exprimant les idées des représentations: ici l'idée du cheval ou l'idée de la course; et sous le nom de morphèmes ceux qui expriment les rapports entre les idées: ici le fait que la course associée au cheval en général est rapportée à la troisième personne du singulier de l'indicatif. Les morphèmes expriment par conséquent les relations que l'esprit établit entre les semantèmes.»

¹⁶ Preposições como *contra*, *sobre* ou *sob* ligam idéias, mas também representam idéias, em virtude dos nítidos contornos semânticos que exibem, comparadas com preposições como *de*, *em*, *por*. Acrescente-se que o fato de estabelecer relação entre idéias não impede que os morfemas também apresentem idéias, oriundas da relação.

àquele que fala, pelo fato de comportar diversos estados vocálicos, a cada um dos quais corresponde um emprego diferente. A realidade da raiz residiria na sua variabilidade. Parece que, para o autor, a raiz é entidade formal em função dos estados vocálicos que nela se instaura.

Podemos, todavia, sem maiores problemas, admitir que o semantema é a raiz sob uma perspectiva nocional. Se nos ativermos apenas à forma, como nas raízes de língua portuguesa *-duz-* e *-ceb-* de *conduzir/ reduzir/ receber/ perceber*, não julgamos ser pertinente falar de semantema¹⁷.

Enfatizamos, pois, que o uso da palavra *raiz* sofre restrições de uso conforme sinaliza a terminologia de Vendryès. O semantema se baseia em considerações de ordem semântica, nem sempre presentes na raiz, entidade primariamente de forma e secundariamente de sentido. A raiz se prende a considerações relativas a alternâncias vocálicas.

Câmara Jr. (1977a) oferece menos margem à dúvida que Vendryès, ao qual tomou o termo *semantema*, embaixador de sua concepção semântica de palavra (como vocábulo constituído de semantema) e de sua “teoria” das partes do discurso.

O lingüista brasileiro distinguia duas classes de forma mínima: a primeira, relativa à representação lingüística do mundo dos objetos, sendo nele contemplado não apenas o mundo exterior, com seus fenômenos e coisas, mas também o mundo interior de sensações, volições e idéias; a segunda, referente às categorias levadas em conta no sistema lingüístico. Em síntese, o autor reconhecia o semantema e o morfema, embora destacasse, e com razão, que a dicotomia pode sugerir que apenas o primeiro tem valor significativo.

Nos verbetes *Raiz* e *Radical*, Câmara Jr. não deixa dúvidas quanto à superposição dos conceitos de raiz e semantema. Consultando-os, chegamos às seguintes conclusões.

A raiz é definida como semantema, como parte básica da estrutura das palavras a que se chega pela análise mórfica. Existe a raiz

¹⁷ Nossa interpretação é corroborada no verbete *Semantema* de Carreter (1977), no qual se afirma que esta denominação faz referência ao plano do significado.

sincronicamente apreendida, bem como aquela que é objeto de análise diacrônica. O termo *raiz* pode aplicar-se tanto a uma língua como a francesa, quanto à língua alemã, que apresenta marcadamente a alternância vocálica, fenômeno que acarreta a presença de raiz descontínua.

Cabe acrescentar, todavia, que Câmara (1977b:104), reportando-se às raízes descontínuas do latim, estabelece uma implícita distinção entre raiz e semantema. Assevera que as formas descontínuas são raízes do ponto de vista mórfico, mas não semantemas do ponto de vista significativo.

Diferentemente de Vendryès, Câmara Jr. classificou os prefixos como semantemas subsidiários e não como morfemas. Daí uma dificuldade: a natureza dos prefixos seria a mesma da preposição, segundo o autor. Ora, se as preposições são definidas como ‘vocábulos que servem de morfemas de relação’, conforme o verbete *Preposição*, no *Dicionário de Linguística e Gramática*, como se identifica nos prefixos valor semantemático?

Plerema

O termo *plerema*, utilizado na Glossemática, do lingüista dinamarquês Hjelmslev (1974), diferentemente dos anteriores, lexema e semantema, nasce de uma concepção altamente estruturada de linguagem, de uma forma de estruturalismo muito conseqüente e, em nosso parecer, mais ortodoxo que qualquer outro.

Para entender a extensão do termo, partiremos apenas dos pressupostos lingüísticos que julgamos mais pertinentes. De propósito, deixamos de lado a referência a pressupostos filosóficos que se encontram tanto na obra já citada, como na de Llhörach (1981). Mesmo assim, não entraremos nos detalhes da intrincada e hermética nomenclatura glossemática.

Hjelmslev parte do conceito de *função*, que permeia sua concepção lingüística. Entende-se por função a dependência que se estabelece entre uma classe e seu elemento ou entre os elementos entre

si¹⁸. Decorrente do conceito de função é o de *signo*, que consiste numa relação bidirecional entre *forma da expressão* e *forma do conteúdo*, graças às quais as *substâncias* respectivas são organizadas. Legitima-se, assim, o campo de estudos fonológicos (cenemática na terminologia do autor) e dos estudos gramaticais (pleremática).

A pleremática é o estudo da forma do conteúdo de uma língua e corresponde *grosso modo* à gramática, sem que haja a tradicional divisão morfologia/sintaxe.

Pleremas e morfemas têm em comum a condição de serem o eixo das investigações em detrimento da palavra, cuja definição não é considerada satisfatória pelos cultores da Glossemática, já que é de natureza sintagmática.

Os signos mínimos capazes de permutar-se na cadeia são as palavras. São, pois, estes signos cuja existência depende do discurso e não do sistema, da sintagmática e não da paradigmática. Como a pleremática se ocupa do estabelecimento dos paradigmas do conteúdo, o conceito 'palavra' é desnecessário para seu objeto, e as magnitudes que deve ter em conta são os pleremas e os morfemas, isto é, os plerematemas¹⁹. (Lhorach, 1981:51)

Pleremas e morfemas partilham também a condição de serem obtidos por técnica de comutação, esta embasada na *função signo*: temos um plerematema delimitado quando, ao trocarmos sua expressão, modificamos seu conteúdo e, ao trocarmos seu conteúdo, modificamos sua expressão. Deste modo, formas como *banco* (tipo de assento) e *banco* (instituição financeira) são um só signo; *so-*(de *somos*), *er-*(de *éramos*) e *fo-*(de *fôssemos*) constituem igualmente uma unidade sígnica. Na primeira série, houve apenas alteração do plano

¹⁸ Para melhor compreensão do assunto eis o conjunto das funções ou dependências: *interdependência* (A pressupõe B, e B pressupõe A); *determinação* (A pressupõe B, mas B não pressupõe A), *constelação* (A e B não se pressupõem mutuamente ou unilateralmente. Interdependência no sistema é *complementaridade* e no discurso, *solidariedade*; determinação no sistema é *especificação* e no discurso, *seleção*; constelação no sistema é *autonomia*; no discurso, *combinação*.

¹⁹ "Los signos mínimos capaces de permutarse en la cadena son las 'palabras'. Son, pues, éstos signos cuya existencia depende del discurso y no del sistema, de la sintagmática y no de la paradigmática. Como la pleremática se ocupa del establecimiento de los paradigmas del contenido, el concepto 'palabra' es innecesario para su objeto, y las magnitudes que debe tener en cuenta son los pleremas y los morfemas, esto es, los plerematemas."

do conteúdo, sem a correspondente alteração no plano da expressão; na segunda, houve apenas alteração do plano da expressão, sem a correlata mudança no plano do conteúdo²⁰.

Por fim, pleremas e morfemas compartilham condições suplementares à técnica de comutação para se estabelecerem como signos: deve-se também observar as dependências sintagmáticas e paradigmáticas. Desta forma, *o* (artigo definido) e *o* (pronome pessoal objeto) constituem plerematemas distintos, porque a segunda forma estabelece relações com a forma *ele* (ou *você*). Desta forma, a Glossemática nos fornece pistas para a velha questão da polissemia e da homonímia, no âmbito da morfêmica e da plerêmica.

Por outro lado, os pleremas se opõem aos morfemas. Estes se dividem em *extensos*, pois dizem respeito à frase inteira, como aspecto e tempo, e *intensos*, pois concernem a um segmento de frase, como o gênero. Aqueles, por seu turno, se dividem em *centrais* e *marginais* e abrangem respectivamente raízes e derivativos. Isto já indica quão temerário é reduzir o conceito de plerema ao de raiz.

Não se trata, como percebemos, de uma mera substituição nomenclatural. Além de ter extensão distinta da de raiz, o termo *plerema* se assenta sobre uma noção tradicional, aperfeiçoada e bem explicitada em Hjelmslev, a de *recção*. Mas em que termos se define este fenômeno? Lhorach (1981), baseado em Hjelmslev (1972), assim se exprime sobre ele:

É um movimento irreversível de um regente a um regido; há uma direção ou orientação entre seus termos. Como pode afirmar-se que um dos termos é regente e o outro regido? O termo regido é, dos dois, o que é exigido necessariamente pelo outro. Por exemplo, a preposição latina *apud* exige necessariamente sua relação com um 'acusativo', enquanto o acusativo não exige necessariamente a preposição *apud*; *apud* é regente e o 'acusativo' é regido; porém *apud* não rege em absoluto a base de que o 'acusativo' é característica; a relação entre *apud* e 'acusativo' é uma recção heterossintagmática, a relação entre 'acusativo' e o plerema a que está unido é uma recção homossintagmática.²¹ (1981:57)

²⁰ Este ponto de vista é problemático, uma vez que nos levaria a considerar os sufixos *-eza* e *-idade* como variantes do mesmo signo. Tratar disto requer um outro trabalho com relação à questão da alomorfia, mormente aquela que é morfologicamente condicionada.

²¹ "Es un movimiento irreversible desde un regente a un regido; hay una dirección u orientación entre sus términos. ¿Cómo puede afirmarse que uno de los términos es regente y el otro regi-

Além de aperfeiçoar e explicitar a noção de recção, a Glossemática amplia o âmbito desta: além de ter aplicação entre elementos de um mesmo sintagma²² (homossintagmáticos), pode aplicar-se como função entre elementos de diferentes sintagmas (heterossintagmáticos). Opõe-se, portanto, à gramática antiga que se limitava às relações heterossintagmáticas. Por este prisma glossemático, regência e concordância podem ser tratadas como manifestações de um mesmo fenômeno básico.

A recção se baseia na função de *determinação*: estabelece-se entre dois termos, A e B, de modo que A pressupõe B, mas B não pressupõe A. É através da recção que a Glossemática melhor clarifica a distinção entre pleremas e morfemas. Expliquemos por quê.

Segundo Hjelmslev, os plerematemas que contraem recção heterossintagmática são os morfemas. Por sua vez, os plerematemas que não apresentam esta característica, que não exigem a recção heterossintagmática são os pleremas. Nas palavras de Lihorach,

os morfemas são elementos susceptíveis de serem exigidos em toda combinação de sintagmas, enquanto os pleremas são elementos cuja presença não é exigida por outros elementos em uma combinação de sintagmas. (1981: 56)²³.

Já do ponto de vista da relação homossintagmática, os morfemas pressupõem a presença de pleremas. Assim, em *meninas*, as formas *-a* e *-s* determinam *menin-* e, em *correm*, a forma *-em* determina *corr-*. Por outro lado, em *mar* e *faz*, existem apenas plere-

do? El término regido es, de los dos, el que es exigido necesariamente por el otro. Por ejemplo, la preposición latina *apud* exige necesariamente su relación con un 'acusativo', mientras el 'acusativo' no exige necesariamente la preposición *apud*; *apud* es regente y el 'acusativo' es regido; pero *apud* no rige en absoluto a la base de que el 'acusativo' es característica; la relación entre *apud* y 'acusativo' es una reacción heterosintagmática, la relación entre 'acusativo' y el plerema con que va unido es una reacción homosintagmática." (1981:57)

²² A noção de sintagma diverge da que costumeiramente se encontra nos manuais de lingüística, restrita ao âmbito da sintaxe. Sintagma na pleremática é o todo, constituído dos pleremas (constituintes) e dos morfemas (expoentes). Aplica-se também ao domínio fonológico (sintagma cenemático), constante de cenemas (vogais e consoantes) e de prosodemas.

²³ "(...) los morfemas son elementos susceptibles de ser exigidos en toda combinación de sintagmas, mientras los pleremas son elementos cuya presencia no es exigida por otros elementos en una combinación de sintagmas."

mas. Naturalmente estamos falando de morfema enquanto manifesto por significante explícito.

Pelo supra-exposto, já nos damos conta de como é importante a noção de recção e dos contextos sintagmáticos (homo e heterossintagmáticos) para a “definição” do plerema e do morfema. Percebemos também como, por extensão e por fundamentos teóricos, o plerema se distancia da tradicional raiz.

A distância entre as duas entidades torna-se maior quando verificamos que a centralidade do plerema implica mais do que anteriormente exposto: pode haver pleremas sem necessidade sequer virtual de acréscimos de morfemas.

Decorre daí que os pleremas podem ser derivados e não-derivados. Exemplo de plerema derivado se encontra em *verdor*. Entre os não-derivados, estão aqueles que podem virtualmente sofrer derivação, como *verde* e os que não são susceptíveis a sofrer derivação, como as conjunções e as preposições.

É bom termos em mente que, além da fundamentação teórica distinta daquela que embasa a gramática tradicional, a Glossemática diverge até das propostas estruturalistas pelo rigor teórico, pela coesão e coerência de suas idéias, cujas matrizes são, repetimos, as noções de função e de signo, e pelo forte apelo ao positivismo lógico.

Por isto, quando dizemos que plerema envolve raízes e afixos, não estamos apenas nos referindo a uma mudança de extensão, mas a uma mudança de orientação teórica, segundo a qual pleremas se opõem a morfemas por determinados traços já aludidos, embora partilhem traços comuns. Devido a esta mudança de orientação, podemos afirmar também que pleremas se manifestam como centrais e marginais. A respeito dessa noção de central, é conveniente assinalar que o que está em jogo é a função de determinação: afixos pressupõem raízes, mas estas não pressupõem aqueles, e de tal sorte que pode haver raízes sem possibilidade de acréscimo de afixos.

O que asseveramos acima é balizado por esta passagem abaixo.

Segundo isto, podem designar-se todos os pleremas não-derivados como *raízes* e, deste modo, todos os pleremas tanto os derivados como os não-derivados se considerarão derivados de raízes, considerando-se que em certos casos pode não haver diferença de expressão entre a raiz e

seu derivado de 1º grau, como no caso da raiz *sal-* que se nos apresenta como um plerema derivado de 1º grau, *sal.* (Llhorach, 1981:79)²⁴

Para caracterizarmos as raízes, há que se levar em conta os morfemas e afixos derivacionais que regem. Para caracterizarmos os derivativos, consideramos os morfemas que os mesmos regem. Não entramos aqui em pormenor para evitarmos detalhes desinteressantes para os objetivos do presente artigo, embora relevantes para o entendimento da Glossemática.²⁵

Para resumirmos, pleremas abrangem raízes, afixos e o que entendemos por palavra, ainda que esta, no âmbito da Glossemática, seja enfocada paradigmaticamente e não sintagmaticamente, isto é, na língua e não no discurso. Isto posto, cabe acrescentar que, enquanto palavras, os pleremas podem ser *flexivos* e *não-flexivos*. Estes, em geral, correspondem aos conectivos da gramática tradicional.

Longe de nós avaliarmos a contribuição da Glossemática em tão exíguo espaço, mesmo porque não nos propomos a isto. cremos, todavia, que todo o exposto acima já serve para mostrar uma reavaliação de algumas correntes que ficaram relegadas ao esquecimento, como a lingüística hjelmsleviana, esta talvez pela língua em que foi veiculada (o dinamarquês), pela nomenclatura e pelos conceitos usados. Mas não podemos nos esquivar a algumas considerações.

Em primeiro lugar, impõe-se constatar que o enfoque sobre o plerema, em bases estritamente estruturais, demarca o âmbito da morfêmica em relação ao da plerêmica, sendo aquela a área de estudo das relações num âmbito intrafrasal, frasal ou interfrasal. Em outras palavras, afixos lexicais não estão no mesmo patamar dos morfemas desinenciais.

A Glossemática “operacionaliza”, portanto, o que Sapir (1980) havia posto em bases semânticas, no capítulo 5, ao admitir os conceitos de *conteúdo material* e de *relação*. O primeiro abrange ra-

²⁴ “Según esto, pueden designarse todos los pleremas no derivados como raíces, y así todos los pleremas, tanto los derivados como los no derivados se considerarán derivados de raíces, teniendo en cuenta que en ciertos casos puede no haber diferencia de expresión entre la raíz y su derivado de primer grado, como en el caso de la raíz *sal-* que nos presenta un plerema derivado de primer grado, *sal.*”

²⁵ Para detalhes, leia-se Llhorach (1981:81-96).

ízes e afixos derivacionais e o segundo, como o próprio nome estabelece, fenômenos gramaticais de concordância e regência²⁶.

Convém também destacar que, por sua concepção “idiossincriticamente estrutural”, a noção de raiz evoca a de estudiosos brasileiros, como Cabral (1982:116) e Macambira (1978:08), que admitem como raízes as preposições e as conjunções, sem, no entanto, clarificar critérios.

Ao repelir o mero significado como apoio, em favor da função sígnica, a Glossemática reconhece um fato corriqueiro de que o que numa língua é expresso por morfema, noutra língua é expresso através de plerema. Considerar a função sígnica e não a mal explicada diferença entre significado lexical e significado gramatical evita posturas inócuas como a de Bally (1965:288), segundo a qual uma idéia puramente lexical (!) assume forma de radical, palavra simples ou composta e sufixo.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

A confecção deste artigo nasceu da necessidade de contribuir para o ensino de teoria lingüística, dado como abstrato e complicador, segundo os discentes, forjado em nomenclatura hermética, que poderia ser muito bem simplificada, como que por acordo mágico a suprimir supostas veleidades lingüísticas.

Por tudo quanto expusemos, cremos ter deixado claro que são falazes, via de regra, sinónimas em terminologia lingüística, mesmo em aproximação pedagógica, que tende a sacrificar o científico. Afinal, denominações são mais que meros rótulos, pois trazem diferen-

²⁶ Os conceitos de conteúdo material são os *fundamentais*, objetos, ações, qualidades, normalmente expressos por vocábulos independentes ou radicais; e os de *derivação*, menos concretos em regra do que os primeiros, normalmente expressos pela afixação, diferindo dos conceitos concretos fundamentais porque definem idéias que não interessam ao pensamento de conjunto da proposição, mas dão ao radical um incremento especial de significação e se acham inerentemente associados de modo específico com os conceitos do tipo I' (1980, p. 83). Os conceitos de relação são os de caráter concreto, que são expressos por afixação, mas de elementos não-radicaís aos radicais, geralmente mais afastados destes últimos do que sucede dos elementos do tipo II' (p. 83). Opõem-se aos *conceitos puros de relação*.

ças conceptuais e ideológicas. Cabe ao teórico e/ou docente optar por um quadro teórico, sem a pretensão de aproximações forçadas.

Começemos pelo termo *lexema*, usado por Martinet como oposto a *morfema* e por Pottier, como oposto a *gramema*. Ambos comungam do critério de frequência e de considerações semânticas para distinguir os pares terminológicos. Contudo, Martinet é menos taxativo quanto ao emprego do termo *lexema*, que parece ora cobrir apenas a raiz, ora, raízes e afixos. Pelo menos na obra compulsada por nós, Martinet é menos preciso na explicitação estatística para o *lexema*.

Vendryès e Camara Jr. não se baseiam em condições de frequência como os dois acima, mas tão somente em condições semântico-formais. Ambos vêem o semantema como representação linguística do mundo dos objetos e o morfema como entidade de forma, de relação. Na verdade, o rótulo morfema cobre entidades bem distintas. Cabe ressaltar, entretanto, que Camara Jr. cria a noção de semantema subsidiário para o prefixo. Parece-nos, pois, que os sufixos seriam os verdadeiros morfemas. Procede diferentemente de Martinet, para quem o *lexema* pode abranger os afixos, embora, como já dissemos, não mantenha uma posição unívoca quanto a isto.

Ainda com relação ao termo *semantema*, parece-nos que um outro semanticamente afim, *raiz*, adquire matiz especial em Vendryès para indicar o termo nuclear em línguas em que as alternâncias vocálicas são proeminentes. Em Camara Jr., esse matiz especial também é encontrado, porém marginalmente.

A noção de *plerema*, por fim, nasce de uma tessitura conceitual muito coerente, em que função, signo e recção são as palavras chave por excelência. Hjelmslev e seu discípulo Llhorsch baseiam-se numa concepção imanente de língua em detrimento de uma visão transcendente, que privilegia, segundo os autores, o que é extralingüístico. O ponto de partida nem é a significação por si só, nem o critério de produtividade em termos de número, mas as teias dependenciais no seio do sistema.

Pleremas podem abranger o que entendemos por palavras, raízes e afixos. Morfemas, por sua vez, abrangem, *grosso modo*, as de-

sinências verbais e nominais. A diferença entre uns e outros se dá graças ao fenômeno da recção já aludido.

Existem pontos de contato entre pleremas e morfemas. Ambos são utilizados como entidades de descrição, obtidas por comutação e por relações dependenciais suplementares e decorrem da função signo.

Naturalmente, não pudemos enfatizar devidamente um exame crítico das “teorias” que embasam as terminologias. Se isto houve, não constituiu tônica deste artigo. Todavia, não podemos deixar de assinalar que, para outros trabalhos de natureza teórica, se faz mister abordar crítica e propositivamente noções que perpassam o presente artigo, entre as quais a de signo, a de recção, a de alomorfia, de homonímia/polissemia e de significado lexical x significado gramatical. A maior parte dos problemas teóricos que nos propomos investigar são referentes à doutrina hjelmsleviana, pela qual não ocultamos simpatia, mas compete destacar que, se nela nos detivemos mais, isto se deveu à originalidade das idéias e ao emprego de uma terminologia peculiar.

O último par opositivo, significado lexical x significado gramatical, diz respeito a todos os autores citados e constituiu-se de conceitos de particular importância, não obstante a precariedade com que são descritos, tão importantes que um autor americano como Hockett (1958) os mantém, sob a oposição *functors* (functivos)/*contentives* (contentivos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: Éditions Francke Berne, 1965.

CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à lingüística*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. São Paulo: Vozes, 1977a.

———. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977b.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. Madrid: Gredos, 1977.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de. *Teoria da linguagem*. vol. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 1983.

———. *Teoria da linguagem* vol. 2. Coimbra, Atlântida Editora, 1974.

COSERIU, Eugênio. *Gramática, semántica, universales*. Tradução de Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1978.

———. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença/ Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípio de morfologia*. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

HJELMSLEV, Louis. *Ensayos lingüísticos*. Versión española de Elena Bombín y Felix Piñero Torre. Madrid: Gredos, 1972.

———. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HOCKETT, Charles F. *A course in modern linguistics*. New York: Macmillan Company, 1958.

LLORACH, Emilio Alarcos. *Gramática estructural*. Madrid: Gredos, 1981.

LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, [s/d.].

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português estrutural*. São Paulo: Pioneira, 1978.

MACEDO, Walmírio. *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

MARTINET, André. *Elementos de lingüística Geral*. Tradução e adaptação de Jorge Morais -Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: EDUFC, 1986.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

POTTIER, Bernard. *Systématique des éléments de relation*. Paris: Klincksieck, 1962.

———. *Gramática del español*. Versión española de Antonio Quilis. Madrid: Ediciones Alcalá, 1975.

POTTIER, Bernard *et alii*. *Estruturas lingüísticas do português*. São Paulo: Difel, 1975.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. Tradução e apêndice de Joaquim Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1977.

VENDRYÈS, J. *Le langage*. Paris: Éditions Albin Michel, 1950.

**INDEXAÇÃO
DAS REVISTAS BRASILEIRAS DE FILOLOGIA:
O JORNAL DE FILOLOGIA**

Leonor Lopes Fávero (USP e PUC-SP)

Márcia A G Molina (UNISA)

O trabalho que ora apresentamos inscreve-se num maior, coordenado no Rio de Janeiro pelo Prof. Dr. Antonio Martins de Araújo, cujo objetivo é indexar as principais revistas filológicas brasileiras, lançadas no século XX, para, ao mesmo tempo, resgatar a memória daqueles que escreveram a história da Filologia Brasileira, e favorecer um fácil acesso a essa bibliografia.

Ao nosso grupo coube pesquisar e resumir, dentre outros veículos, o *Jornal de Filologia*, dirigido por Silveira Bueno e lançado em São Paulo em 1953, sobre o qual discorreremos a seguir. Antes esclarecemos que o presente texto está dividido em 4 partes. Na primeira, trataremos do conjunto da obra: sua apresentação, enumeração e números publicados. Na segunda, explanaremos sobre os idealizadores do *Jornal*, sobre seus organizadores, diretores e editores; na terceira, sobre suas seções e, na última parte, apresentaremos as conclusões depreendidas.

O CONJUNTO DA OBRA

São 13 os volumes do *Jornal de Filologia*, o primeiro lançado em julho de 1953 e o último, no biênio 1960/1961. Em relação à sua organização, percebemos que essa não obedece a uma criteriosa enumeração, nem rigorosa especificação dos fascículos. Para que tenhamos idéia, os jornais lançados – trimestralmente – durante o primeiro, segundo e terceiro anos foram assim enumerados:

Ano I – Julho a Setembro de 1953 – Vol. I – Nº 1
Ano I – Outubro a Dezembro de 1953 – Vol. I – Nº 2
Ano I – Janeiro a Março de 1954 – Vol. II – Nº 1

Esses dados encontram-se em itálico preto sob fundo branco, colocados em destaque no centro da capa, abaixo no nome da obra. A partir do quarto exemplar, somado a esses itens, os *Jornais* passaram a receber seu número em negrito preto, tipo vinte e quatro, tanto

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

no centro, quanto na lombada do volume. Além disso, foi introduzido o termo “fascículo”, que passou também a ser enumerado.

Um fato curioso é o relativo à paginação: nos exemplares um e dois, ela se sucede, ou seja, vai da página um à oitenta e oito (primeiro volume) e da oitenta e nove à duzentos e dois (no segundo). No terceiro, inicia-se nova enumeração de páginas que continua até o sexto, chegando a quatrocentos e doze (Fascículo quatro). No sétimo, surge novamente outra paginação, que continua até o nono, na página duzentos e setenta e cinco (Fascículo I *sic* !). Já os Jornais de números dez, onze, doze e treze possuem paginação individual, ou seja, o de número dez tem oitenta e três páginas; o onze, setenta e cinco; o doze, cento e quinze; e o treze, setenta e nove. Somente o exemplar número dois do primeiro volume apresenta índice.

O veículo perdeu sua trimestralidade a partir do final de seu terceiro ano, passando a ser de publicação ora trimestral, ora semestral, até 1956, a seguir anual. Além disso, não houve os Jornais de 1957 e de 1959; e o derradeiro número, saído no biênio 1960/1961, apresenta capa, artigos e noticiários um pouco diferentes dos até então lançados.

Por último, quanto à forma, cada volume foi publicado em papel jornal, com capa num similar ao atual papel *couchê* de baixa gramatura, em pontilhado colorido em tom pastel, com título em caixa alta, também num fundo branco.

SEUS IDEALIZADORES, ORGANIZADORES, DIRETORES, COLABORADORES E EDITORES

Como já mencionamos anteriormente, a idealização e direção do Jornal de Filologia coube ao Prof. Dr. Silveira Bueno, que foi, de 1939 até a década de 60, professor titular de Filologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na ocasião situada na Rua Maria Antonia, 294, nessa cidade.

Autodidata na área, teve, como muitos de seus contemporâneos, formação clássica. Foi seminarista, professor da Escola Normal Modelo, situada na Praça da República (SP) e autor de uma série de livros didáticos, como *Páginas Floridas*, *A Arte de dizer*, *A Arte de*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Escrever e A Arte de Falar em Público. Concorreu em 1939 ao concurso de provimento de cátedra na Universidade de São Paulo e, aprovado dentre outros dois concorrentes, passou a desenvolver ali o magistério por cerca de 30 anos, até sua aposentadoria compulsória. Em sua primeira aula nessa Instituição, em 1940, esclareceu a concepção e a linha de Filologia com que conduziria o curso:

A Filologia tem como objeto principal o conhecimento completo e perfeito da civilização de um povo, numa determinada época de sua vida civil, através das suas obras de razão, de sentimento e de fantasia. (Anuário da USP, 1939/1949, vol. I, p. 83)

Para atender às necessidades do curso, o professor publicou, ou fez publicar, outras inúmeras obras, dentre elas o Jornal objeto de nossa análise. Tinha, para esse fim específico, como secretários a Prof^a Dra. Dinorah da Silveira Pecoraro e o Prof. Dr. José Cretella Júnior. À Saraiva S. A - Livrários Editores coube a edição da obra, que foi distribuída em oito capitais: em São Paulo, pela Livraria Acadêmica; no Rio de Janeiro, pela Alberjano Torres; em Belo Horizonte, pela José Cândido Nascimento; em Recife, por I. Batista de Oliveira; em Salvador, por Florêncio de Matos; em Curitiba por F. de Souza Pinto e em Porto Alegre, pela Organização Sulina de Representação Ltda. e no Maranhão pela Livraria Universal.

Muitos e de várias cidades brasileiras foram os estudiosos que contribuíram com o professor Silveira Bueno e com o Jornal de Filologia, dentre eles, o Prof. Antenor Nascentes, da Universidade do Distrito Federal; o Prof. Augusto Magne, da Universidade do Brasil; o Prof. Herbert Baldus, do Museu do Ipiranga, o Prof. Isaac Salum, da Universidade de São Paulo, o Prof. Cândido Jucá Filho, do Colégio Pedro II, o Prof. Serafim da Silva Neto, da Universidade Católica, ambos do Rio de Janeiro; e o Prof. Mansur Guérios, da Universidade do Paraná. Esclarecemos que na imensa lista de colaboradores, incluída na sua última contra-capas, constava a observação de que aquela não se tratava de uma relação definitiva.

Acrescentamos que o Jornal possuía em torno de seis seções, algumas permanentes, outras, nem tanto, como veremos a seguir.

SEUS OBJETIVOS

No primeiro volume, o Prof. Silveira Bueno especifica o porquê da criação desse Jornal e das seções que o constituiriam. Afirma na apresentação:

Destina-se a revista a divulgar estudos de filologia tomando o vocábulo em seu mais vasto sentido. Especialmente, porém, traz em mira as pesquisas feitas no seio da Língua Portuguesa no Brasil, do seu substrato tupi-guarani, das influências de outros idiomas(...) bem como das línguas africanas. (Jornal de Filologia, Ano I, Vol. I, P. 1)

Esses objetivos coadunam-se, portanto, com a vertente teórica que Silveira Bueno dissera adotar ao proferir sua aula inaugural na Universidade de São Paulo, em 1940.

Salienta ainda nesta apresentação que, no vasto campo da observação lingüística, tudo ainda estava para se fazer em nossa pátria, já que havia aqui 53 milhões de habitantes, uma miscigenação variada, um rico folclore nacional ou adaptado, lutas, superstições e uma riquíssima poesia popular. Informa-nos que de todo esse material se serviria a obra e que, às vésperas da comemoração do 4º Centenário de São Paulo: “*O Jornal de Filologia* deseja ser mais uma afirmação do espírito batalhador e progressista dos que fazem desse estado o orgulho do Brasil” (Idem, p. 2)

O primeiro volume está assim constituído: Apresentação; Artigos (em número de cinco, sendo o primeiro do próprio Silveira Bueno), Filólogos Brasileiros, Transcrição, Revista e Livros e, ao final, propagandas de obras e livrarias. Os demais exemplares, exceto o décimo terceiro, seguem o modelo desse primeiro (excluída a Apresentação), com poucas alterações, as mais sensíveis relacionadas à ordem de disposição das seções.

Os artigos, escritos pelos colaboradores, ora em português, ora em inglês, francês ou espanhol, constituíam a grande parte do Jornal. Abrangendo praticamente todas as subáreas da filologia e da lingüística, como filologia românica, latim histórico, dialetologia, morfossintaxe, semântica, fonologia, lexicologia, história das línguas, estilística e curiosidades vernaculares.

Eram em torno de cinco e tinham em média de três a quatro páginas. Alguns, maiores, eram publicados em partes, ou seja, come-

çavam em um número e eram finalizados no subsequente.

Curioso, esclarecedor e iniciado no Volume II, nº 1 de janeiro a março de 1954 e presente em todos os demais volumes do *Jornal*, o *Dicionário do português arcaico* do Prof. José Cretella Júnior não evoluiu da letra –a-, tendo assim sido justificada sua publicação:

(...) O entusiasmo com que as novas gerações se voltaram para os monumentos da língua alterou radicalmente a orientação dos estudos filólogos entre nós.

Em 1941, freqüentávamos a Seção de Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia e tivemos nossas atenções voltadas para o português medieval.

As cantigas dos trovadores, os primeiros textos em prosa, o teatro vicentino, particularmente, atraíram nossas atenções, e, não existindo em português nenhum dicionário especializado do Período Arcaico, principiamos a agrupar os termos que encontrávamos nos textos compulsados.

Reunimos assim centenas de vocábulos que, explicados e quase sempre abonados pelos autores que os empregaram, constituíram o Glossário do Português Arcaico, que começou a ser publicado na Revista Filológica, dirigida pelo professor Rui da Almeida.

Interrompida a publicação daquele Arquivo de Estudos de Filologia não mais nos preocupamos com o Glossário até que, graças aos esforços do Dr. Silveira Bueno, surgiu o *Jornal de Filologia*, de âmbito internacional, que acolheu em suas páginas o antigo trabalho, fruto de estudos iniciados na Faculdade de Filosofia de São Paulo. (P. 41)

Muitos outros foram os estudiosos que colaboraram com importantes artigos nessa seção, dentre eles, destacamos os professores: Artur Ramos de Almeida Torres, Robert Henri Aubreton e Dinorah Pecoraro.

Na seguinte, “Filólogos Brasileiros”, os mais importantes estudiosos foram, com muita justiça, homenageados por Silveira Bueno; do primeiro lembrado, Otoniel Mota, o diretor passou, por exemplo, por Mario Barreto, Maximino Maciel, Heráclito Graça, Fausto Barreto, Rui Barbosa e Eduardo Carlos Pereira. No último exemplar do *Jornal*, Dinorah Pecoraro homenageia Serafim da Silva Neto, momento em que também noticia sua morte.

A seção chamada pelo diretor de “Transcrição” esteve presente nos 12 primeiros volumes do *Jornal*, e foi assim por Silveira Bueno justificada: “Nesta seção do *Jornal de Filologia* transcreveremos “data venia” artigos e estudos já publicados em revistas e livros que sejam de interesse aos estudiosos do Brasil” (...) (p. 15)

Uma outra, intitulada “Crítica de Livros”, trazia, em média, a análise de dez obras e, embora a grande parte dessas resenhas tenha sido escrita pelo próprio diretor do jornal, contou também com a colaboração de outros estudiosos, como Antenor Nascentes e Dinorah Pecoraro. Muitos foram os pesquisadores, brasileiros e estrangeiros que passaram pelo crivo dos articulistas. Dentre os primeiros destacamos: Ismael da Silva Coutinho, Aires da Mata, Serafim da Silva Neto e Joaquim Mattoso Câmara Júnior; dentre os segundos, citamos: Raimond Sayers, do Hispanic Institute de Nova Iorque; Albert Blaise, de Strasbourg; Göran Hammaratrn, da Faculdade de Letras da Universidade de Colômbia. Até a tese de doutoramento de D. Paulo Evaristo Arns (Arcebispo de São Paulo por vários anos) foi criteriosamente avaliada por Silveira Bueno.

Interessante aqui ressaltar que essas críticas foram – na maioria das vezes – extremamente duras e mordazes. Silveira Bueno não se intimidava frente a uma obra que julgasse “inferior”, chamando-a por exemplo de: *ensaio de largo espírito infantil, sem cunho científico* (Volume 6, p. 390), ou de obra *enferma* (idem, p. 382), ou de *tentativa de biografia* (Volume 5, p. 296), ou ainda de *estudo lacunoso* (Volume 12, p. 97). Entrementes, quando uma era elogiosa, seu analista não fazia parte dos colaboradores habituais dessa parte do Jornal.

Excetuamos aqui a resenha feita pelo diretor à tese de doutorado de Profa. Dinorah da Silveira Pecoraro, sua sobrinha. Para ela, Silveira Bueno não mediu elogios, analisada juntamente com o trabalho de igual temática realizado pelo Prof. Joseph H.D. Allen Jr., afirma: “Comparando ambas as obras, devemos ressaltar a maior amplitude e mais completa pesquisa filológica do trabalho brasileiro” (Volume 3, p. 182)

Na seção “Revistas”, os editores, além de acusar o recebimento de vários exemplares, nacionais e estrangeiros, propagavam os recém lançados, especificando sua direção, origem, apresentação e formatação.

A última parte do Jornal “Publicações Recebidas” destinava-se tão somente a acusar o recebimento de obras para análise.

É importante esclarecer que algumas seções ocorreram só em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

alguns números, como a de “Falecimentos”, constante apenas nos Jornais nº 2, ano I, Volumes I e nº 1, ano I, Volume II. O primeiro divulgou o passamento de Jakob Jud, Amado Alonso, Giorgio Pasquali e Francesco Ribezzo. O segundo, o falecimento tanto de Américo Brasiliense de Moura, quanto do Prof. Said Ali. Em ambos os casos, além da notícia de morte, foi apresentada uma pequena biografia dos estudiosos. No volume doze do Jornal, vimos também uma seção intitulada “In memoriam”, na qual se fez publicar o texto “*O indianista Ambrogio Ballini*”, escrito por Jorge B. Stella. Já no volume treze, a nota de falecimento do Prof. Sever Pop é dada, sem ter sido encimada por qualquer título.

Alguns volumes do Jornal apresentaram uma seção ora intitulada “Noticiário”, ora “Notícias”, ora ainda “Crônica”, objetivando, em todos os casos, veicular informações da área de Linguística: datas de defesas de teses, lançamentos de obras importantes e informações a respeito de simpósios, encontros e congressos. É nessa seção que vemos registradas, por exemplo, informações a respeito do *1º Congresso de Dialectologia e Etnografia* ocorrido no Brasil na década de 50.

Outrossim, como já falamos, no final do Jornal, somente até o volume nove, vinham páginas dedicadas à publicidade. Nelas, livros de diferentes gêneros eram divulgados. Nessas páginas, exemplares de Código Civil e do Comercial Brasileiros eram propagados ao preço de cento e quarenta cruzeiros (Volume 9). Uma *obra perfeita para o conhecimento do idioma*, a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, do próprio Silveira Bueno, não podia deixar de constar nessas páginas, e até mesmo volumes do romance *Ele te dominará*, de Ondina Ferreira, foi ali oferecido ao consumo dos leitores ávidos de paixão.

O sumário da obra era apresentado em sua primeira contracapa; na segunda vinha a relação de colaboradores, o lugar de redação (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), nome e endereço dos editores e preços dos exemplares, a saber:

Por ano (4 números)	Cr\$ 70,00
Número avulso	Cr\$ 20,00
Número atrasado	Cr\$ 30,00

Estrangeiro por ano (4 números) US\$ 4,00

Ainda nessa contra-capa, podiam-se ler as cidades onde o Jornal era distribuído e as empresas responsáveis por sua distribuição. Finalizava-a a seguinte nota, em destaque:

O Jornal de Filologia não se responsabiliza pelos conceitos e linguagens dos seus colaboradores.

OBSERVAÇÕES E PERSPECTIVAS VINDOURAS

Pudemos observar que o Jornal procurou ter ao longo de sua existência uma mesma formatação, apresentando sempre (ou quase sempre) as mesmas seções, os mesmos articulistas e o mesmo tom bastante crítico. A única ressalva importante faz-se em relação ao exemplar de número treze. Nele a cor, a capa e o conteúdo diferenciaram-se dos demais. Nesse exemplar não há, por exemplo, a seção “Transcrição”, nem “Publicações Recebidas”.

Por outro lado, e de modo geral, os artigos foram elaborados pelos mais importantes nomes da Linguística Brasileira e nos ajudam a traçar o desenvolvimento e avanços de nossos estudos linguísticos, para os quais, desde aquela época, contavam nas Universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, principalmente, com grandes centros de pesquisa.

O trabalho de análise e síntese desse veículo foi para nosso grupo muitíssimo importante e gratificante, já que nos possibilitou revisar diversas áreas e subáreas de estudos da linguagem elaborados na década de cinquenta do século XX, ocasião ímpar na e para a Filologia Brasileira, pois foi nesse momento que pululavam em todas as grandes universidades discussões para haver definitivamente a implementação dos estudos linguísticos nos Cursos de Letras.

Para finalizar, esclarecemos que essa foi a primeira obra analisada em seu conjunto pela nossa equipe; as demais a serem estudadas a seguir: *Revista de Filologia*, dirigida por Silvio de Almeida, e o *Boletim de Estudos Filológicos*, dirigido por Afrânio do Amaral e Celestino Pina, constituirão a próxima etapa de nosso trabalho com os quais esperamos dar nossa contribuição à História do Pensamento Linguístico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

BUENO, S. *Jornal de Filologia*, volumes 1 a 13, São Paulo: Saraiva, 1953 a 1961

Anuário da Universidade de São Paulo, 1939/1949, Vol. 1, p. 83.

**O REGGAE LUDOVICENSE:
UMA LEITURA DO SEU SISTEMA LÉXICO-SEMÂNTICO**

Elaine Peixoto Araújo

RESUMO

O *reggae*, ritmo nascido na Jamaica, alcançou, nas últimas três décadas, uma popularidade inegável em São Luís do Maranhão. Esta intensa presença do *reggae* no cotidiano maranhense possibilitou o surgimento de um *reggae* marcadamente ludovicense, repleto de peculiaridades. No tocante ao campo lingüístico, percebe-se um vocabulário próprio do regueiro maranhense, uma espécie de sub-código que o legitima. O presente trabalho busca descrever em parte o universo lingüístico do movimento regueiro maranhense, tomando por foco o seu aspecto léxico-semântico e relacionando-o a seu contexto sócio-histórico. Por meio da análise deste sistema lexical específico, busca-se, também, uma melhor compreensão da diversidade de uso da língua materna, bem como a contribuição do *reggae* para a variedade maranhense da língua portuguesa.

Palavras-chave: *Reggae*, Léxico, Identidade sociocultural.

INTRODUÇÃO

O *reggae*, ritmo nascido na Jamaica, alcançou nas últimas três décadas, uma popularidade em São Luís do Maranhão que não se pode contestar. Esta intensa presença do ritmo no cotidiano maranhense possibilitou o surgimento de um movimento regueiro marcadamente ludovicense, repleto de peculiaridades.

No tocante ao campo lingüístico, observa-se um vocabulário próprio do regueiro, uma espécie de código pertencente a este movimento de identidade cultural que o legitima. Em função desta diversidade cultural presente no Estado, que deflagra na comunicação com o aparecimento de diversas variedades lingüísticas, é que se faz essencial investigar as lexias deste grupo específico (desconhecidas até então por muitos maranhenses), para uma melhor compreensão do caráter multidialetal do português brasileiro.

A presente pesquisa objetiva a análise e descrição de parte do universo lingüístico da comunidade regueira ludovicense, tomando por foco seu aspecto léxico-semântico e relacionando-o a seu contex-

to sócio-histórico. Para a concretização desses objetivos anteriormente citados, foi feito um levantamento bibliográfico referente à temática em questão e, principalmente, foram realizadas entrevistas com apresentadores de programas de *reggae*, autores de livros, *dj's*, donos de *radiolas*, cantores, bandas, produtores de festas, dançarinos, colecionadores e alguns freqüentadores desse movimento.

As entrevistas foram realizadas com os grandes nomes do *reggae* porque se percebeu que o processo de criação lexical dava-se nesse sentido; as expressões originam-se, em geral, da boca dessas pessoas influentes e são adotadas, em seguida, pela comunidade regueira. Era necessário, portanto, ir-se direto às fontes.

Feito um arrolamento lexical a partir destas entrevistas, iniciou-se um estudo do vocabulário do grupo, elegendo-se, para este momento, algumas das principais lexias da comunidade regueira, no intuito de investigar a sua etimologia, motivação e emprego.

REGGAE, UM CLAMOR AFRICANO RE-SIGNIFICADO NAS AMÉRICAS

A história deste gênero musical acompanha o próprio percurso histórico do lugar onde nasceu, a Jamaica, uma ilha do Caribe localizada no centro da América Central. Um lugar repleto de índios *arawak* (em português, aruaques) antes da chegada de seus colonizadores, a Jamaica foi “descoberta” em 1494 por Cristóvão Colombo, e, primeiramente se chamava *Xaymaca*, nome indígena que significa “terra das primaveras” e, por extensão, “terra da madeira e das águas”.

Com a intensa política de exploração e extermínio do sistema colonial, os índios foram dizimados. Para suprir a carência de mão-de-obra, a ilha recebeu, em seu período de colonização espanhola, e, posteriormente, inglesa, uma grande quantidade de negros da África Ocidental, que, forçosamente, deixavam seu continente-mãe para a realização de atividades compulsórias no Novo Mundo.

Apesar de toda a revolta e humilhação, sempre mostraram sinais de sua sensibilidade, expressando na dança e/ou na música a esperança de melhores dias e a crença de que todo aquele sofrimento

seria passageiro. Foram, exatamente, o seu bailado, o seu ritmo e o seu canto de resistência os primeiros alicerces da cultura jamaicana.

O *reggae*, até nossos dias, continua sendo um canto de descontentamento do povo, um grito de denúncia em favor da transformação social. Foi batizado em 1968 por *Toots and the Maytals*, com a música *Do the Reggay*. Segundo os próprios músicos (ou seja, o cantor e sua banda), a palavra teria vindo de *raggedy*, adjetivo muito utilizado no dia-a-dia jamaicano, que denota algo deteriorado, surrado ou muito usado.

Remetendo-se àquelas primordiais manifestações culturais africanas, percebe-se que o *reggae* é o resultado de toda uma evolução musical que começou com a forma folclórica *mento*, fundamentada nas canções dos negros escravizados. Este antepassado do *reggae* “[...] desenvolveu-se baseado no ritmo das músicas de trabalho que ajudavam os escravos a sobreviver através de longas horas de esforço estafante com a picareta” (CARDOSO, 1997, p. 18).

Essa forma musical nativa proveniente de tanta labuta, juntamente com o *rhythm & blues* americano, motivaram o surgimento do *ska*, que, por sua vez, originou um outro ritmo, o *rocksteady*. A transição do *rocksteady* para o *reggae* acontece no momento em que esta marcação do baixo se torna ainda mais acentuada e a pulsação mais lenta, dando uma maior cadência ao novo ritmo. E “Nasce assim o movimento Reggae, colocando em primeiro plano o baixo e a bateria, deixando os outros instrumentos como acompanhamento secundário”. (CORONA, 2003).

O ritmo nasceu nos chamados “bairros de lata” da Jamaica, bairros da periferia edificados em barracões de zinco. É através desse dado que se depreende que, desde o seu aparecimento, o *reggae* sempre foi um som do gueto. Mas a magia do *reggae*, talvez, esteja no fato de conseguir mobilizar a população negra, mostrar a insatisfação para com a realidade, a discriminação racial sofrida e criar uma atmosfera de valorização das raízes negras, buscando reverter, assim, a opressão.

Com relação à construção e valorização da identidade, o *reggae*, em São Luís é, sem dúvida, o elemento de identificação da juventude negra, que assim o elegeu desde a década de 70. Uma pri-

meira característica importante do movimento regueiro maranhense a ser citada é que, até hoje, a comunidade regueira de São Luís dança preferencialmente ao som dos *reggae*s jamaicanos produzidos nos anos 60 e 70 (o que não acontece mais, uma vez que, na Jamaica, a atual tendência é o *dance hall*, um *reggae* mais eletrônico) e ainda manifesta um menor interesse pelos *reggae*s brasileiros. “A preferência é exclusivamente pelo *reggae* original da Jamaica”. (SILVA, 1995, p. 79)

Outra particularidade a ser destacada é a predileção por músicas mais vagarosas, que evocam uma atmosfera mais apaixonada; “[...] não existe entre os regueiros de São Luís uma ligação forte com Bob Marley. A preferência é por outros cantores considerados mais românticos, como John Holt, Gregory Isaacs, Erick Donaldson, entre outros”. (SILVA, 1995, p. 94).

Uma das razões pelas quais, talvez, este ritmo tenha se fincado em solo maranhense é a grande população negra presente tanto neste estado como naquele país, fato que já leva a uma certa identificação étnica, e, por conta disto, a um gosto comum pelos ritmos de raízes africanas. Poderia ser citada aqui, também, alguma semelhança no meio social, na medida em que os dois povos vivem realidades de pobreza parecidas, e o *reggae* é, exatamente, um grito de protesto, uma forma de expressão dos menos favorecidos.

Outro possível motivo para a grande identificação do maranhense com o *reggae* é a semelhança do *reggae roots* (o executado nos salões de São Luís) com certas manifestações culturais maranhenses, como, por exemplo, o bumba-meu-boi. Esta proximidade musical é, aliás, claramente audível: a célula rítmica do *reggae roots* é compatível com a de alguns sotaques mais ralentados do bumba-meu-boi (como o sotaque da Baixada) e é, em função desta semelhança, que ambas as células podem ser construídas sob o compasso 2/4.

Percebe-se que a pulsação do *reggae* feita pelo contrabaixo elétrico e pelo bumbo da bateria é a mesma feita pelo pandeirão e pelo tambor-onça no bumba-meu-boi. O *reggae* também possui compatibilidade rítmica com uma outra manifestação da cultura maranhense, o bloco de ritmos; a marcação feita pelo pedal da bateria muito se aproxima da do contratempo, aquele longo tambor dos blocos tradi-

cionais da cidade.

Há muitas versões para o primeiro encontro dos maranhenses com o ritmo jamaicano. A versão mais aceita é a de que, no começo dos anos 70, um apreciador de músicas caribenhas àquela época, Riba Macedo, teria tido acesso a alguns discos de *reggae* vindos de Belém (estes, por sua vez, contrabandeados da Guiana Francesa) e teria começado a levá-los a festas “regadas” aos sons do Caribe, festas promovidas por donos de *radiolas*, como “Carne Seca” (José de Ribamar Maurício Costa).

Cabe, neste momento, lembrar que o *reggae* não foi o primeiro ritmo das *radiolas* do Maranhão, que antes executavam outros ritmos caribenhos, como a salsa, o bolero e o merengue. Estes ritmos embalsamaram os frequentadores dos salões de São Luís e do interior (principalmente da baixada maranhense) até meados da década de 70.

Os frequentadores destas festas, mesmo não sabendo o nome daquele ritmo, aprovaram a sua cadência mais vagarosa e já buscavam seus pares no momento em que os *reggaes* eram executados. Dançavam-no de forma similar aos outros ritmos caribenhos, num intenso deslizar de corpos, com movimentos de muita sensualidade. Desta “interferência de passos” nasceu uma das particularidades do *reggae* maranhense, o dançar agarradinho, e, hoje, “[...] São Luís é o único ou um dos poucos lugares do mundo onde se dança *reggae* aos pares” (SILVA, 1995, p. 25).

Assim, o *reggae* foi, aos poucos, inserindo-se e firmando-se no gosto do público maranhense, até que na década de 80/ começo da década de 90, consolidou-se como o principal ritmo da periferia de São Luís, que passou a ser chamada de Jamaica Brasileira ou Capital Brasileira do *Reggae*. Neste momento de grande aceitação da música de Jah, as *radiolas* já quase não tocavam outros ritmos; sua preferência passou a ser a execução de *reggaes* que, a partir de então, transformaram-se em verdadeiras “pedras preciosas”. E quão preciosas eram...

Os proprietários de *radiolas* pagavam quantias exorbitantes pela posse exclusiva de um LP. Esta disputa era tão acirrada, que chegavam a financiar viagens de algumas pessoas para a busca de ra-

ridades na Jamaica, Londres, Holanda e França. A mola mestra do movimento tornou-se a exclusividade; as *radiolas* possuidoras de *reggae*s raros e comoventes (que abalavam, agitavam e emocionavam) eram as eleitas pela massa regueira. O objetivo do regueiro ao ir a uma festa era ouvir os *melôs* (os *reggae*s) exclusivos de sua *radiola* e sentir a motivação, o delírio do discotecário ao executá-las. Esta

[...] capacidade de manter a exclusividade fonográfica garante a alguns proprietários de radiolas a permanecer em evidência junto à comunidade regueira, e, por sua vez, é a comunidade que nesse ranking elege os melhores, independente do tempo de existência da radiola ou do clube. (SILVA, 1995, p. 53).

Atualmente, apesar de muitos *reggae*s já estarem disponíveis para *download* na Internet, as *radiolas* ainda buscam os LP's originais, uma vez que "A essência do reggae maranhense é o chiado da bolachinha" (SILVA, M. V., 2003).

A exclusividade mantém-se nestes tempos de aumento constante do dólar não mais por meio de viagens internacionais, mas pela encomenda de músicas pelos proprietários das *radiolas*. Com isso, cantores jamaicanos que moram em São Luís, como Norris Colle e Bill Campbell ou mesmo cantores locais como Dub Brown, compõem suas músicas (às vezes até a gosto da *radiola*), vendem-nas e um contrato de exclusividade é cumprido; a música só poderá ser executada pela *radiola* que a encomendou até o lançamento do cd do cantor. Estas encomendas musicais são negociadas a preços astronômicos, e pode-se, certamente, inferir-se por meio deste fato que a posse de exclusividades ainda é a grande vedete do *reggae*.

As *radiolas* continuam sendo as grandes difusoras do *reggae* e o seu grande sustentáculo. Somente na capital, há mais de oitenta delas, entretanto se especula que em todo o Estado haja mais de quatrocentas. Esses sistemas colossais de som contam, em média, com 24 a 36 caixas por conjunto, que é chamado de *paredão* ou *coluna*. Cada *radiola* possui, aproximadamente, quatro *paredões*, quando não existe a divisão de *radiolas*; a Itamaraty, uma das principais *radiolas* da cidade, subdivide-se em Itamaraty 1, 2 e 3, ou seja, doze *paredões* de som! A subdivisão de uma *radiola* possibilita a participação em vários eventos em um só dia, e, principalmente, a obtenção de maior lucro.

O ritmo do *reggae*, em São Luís, é um bem cultural da população de baixa renda, que encontra ali, naqueles salões de festa um elo de identificação. Mas apesar de ser um verdadeiro sucesso entre a massa regueira, é visto, ainda, pelas classes de maior prestígio econômico, como um ritmo inferior.

Compreende-se, nesse sentido, que o *reggae* jamaicano é um produto cultural construído a partir de elementos africanos, em outras palavras, é uma re-elaboração, uma re-significação da cultura africana em terras americanas. O *reggae* no Maranhão, sem desmerecê-lo, é uma espécie de “café coado duas vezes”, visto que, ao chegar ao Estado, fez-se passar por uma terceira elaboração. Por conta disso, adquiriu contornos particularmente maranhenses, características específicas deste alegre povo que o recebeu e o adotou, tanto que hoje é um dos ritmos que traduz o povo e o modo de viver maranhense.

LÉXICO E CULTURA: A LÍNGUA COMO DESVELAMENTO DO PATRIMÔNIO SÓCIO-CULTURAL DE UMA COMUNIDADE

Apesar de o homem, no momento de seu nascimento, possuir uma determinada maneira de ser baseada na presença de caracteres físicos e mentais particulares, ele já encontra um mundo anteriormente organizado. Desse modo, ele também se forma a partir do que “já está aí”, a partir dos bens culturais que a ele se apresentam e que facilitam a sua adaptação no mundo, como a caça, a pesca, os utensílios criados para o armazenamento de alimentos, as instituições sociais, os sistemas de crença, os padrões de comportamento, a língua etc. Assim, ao mesmo tempo em que molda o mundo com suas novas idéias, tem seu espírito moldado pelas conceituações intelectuais de sua época, na medida em que “[...] nasce num mundo de significações e de valores postos em precedência”. (CRIPPA, 1975, p. 184).

O homem apresenta-se, desde o início, como cultivador. Não só de terra, dos rebanhos e das forças da natureza. Cultiva seus gestos, suas expressões, sua fisionomia, seus hábitos de habitar, de vestir-se e de alimentar-se. Cultiva a amizade, cultiva o espírito, cultiva as relações com os entes divinos [...] (CRIPPA, 1975, p. 182)

A sua cultura reside, exatamente, nesse cultivar; porém o homem continuamente intervém no mundo para adaptá-lo às suas necessidades e, mesmo integrado a uma cultura, adaptado a certos padrões culturais, aquele seu “algo de individual” gera transformações, imprimindo, na cultura, as marcas do seu espírito inventivo, modificando-a. Logo, é nesse contato com a realidade que o homem cria e recria seus bens culturais e, mais ainda, significa-se e constrói-se com eles.

Sabe-se que o homem expõe suas idéias e seu modo de ver o mundo, principalmente, por meio das palavras. Assim, palavras são criadas porque o homem é um ser de novos pensamentos e palavras são também norteadoras, pois lhe informam sobre as coisas do mundo. Por ser uma das criações humanas, a língua é parte de sua cultura; por acumular simbolicamente e transmitir o que o homem já edificou em termos mentais e materiais (nomeando este conhecimento para que seja socializado), a língua é, também, o grande veículo das realizações humanas. “Instrumento social de comunicação, a língua existe intimamente ligada à cultura de um povo. É ao mesmo tempo elemento da cultura e instrumento dessa mesma cultura”. (CARDO-SO, 1988, p. 231).

Revela-se, nesse sentido, uma íntima relação entre língua e cultura, visto que a língua representa simbolicamente tudo aquilo “[...] que o homem criou na base das suas faculdades humanas” (CÂMARA JÚNIOR, 1972, p. 266), ou seja, toda a sua cultura. E como cada grupo humano possui sua história e modo de viver particular, as línguas também são marcadas pelos traços destas atividades sócio-culturais específicas.

Tomando por base estas reflexões, a atenção volta-se a um aspecto da língua que muito se renova e enriquece – o léxico. O léxico é o cerne de uma língua, o conjunto de vocábulos ou expressões que a compõem; ele abriga todo o repertório conceitual, todas as unidades formadoras do sistema lingüístico e estas unidades, por sua vez, são criadas a partir das necessidades e interesses de uma comunidade em reportar-se a novos elementos.

A expansão do léxico provém da necessidade de um grupo em designar novos conceitos, fenômenos e objetos que passam a existir, frutos da criação e descobertas humanas – de sua necessidade lin-

güístico-expressiva. É por esta razão que o léxico é o domínio da língua mais sujeito a modificações; porque obedece a um processo constante e espontâneo de expansão, acompanhando e reajustando-se às sociedades em seus cursos de mudanças na História.

O léxico refere-se, assim, à feição do falar de uma comunidade, o seu modo de viver, porém o aspecto e a cor dessa nomenclatura dependerão do ambiente físico e/ou dos fatores sociais/culturais que modelam as atividades de seus indivíduos. Ou seja, “O léxico de uma língua forma-se na História de um povo” (FIORIN, 2001, p. 115). Deste modo, as características e interesses particulares de uma região adormecem no próprio conjunto de expressões utilizado por seus falantes; o sistema lexical de um grupo “denuncia” toda a sua organização social. “O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção de uma comunidade.” (SAPIR, 1961, p. 45).

Nesta perspectiva, analisar o léxico de uma comunidade é desvelar as suas práticas sociais em seu acervo de palavras; é compreender a história, as manifestações artísticas, as religiões, as atividades econômicas, os valores, etc. como sendo importantes elementos constitutivos de um grupo. É desvelar todo o seu patrimônio sócio-cultural; tudo aquilo que construiu, constrói e que deixará para a posteridade.

Insere-se, neste contexto, o “léxico maranhense” que é marcado por algumas expressões lingüísticas particulares, originadas da grande influência do *reggae* na realidade social ludovicense. Depreende-se disso que as estruturas sociais estão expostas nas estruturas lingüísticas e o movimento regueiro, sendo, já, uma expressão da cultura maranhense, imprimiu as suas lexias na fala daquele povo.

Contudo, estas alterações não descaracterizam o léxico de uma língua, uma vez que possui uma espécie de agregado de lexias sempre compartilhadas por seus falantes. Este agregado lexical comum,

[...] que caracteriza uma língua é tão resistente quanto a gramática porque as noções que ele expressa, de um lado, não são afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial. Esse fundo comum é o sustentáculo da estrutura léxica de uma língua. (FIORIN, 2001, p. 113).

As lexias criadas pelo movimento regueiro ludovicense retratam toda a sua ambiência física e social: os equipamentos de som que dão vida às festas (*radiolas*), os grandes nomes do *reggae* (*magnatas*), as músicas românticas que são executadas (*pedras manhosas*) e até mesmo algumas situações desinteressantes que possam vir a acontecer, como a recusa de um convite para dançar (*passar um ferro*).

Diante do exposto, conclui-se que estas variedades lexicais presentes na fala maranhense, em momento algum, representam a ruína ou o desmoronamento da Língua Portuguesa (segundo a visão de alguns preconceituosos), mas espelham a história, a dinamismo cultural presente no país e a dinamicidade da língua portuguesa falada no Brasil. É preciso atentar-se para o fato de que a expansão lexical é natural e está fortemente marcada por condicionantes sócio-culturais.

ANÁLISE DO LÉXICO: O COROLÁRIO DA PEDRADA

Sabendo-se que as palavras designam os fenômenos do mundo, faz-se essencial a investigação do campo léxico deste movimento para que, de modo igual, observe-se todos os componentes de natureza sócio-histórico-cultural que determinaram a configuração deste vocabulário, tão repleto de particularidades. Segue, pois, a análise semântica de seus principais itens lexicais:

***Pedra, pedra de resposta, pedrada,
varada, pancada e tijolada. (s.f.)***

As unidades lexicais *pedra, pedra de resposta, pedrada, varada, pancada e tijolada* possuem significações equivalentes no movimento regueiro e nomeiam “um *reggae* muito bom, bonito ou envolvente” (ALiMA..., 2003), uma acepção bem peculiar e interessante.

Provavelmente, a escolha de *pedra* se deva ao fato de que seu referente, em toda a história, sempre possuiu um importante valor simbólico para a humanidade. Conforme demonstra Cunha (1982, p. 590), esta lexia provém do latim *petra -ae*, derivada do grego *pétra* e refere-se à “matéria mineral dura e sólida, da natureza das rochas”. (FERREIRA, 1999, p. 1525).

Os gregos tiveram, no princípio, pedras como deuses. A representação do sagrado pelas imagens atuais evoluiu desse culto litográfico, como atesta (CASCUDO, [19..?], p. 694) “a pedra e depois a pilastra foram as representações iniciais”. Algum tempo depois, no Cristianismo, Pedro (substantivo próprio derivado de pedra), príncipe dos apóstolos foi considerado a base da igreja católica, o seu sustentáculo, pois, sob a sua figura, foram assentados os alicerces da igreja. “Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja [...]. Mt, 16, 18”. (ALMEIDA, 1993, p. 23).

Pela associação com a solidez e resistência da pedra é que, segundo um dos entrevistados, José Eleonildo Soares, o “Pinto da Itamaraty”, uma música muito bonita na Jamaica é denominada *stone*, por ser uma música “de peso”, de força, de resistência; o Maranhão teria herdado espontaneamente esta lexia, traduzindo-a, assim, para o português (*pedra*).

Vale aqui ressaltar rapidamente que *pedra* já se tornou também um adjetivo, sinalizando algo superior, magnífico ou maravilhoso. Como exemplos, têm-se: aquela garota é *pedra*, esta música é muito *pedra*.

Quanto à locução adjetiva ou o qualificador “*de responsa*”, é a abreviação ou a redução do termo “de responsabilidade”, ou seja, um *reggae* de grande importância, digno de respeito por sua beleza.

As lexias *pancada*, *tijolada*, *varada* e *pedrada*, por sua vez, seguiram a mesma motivação semântica da palavra *lambada*. Morfológicamente, *lambada* é uma forma híbrida, constituída, como afirma Castro (2001, p. 263), de *lamba* (do banto / *kwa*²⁷) + *ada* (sufixo nominal português que indica ação), que significa “golpe de chicote, golpe dado com *lamba* (chicote, tala de couro)”.

Ferreira (1999, p. 181) apresenta acepção similar, a de “golpe de chicote, *tabica* ou *rebenque*; *lapada*, *lamborada*”, mas para ele, etimologicamente, esta lexia é uma variedade de *lombada*, com assimilação. Pode-se dizer, analogicamente, que, se *lambada* é um golpe, um açoite físico; uma *pedrada* é um *reggae* de impacto que bate

²⁷ Ramos lingüísticos africanos pertencentes ao subgrupo Niger-Congo e ao Tronco Congo Cordofaniano (CASTRO, 2001).

fortemente na alma (como igualmente as demais lexias) ou que abala o espírito por sua qualidade.

Melô (s.m.)

Investigada sob a perspectiva do *reggae* são-luisense, a lexia *melô* é muito utilizada em razão do não-conhecimento da língua inglesa por parte dos regueiros maranhenses. Porém, para eles, isso não se constitui um problema, na medida em que alegam que o mais importante é perceber e envolver-se com a melodia e pulsação rítmica do *reggae*. O regueiro “Não tem o conhecimento da linguagem, mas tem um conhecimento maior que é o *feeling* da música, ele sente a vibração da pancada [...]” (SANTOS, 2003).

Como, geralmente, as letras dos *reggae roots* são compostas em inglês, o regueiro, para facilitar a identificação da música, bem como o seu pedido nas rádios, chama-a de *melô* + uma locução adjetiva determinada pela comunidade regueira por algum motivo particular.

Ilustrando este processo de denominação com exemplos, a música *Sweet P.* do grupo *Fabulous Five* é chamada, pelos regueiros maranhenses, de “*melô da chuva*”. Esta denominação não tem qualquer tipo de relação com sua letra: na ocasião em que foi lançada em São Luís pelo *dj* Carlinhos Tijolada no clube Barraca de Pau na Cidade Operária, chovia torrencialmente e, por conta deste fenômeno da natureza, a música foi designada desta forma.

A música *White Witch* da banda *Andrea True Connection* é conhecida na cidade por “*melô do caranguejo*”, contudo, o motivo, neste caso, foi a adaptação fonética (adaptação que, aliás, já inspira um interesse para pesquisas posteriores). Em seu refrão, há trecho em que é perguntado *What's gonna get you?* (expressão idiomática inglesa que significa O que te chamará a atenção?, O que irá te prender?), o regueiro maranhense, ao escutar este refrão, acomodou a expressão ao sistema fonológico de sua língua materna, o Português, passando a cantar “olha o caranguejo”. E, assim, nasceu o “*melô do caranguejo*”.

O item lexical *melô* foi formado a partir do processo de redu-

ção de melodia, que designa uma “sucessão rítmica, ascendente ou descendente, de sons simples, a intervalos diferentes, e que encerram um certo sentido musical” (FERREIRA, 1999, p. 1313). A motivação desta lexia no *reggae* origina-se, especificamente, de uma certa ligação entre este sentido de composição musical com o ritmo do *reggae*. E, é em razão desta associação de significados, que *melô* indica, nos dias atuais, “os *reggaes* executados nas festas e programas de rádio”.

Radiola (s.f.)

A lexia *radiola*, datada do século XX, designa a junção de dois recentes e grandes inventos do campo da comunicação. Trata-se de um tipo de redução, segundo CUNHA (1982, p. 660), de radi (o) + (vitr) ola. Na acepção de Ferreira (1999, p. 1698), “é um aparelho em que se conjugam o rádio e a vitrola; radiovitrola”.

A lexia foi incorporada ao falar maranhense antes mesmo da chegada do *reggae* a São Luís, visto que as músicas eram executadas nas festas a partir da reprodução direta dos vinis pelos toca-discos, também chamados de vitrolas ou eletrolas, e emitidas pelas caixas de som amplificadas (ou ligadas a amplificadores).

Assim, atualmente no universo regueiro, *radiola*, “é o conjunto de equipamentos de som das festas de reggae” (ALiMA..., 2003) (mesa do dj + conjunto das caixas de som), pela relação quase indissociável que há entre os sistemas de som e o ritmo, desde a sua explosão nos anos 80 em São Luís. No tocante à qualidade, uma *radiola* não é analisada por seu tamanho ou quantidade de caixas de som, mas pela sua qualidade sonora (o que implica, de certa forma, uma boa emissão da marcação do contrabaixo) e pela seqüência de músicas executadas, que precisa agradar aos regueiros.

Radioleiro

A lexia *radioleiro*, ainda não dicionarizada, é formada por radi (o) + ol (a) + o sufixo nominal -eiro, que indica, na Língua Portu-

guesa, noções como a do indivíduo que pratica uma ação, como pistoleiro, aquele que pratica uma tarefa, como mensageiro ou aquele que exerce uma profissão, como marceneiro, sendo esta última a mais apropriada para o caso, pois a *lexia* é entendida, no contexto do *reggae*, como o substantivo que denomina “o proprietário de uma *radiola*”.

Paredão (s.m.)

Prosseguindo a análise das *lexias*, há um outro termo muito particular da comunidade regueira – *paredão*. Datado do século XVII, conforme Cunha (1982, p. 582), é constituído por *parede* (do lat. *parete*) + *ão* (sufixo aumentativo nominal português).

Ferreira (1999, p. 1500) e Houaiss (2001, p. 2133), respectivamente, apresentam as seguintes acepções: “grande parede; muro alto e muito espesso, muralha e muro muito elevado e consistente.”

Relacionando as acepções dos dicionários à colhida em entrevistas, observa-se que a *lexia* foi criada por um processo de associação semântica, já que as caixas de som dos salões de festa realmente ganham a forma de muralhas colossais. Deste modo, *paredão*, nos salões da capital maranhense é “o conjunto das caixas de som das festas de *reggae*”. (ALiMA..., 2003).

Seqüência (s.f.)

Percorrendo este caminho de significações tão características do vocabulário regueiro ludovicense, chega-se à *lexia* *seqüência*, conceituada nos dicionários, em geral, de maneira semelhante, apresentando acepções muito parecidas com a de encadeamento, sucessão de elementos.

No falar das pessoas que fazem parte deste movimento cultural, quando uma série de *reggaes* é executada somente por uma determinada *radiola*, chama-se *seqüência exclusiva*. Cada *radiola* em São Luís possui sua *seqüência* particular, com um qualificador específico para chamar a atenção dos regueiros; a Estrela do Som possui a *seqüência demolidora*, a Itamaraty, a *seqüência estilosa*, a Rebel

Lion, a *seqüência indomável*, a FM Natty Nayfson, a *seqüência arrasadora*.

Bolachinha (s.f.) e Bolachão (s.m.)

Tomando por referência HOUAISS (2001, p. 480), que apresenta a acepção de bolacha como sendo “biscoito chato de farinha de trigo ou maisena, com pouco fermento, de forma retangular, de disco etc [...]”, depreende-se que, neste caso, diante da semelhança da forma arredondada do biscoito com os discos de vinil, surgiram, no vocabulário do *reggae* de São Luís, as formas *bolachinha* e *bolachão*, que nomeiam, respectivamente, “disco fonográfico compacto de vinil, com uma ou duas composições em cada lado” e “disco fonográfico grande de vinil, *long play*”. Faz-se importante registrar que a *bolachinha* e o *bolachão*, mesmo com o advento das fitas cassete, do cd e do md, ainda são muito utilizados nas festas.

Caber (v.i.)²⁸

A lexia *caber* provem do latim *capere* e data do século XIII, tendo como acepções “poder ser contido, poder realizar-se, exprimir-se, suceder, dentro de um certo tempo” (FERREIRA, 1999, p. 350). Esta primeira acepção ilustra o emprego da lexia no ambiente regueiro, que, por uma espécie de ajustamento semântico, adentrou aquele espaço para dar forma a uma expressão que denota o interesse do regueiro por uma garota.

Acompanhada da locução adverbial locativa *na minha pontuação*, esta expressão é utilizada pelo regueiro quando este percebe e quer demonstrar que uma determinada garota é possuidora de todos os atributos que procura. Como um sapato que se ajusta perfeitamente ao pé de uma pessoa, precisamente compatível à medida que calça, assim é igualmente a regueira que desperta a sua atenção.

Levar (v.t.) e Passar (v.t.)²⁹

²⁸ Considerar a regência desses verbos no contexto regueiro.

A exemplo de *cabrer*, outros verbos são observados no falar regueiro com significação bem característica – *levar* e *passar*.

O verbo *levar*, seguido do complemento *ferro* (OD), designa figuradamente e em sentido popular, “ser malsucedido em (alguma coisa); levar chumbo” (FERREIRA, 1999, p. 895), apresentando Houaiss (2001, p. 1749) definição semântica idêntica. É provável que *ferro* esteja presente nesta expressão por sua rijeza, dureza e resistência, simbolizando, metaforicamente, a dificuldade para enfrentar os insucessos e decepções da vida.

Pela analogia semântica, por também representar um desgosto, um desapontamento, esta expressão foi incorporada ao contexto regueiro para denominar, da mesma forma, uma situação decepcionante, “o momento em que o regueiro tem seu convite para dançar recusado”. Em geral, é o homem quem *leva ferro*, pois o *reggae* é ainda um espaço machista; as mulheres ficam aguardando um convite para dançar aos pares.

Quando a regueira rejeita o convite, ela *passa um ferro*, ou seja, “aplica” uma resposta negativa ao pretendente. Esta *lexia* foi motivada pelo ajuste semântico a uma das acepções de *passar*: “transferir, transmitir” (LAROUSSE, 1993, p. 265).

*Carimbar (v.t.d.)*³⁰

Este exemplo final busca comentar o emprego e a significação de *carimbar*, forma verbal nomeante de um ato típico do *reggae*. O registro etimológico do termo data do ano de 1844, como comprovam as pesquisas de Cunha (1982, p. 156).

Castro (2001, p. 203) define a *lexia* como “colocar carimbo”. *Carimbo*, por sua vez, tem sua origem no banto, sugerindo “selo, sinete, sinal público com que se autenticam documentos” (CASTRO, 2001, p. 203).

Ao que tudo indica, esta palavra chegou ao movimento re-

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

gueiro motivada por este sentido de deixar uma marca, um traço, e, por meio da semelhança de significado com este conceito anterior, carimbar (acompanhada do complemento verbal a música) simboliza, na linguagem regueira, “o ato de colocar vinheta ou prefixo num reggae com o nome de uma dada *radiola*”. (ALiMA..., 2003). Esse ato tem por objetivo marcar a exclusividade de uma música por uma *radiola* (evitando, assim, o compartilhamento de uma “raridade”), como também facilitar a identificação das *radiolas* nas festas.

CONCLUSÃO

Por fim, pode-se chegar à conclusão de que essas lexias designativas do ambiente regueiro partem, em sua maioria, de formas lingüísticas já existentes, entretanto, possuem um significado contextual especial, fruto da ressemantização destas unidades, uma vez que passaram a nomear novos referentes que dão o feito a uma realidade particular – o *reggae* ludovicense. O regueiro, na verdade, “[...] recorreu a lexias já conhecidas e de uso comum na língua e lhe atribuiu certos traços específicos de maneira que pudessem expressar o que desejava comunicar.” (ISQUERDO, 2001, p. 99).

Ao se encerrar esta breve pesquisa, tem-se uma convicção cada vez maior de que a linguagem de um grupo, mais especificamente, o seu léxico, adapta-se aos moldes das práticas sociais que o mesmo desempenha. O léxico do *reggae* ludovicense formou-se / forma-se com a construção e o desenvolvimento do próprio movimento, abarcando em si todos os seus fenômenos físicos e sociais e, ao mesmo tempo, traduzindo em palavras todo aquele contexto.

Por fim, espera-se ainda que esta pesquisa venha, além de proporcionar uma contribuição substancial e efetiva para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como uma unidade sistêmica que abrange várias normas em uso, auxiliar os autores de livros didáticos na confecção de materiais que retratem o falar maranhense, já que, muitas vezes, adentram a sala de aula textos de vocabulário alenígena que desinteressam os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ALiMA (Atlas Lingüístico do Maranhão). Questionário Semântico-Lexical do *Reggae* no Maranhão. Elaborado pela equipe de professores e auxiliares de pesquisa. Projeto de Pesquisa da UFMA e FAMA. Última atualização em 13 fev. 2003.

ALMEIDA, João Ferreira de (Trad.). *A Bíblia Sagrada*. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CARDOSO, Marco Antonio (org.). *A magia do reggae*. São Paulo: Martin Clarett, 1997.

CARDOSO, Suzana Alice M. Língua: meio de opressão ou de socialização? In: FERREIRA, Carlota et al. *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, p. 231-235, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, [19.?.]

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CORONA, Renato. *A história do reggae*. Reggae Play Music, São Paulo, n. 2, p. 4-5, 2003.

CRIPPA, Adolpho. *Mito e cultura*. São Paulo: Convívio, 1975.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, José Luis. Considerações em torno do projeto de lei de defesa, proteção, promoção e uso do idioma, apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado Aldo Rebelo. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, Fortaleza, v.25, p. 107-119, 2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Vocabulário do seringueiro: o campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 91-100, 2001.

LAROUSSE CULTURAL. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

SANTOS, Nayfson Henrique dos. (Dj, produtor de festas de *reggae* e proprietário de radiola). Entrevista concedida a José de Ribamar Mendes Bezerra, Antônio Santana e Georgiana Santos. São Luís, 3 mar. 2003. Gravada em áudio.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. *Da terra das primaveras à ilha do amor: reggae, lazer e identidade cultural*. São Luís: Edufma, 1995.

SILVA, Marcos Vinícius da. (Locutor de programa de *reggae*). Entrevista concedida a Elaine Araújo e Antônio Santana. São Luís, 04 fev. 2003. Gravada em áudio.

**RELAÇÕES DIALÉTICAS
SUBJACENTES À SIGNIFICAÇÃO**

Cidmar Teodoro Pais (USP, UBC e ABF)

RESUMO

Esta pesquisa buscou examinar relações semânticas dialéticas subjacentes a microssistemas do léxico do português do Brasil, atualizáveis em universos de discurso, como os discursos político, jurídico e jornalístico, particularmente a oposição entre os conceitos / termos legalidade x legitimidade. Utilizaram-se modelos de semântica cognitiva, semântica lexical, sociosemiótica e semiótica das culturas.

PALAVRAS-CHAVE

Dialética; Discurso; Léxico; Semântica; Semiótica.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propôs-se a estudar relações semânticas subjacentes a microssistemas que se estabelecem entre unidades do léxico do português do Brasil, e que são atualizadas em universos de discurso, como os discursos político, jurídico e jornalístico. Utilizaram-se modelos da semântica cognitiva (RASTIER, 1991), da semântica lexical (POTTIER, 1991), da semiótica e, particularmente, da sociosemiótica (GREIMAS e LANDOWSKI, 1986) e da semiótica das culturas. O *corpus* constituiu-se de verbetes de dicionários de língua e de textos daqueles universos de discurso, coletados no período de 1996 a 2000. Analisaram-se relações dialéticas entre unidades lexicais, constitutivas de microssistemas lexicais, como as de contrários e de contraditórios, e suas combinações, suscetíveis de formalização em modelos dialéticos, correspondentes, por sua vez, a microssistemas de valores sustentados no nível da semântica profunda de discursos manifestados. Observaram-se certas constantes como as dos microssistemas semântico-lexicais aqui examinados, à guisa de ilustração, o microssistema da *ética*, o microssistema da *legalidade*, o microssistema da *cidadania* e o microssistema definido pela oposição entre metatermos contrários *legitimidade x legalidade*, pelos conceitos que lhes correspondem, assim como pelos metatermos complexos deles decorrentes, a *democracia*, a *tiranía*, a *resistência*, a *ruptura do tecido social*.

PRELIMINARES: DA COGNIÇÃO, SEMIOSE
E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DISCURSIVA

Parece-nos necessário retomar aqui, previamente, algumas reflexões apresentadas em trabalho anterior (Pais, 2003). Um dos grandes avanços teóricos da lingüística pós-moderna e da semiótica, a clara distinção entre *texto* e *discurso*, que, de modo geral, eram confundidos ou considerados equivalentes, sinônimos ou quase-sinônimos, no ‘estruturalismo clássico’.

Com efeito, entende-se *discurso*, nas teorias mais atuais, como um *processo de produção* e *texto*, como o resultado, o *produto* do discurso. De maneira mais precisa, o discurso, enquanto *processo*, é uma *microsemiótica*. Contém o discurso, por sua vez, dois *processos de enunciação*, o processo da enunciação de codificação, realizado pelo sujeito-enunciador, e o processo da enunciação de decodificação, realizado pelo sujeito-enunciatário. Desses dois processos de enunciação resultam dois textos-enunciados: o texto-enunciado do sujeito-enunciador e o texto-enunciado do sujeito enunciatário (PAIS, 1993: 454-521; 1995a; 1995b).

Parece, pois, adequado situar nesse quadro teórico *o processo da produção discursiva* e examinar os diferentes patamares, etapas e/ou transformações que se dão no *percurso* do processo de enunciação de codificação, do nível mais profundo da *conceitualização*, ao da *semiose*, enquanto produção da significação, observável no texto manifestado. (PAIS, 2003: 72-85). Por limitação do espaço, não se tratará, aqui, do percurso da enunciação de decodificação.

Em princípio, todo discurso ocorre como uma análise de uma vivência, ou de uma experiência, que se dê na relação entre um sujeito e o mundo exterior, ou que se realize no seu imaginário. De fato, uma vivência ou experiência se torna inteligível para o próprio sujeito, na medida em que seja *discursivizada*.

A primeira condição, pois, para desencadear-se um discurso, é a *percepção* de uma experiência. Não importa que essa percepção seja a de um evento que põe em relação o sujeito e o mundo exterior, ou que o mesmo seja vivenciado no imaginário do sujeito, como um simulacro construído em função de sua experiência anterior. De toda maneira, tal percepção se realiza por meio dos sentidos de que dispõe

o corpo humano. Entretanto, não acontece, nesse momento, uma percepção biológica, neutra e ‘objetiva’, como a que se supõe que ocorra com os animais. Os seres humanos distinguem-se dos outros animais do planeta, por sua diversidade lingüística, cultural, social e histórica. Cada comunidade lingüística e sociocultural sustenta, assim, nos processos semióticos verbais, não-verbais e sincréticos, uma ‘visão do mundo’, um *mundo semioticamente construído*. Nessas condições, embora as potencialidades biológicas dos seres humanos sejam as mesmas, as pessoas que nascem numa comunidade são ensinadas a ‘pensar o mundo’, tal como se constrói na língua, na cultura, na sociedade, nas semióticas não-verbais e sincréticas. Daí resulta que a *percepção biológica é culturalmente filtrada*. Assim, por exemplo, a maioria dos brasileiros espera o verão, para banhar-se no mar, ao passo que alguns noruegueses não querem mais mergulhar, no começo da primavera, porque “não é mais refrescante!”.

Uma vez realizada a *percepção* de uma vivência, segue-se o complexo processo de *conceptualização*, ou seja, da análise semântico-conceptual da experiência, realizada por meio de traços semântico-conceptuais, a sua *conversão* em conjuntos de semas conceptuais, atributos semântico-conceptuais e suas redes, no nível da semântica cognitiva.

É necessário distinguir, nesse patamar, três tipos de atributos dos ‘objetos do mundo’, as *latências*, as *saliências* e as *pregnâncias* (POTTIER, 1992: 52-78). São consideradas *latências* os traços semântico-conceptuais potenciais, possíveis, na semiótica natural; são chamadas *saliências* os traços que se destacam por si mesmos, ainda na semiótica natural; as *pregnâncias* são traços semântico-conceptuais ou atributos que resultam de uma *escolha* do sujeito-enunciador individual e/ou coletivo.

A combinação desses três tipos de traços conduz à construção de um *protótipo* (DUBOIS, 1990: 29-100), ou seja, um núcleo noêmico, uma espécie de mínimo semântico. Os protótipos autorizam a construção de *conceptus*, um conjunto de traços semântico-conceptuais, ou um conjunto noêmico, um semema conceptual que equivale a um ‘modelo mental’ (RASTIER, 1991: 73-114; PAIS-1993: 546-553; 562-568). Esse ‘modelo mental’ articula-se dialeticamente a um *recorte cultural*, um *designatum*.

Esse processo de *conceptualização*, ou de *cognição* compreende uma rede complexa de vários tipos de *conceptus*, que configuram um *metassistema conceptual*, instância de competência pré-semiótica e trans-semiótica que preside o funcionamento de todas as semióticas verbais, não-verbais de uma mesma comunidade lingüística e sociocultural, isto é, uma *macrossemiótica* (PAIS, 1993: 543-554; 556-562; 1995 a e b; 1997, 1998).

Tomando por base modelos anteriores nossos (PAIS, 1978, 1979, 1980), construíramos um novo modelo teórico que procura dar conta da produtividade sistêmica e discursiva, da produção, reiteração, transformação dos recortes e das significações que os manifestam em discurso, da modificação da competência, decorrente da produtividade discursiva, ao longo do processo histórico, numa dinâmica configuradora de *processo semiótico* (PAIS, 1993: 330-346. 405-419). Explica-se, assim, o processo de produção do discurso, a partir do sistema - a competência autoriza o desempenho -; a produção, reiteração, transformação dos recortes e das significações que os manifestam em discurso; a produção de novo estágio do sistema, modificação da competência, decorrente da produtividade discursiva, ao longo do processo histórico da sociedade, em seu todo, como em cada um de seus membros, numa relação dialética.

Essa produção, reiniciada e reiterada em cada enunciação, conduz à (re)constituição de um metassistema conceptual - 'léxico' e 'sintaxe' -, disponível para atualização em qualquer semiótica-objeto de determinada comunidade, caracterizando-se como uma pancronia (funcionamento e mudança). Articulam-se dialeticamente *conceptus* e recortes culturais, ou *designata*, que funcionam como '*referentes*', como '*objetos do mundo*' *semioticamente construído* da cultura e da sociedade envolvidas.

Importa salientar nesse modelo, pois, de forma mais minuciosa, alguns aspectos das relações entre o *fazer do sujeito da cognição* e o *fazer do sujeito da semiose*.

Em cada processo discursivo, desenvolve-se o *fazer persuasivo* do sujeito enunciador do discurso, através dos patamares da percepção, da conceptualização, da semiologização, da lexemização, da atualização, da semiose (PAIS, 1995a, 1995b, 1997, 1998, 2003). Verifica-se que, na enunciação de codificação e a partir da percepção

biológica - culturalmente filtrada em função dos comportamentos e condicionamentos adquiridos, ou, noutros termos, do 'aprendizado' de uma comunidade - dos dados da experiência, desencadeia-se no patamar da *conceptualização*, a produção de modelos mentais - *conceptus* - e recortes culturais - *designata* -, que leva em conta a prévia detecção e escolha de atributos semânticos conceptuais, das *pregnâncias* dos 'objetos', dos processos e atributos da semiótica natural e sociocultural.

Essa produção, sempre reiniciada e reiterada em cada enunciação, conduz, por geração, acumulação e transformação, à construção de um 'léxico' conceptual - protótipos e *conceptus* - e de uma 'sintaxe' conceptual, ou, noutras palavras, de um *metassistema conceptual* disponível para atualização em qualquer semiótica-objeto de determinada cultura e sociedade.

Dessa forma, comporta-se o metassistema conceptual como sistema de matrizes sígnicas - dialeticamente articuladas aos recortes culturais, como vimos - da produção de funções semióticas e metasemióticas *lato sensu*.

No processo de produção discursiva, correspondente *ao processo de enunciação de codificação*, ou *ao fazer persuasivo* do sujeito-enunciador, segue-se à conceptualização, já examinada, a *semiologização*, enquanto processo de conversão dos atributos dos conjuntos noêmicos em atributos semânticos *pré-semióticos*, *trans-semióticos*, e de (re)ordenamento de campos semânticos, os *tópoi* (PAIS, 1993: 114-137).

O *universo semiológico* pré-existente ao discurso em causa é, então, alterado, em maior ou menor grau. Uma modificação no modo de conceber uma estrutura social, uma inovação política ou um avanço científico ou tecnológico podem levar à subdivisão de um campo semântico em dois, transferir um elemento de um campo semântico a outro, e assim por diante.

A *semiotização* configura-se como outro nível que depende da *escolha* - consciente ou não - da semiótica-objeto - verbal (uma língua natural), não-verbal ou sincrética -, em operação na *macros-semiótica* de uma cultura.

Inserese, nesse patamar do *processo de enunciação de codi-*

ficção, o *percurso gerativo da enunciação*, tal como formulado por Greimas (GREIMAS e COURTÉS, 1979: 157-162). O *percurso gerativo da enunciação* de Pottier (1987: 59-96) já incluía a conceptualização.

Compreende a *semiotização* o nível da *lexemização*, entendida, por sua vez, como processo de conversão dos *conceptus*, das matrizes noêmicas, em funções semióticas (grandezas signos) de uma semiótica-objeto e/ou em funções metassemióticas dessas grandezas, ou seja, da geração e/ou transformação de *designationes*, relacionadas a determinado *conceptus* e seu correspondente *designatum*.

Convém observar que um *conceptus* pode corresponder a uma ou a várias unidades lexicais, numa língua natural. Dessa maneira, parassinônimos, em nível de língua, podem ser *denominações* de um único *conceptus*, no nível conceptual. Ao contrário, homônimos, semelhantes quanto ao plano de expressão, remetem, por seu plano de conteúdo, constituem *denominações* de conjuntos semântico-conceptuais distintos.

Nas línguas naturais e seus discursos, por exemplo, importa distinguir, na etapa da *atualização*, o nível do sistema e o das normas. No sistema, caracterizam-se as unidades lexicais, enquanto *designationes*, por um *semema polissêmico*, denominado *sobressemema*. Sofre esse semema uma *restrição sêmica*, quando de sua inserção numa norma, no plano *diatópico* e/ou *diastrático* e, sobretudo, num *universo de discurso*. Desse modo, a um sobressemema, ao nível do sistema, correspondem vários *sememas* específicos, caracterizadores de *normas discursivas*. Nesse momento teórico, uma unidade lexical de língua assume uma função *vocabulo* ou uma função *termo*, em determinado universo de discurso técnico-científico, nas linguagens de especialidade (BARBOSA, 2000).

A combinatória semêmica produz-se na atualização do enunciado manifestado, entre o plano do conteúdo das funções semiótica e/ou metassemióticas, levando à *semiose*, à construção de um *significado* específico do *texto* produzido pelo sujeito-enunciador.

Observa-se, pois, que uma *designação*, em nível de sistema ou de norma discursiva corresponde, por um lado, a um *conceptus*, do metassistema conceptual, constituindo sua *denominação*; por outro lado, enquanto *designação*, remete a um *designatum*, 'objeto no mundo'. O *texto*, por sua vez, apresenta um *simulacro de mundo semioticamente construído*, que é a sua 'referência'.

Nessa perspectiva, a produção, acumulação e transformação do saber sobre o 'mundo' somente ocorrem no processo de enunciação do discurso, concomitante e indissociavelmente da produção, armazenagem, e recuperação, durante o processo de produção da significação e da informação semioticamente construída. O *discurso* é o único lugar da *semiose*. Esse percurso sustenta-se, pois, dentre outros aspectos, num *contrato de cooperação* entre sujeito enunciatador - sujeito da enunciação de codificação - e sujeito enunciatário - sujeito da enunciação de decodificação -, sem o qual não são viáveis a produção cognitiva e a produção de significação, concomitantes e articuladas. Vale a pena conferir as propostas de Courtés (1991), sobre relações enunciado/enunciação

A combinatória particular das unidades no enunciado de determinado discurso manifestado, em função das relações *intratextuais*, *intertextuais*, *intradiscursivas*, *interdiscursivas*, conduz, dialeticamente a uma ampliação do *epissistema* dessas unidades, nesse discurso, de que resulta o processo da *semiose*, do ponto de vista do sujeito enunciatador, com a produção de significação e informação novas, específicas do discurso em causa e dotadas de valor de comunicação. Verifica-se, na verdade, que as mesmas relações entre sistema, normas e discurso manifestado ocorrem nas semióticas não-verbais e sincréticas, *mutatis mutandis*.

Em síntese, cumpre distinguir diferentes relações. A *conceptualização* estabelece o percurso entre a percepção e a construção do 'modelo mental', *conceptus*, dialeticamente articulado a um recorte cultural; a *denominação* configura a etapa pela qual um *conceptus* é *lexemizado*, ou, se preferirmos, é convertido em 'lexema' de determinada semiótica-objeto, estabelecendo-se a relação *conceptus-denominação*; a *designação* define a relação entre a função semiótica e/ou metassemiótica *lato sensu* e o *designatum*, o recorte cultural, a

referência qualifica-se como relação de implicação entre o significado (excepcionalmente, também, o significante, na ‘função poética’) construído no texto e o mundo semioticamente construído, que para os sujeitos enunciador-enunciatário, naquele universo de discurso, equivale à uma ‘visão do mundo’, apoiada na rede de *designata*, de recortes culturais.

Ao fazer do sujeito enunciador correspondem, no *fazer interpretativo* do sujeito enunciatário, os patamares da percepção do objeto semiótico concreto (texto), da reatualização ou do reconhecimento (da semiótica-objeto e dos elementos manifestados), da re-semiotização, da re-semiologização, da reconceptualização, conducentes à realimentação e a auto-regulagem do metassistema conceitual. De maneira sumária, pois, podemos considerar em conjunto o *fazer persuasivo* do sujeito enunciador e o *fazer interpretativo* do sujeito enunciatário, inseridos e articulados no percurso da enunciação do processo discursivo. Como dissemos no início, não examinaremos mais minuciosamente, aqui, o percurso da enunciação de decodificação.

Entrementes, o *conceptus lato sensu* e, particularmente, o *arquiconceptus* constituem *critérios* de julgamento de equivalências, no nível da estrutura hiperprofunda, ou seja, funcionam como um *tertius comparationis*, que determina o grau de aceitabilidade e permite avaliar a relativa ‘precisão’ das equivalências propostas nos atos metalingüísticos, no *rediscurso*, nas *transcodificações intratextuais, intertextuais, intradiscursivas, interdiscursivas, intersemióticas e transculturais* (PAIS, 2002).

Nesse sentido, considerados, por exemplo, dois processos discursivos, concomitantes (em paralelo) ou subseqüentes – cada um com suas enunciações de codificação e de decodificação – e seus textos – do enunciador e do enunciatário -, enquanto discursos manifestados de semiótica-objeto verbais, não-verbais e sincréticas, o *conceptus* (intracultural) e, sobretudo, o *arquiconceptus* (transcultural) asseguram que tais discursos sustentem - no nível hiperprofundo, semântico-cognitivo, do processo de enunciação de codificação e de decodificação -, as mesmas ‘*isotopias*’ *conceptuais*, trans-semióticas e transculturais, determinando relações de *interdiscursividade* (entre processos) e de *intertextualidade* (entre textos-enunciados).

Com efeito, entende-se a *interdiscursividade* como a relação que se estabelece entre dois *discursos*, enquanto *processos de produção*, que apresentam, por sua vez, dois *processos de enunciação*, o da *codificação* e o da *decodificação*, com todos os patamares acima considerados; entende-se a *intertextualidade* como o conjunto das relações suscetíveis de estabelecer-se entre dois ou mais *textos-enunciados*.

Sabemos, igualmente, que os discursos só significam numa relação de *interdiscursividade*, os textos só significam numa relação de *intertextualidade*. Dessa maneira, o *arquiconceptus*, define as '*isotopias*' *conceptuais* – no *processo discursivo* - e determina, *ipso facto*, *isotopias semânticas* equivalentes em *textos* de diferentes discursos manifestados, de semióticas-objeto distintas.

Desse modo, são os elementos do patamar semântico-cognitivo que *autorizam as relações interdiscursivas e intertextuais e viabilizam os diferentes processos de transcodificação*. Se tomarmos dois discursos e seus textos, observaremos que têm em comum o modelo dos percursos da enunciação e, mais ainda, semelhantes '*isotopias*' *conceptuais*, com intersecções diferentes de zero.

Considerados vários discursos manifestados - de várias semióticas-objeto verbais, não-verbais e sincréticas, intraculturais ou transculturais – e seus textos-enunciados, torna-se possível formalizar duas noções relevantes, as do *arquidiscorso* e do *arquitexto*, esta última inspirada inicialmente na proposição de Rastier (2000).

O *arquidiscorso* (PAIS, 2002), a nosso ver, resulta da neutralização das especificidades de vários discursos manifestados, mantidos o *processo de produção discursiva, de enunciação*, e as '*isotopias*' *conceptuais*, que constituem sua intersecção não-vazia.

Em nossa concepção, o *arquitexto* decorre, da mesma forma, da neutralização das especificidades de vários textos enunciados, mantidos os *conceptus* e recortes culturais subjacentes, os *sistemas de valores sustentados em semântica profunda, as isotopias semânticas decorrentes das 'isotopias' conceptuais* determinantes das primeiras, que constituem a intersecção não-vazia entre os mesmos textos.

O sujeito semiótico enunciator/enunciatório do discurso pos-

sui uma competência lingüística, semiótica, sociocultural e um 'saber sobre o mundo' que resultam dos discursos anteriores por ele codificados ou decodificados, ou, se preferirmos, do seu processo histórico individual e/ou coletivo. Detém, ainda que de forma intuitiva, a experiência e o conhecimento que lhe permitem reconhecer em cada processo discursivo e nos seus textos, o(s) universo(s) de discurso, o *arquidiscorso*, o *arquitexto*, e estabelecer relações interdiscursivas e intertextuais, assim como as '*isotopias*' *conceptuais* que dão significado ao discurso e ao texto em causa.

Nessas condições, o *arquidiscorso* caracteriza-se como 'modelo mental' e intersecção entre *processos discursivos* (discursos); o *arquitexto*, como 'modelo mental' e intersecção entre *textos-enunciados* (textos). Essas intersecções são *variáveis*, no sentido matemático (maiores que zero e menores que um), segundo as culturas, as sociedades, as diferentes normas regionais, de classe social, de grupo profissional, dentre outros aspectos. De toda maneira, *arquidiscorso* e *arquitexto* constituem modelos e parâmetros que asseguram, respectivamente, a produtividade discursiva e a interpretação/interpretação de textos.

Nas análises subseqüentes, damos ênfase ao nível da semântica profunda, da axiologia, dos sistemas de valores. Situam-se essas estruturas no patamar da semântica profunda, ou seja, no nível mais profundo da semiótica.

ALGUNS CONCEITOS E VALORES SOCIOCULTURAIS

Em trabalhos anteriores, examinaram-se certos conceitos e valores do processo sociocultural brasileiro, relacionados, inclusive, a aspectos da semiótica do Direito, e suas articulações com o discurso de sustentação da identidade cultural, o discurso da (in)tolerância cultural, particularmente face ao processo de globalização em curso no mundo contemporâneo; foram utilizados modelos da lógica das modalidades transfrásticas, da sociossemiótica e da semiótica das

culturas, da semântica cognitiva (PAIS, 1997, 1998; 2002), na análise de textos jornalísticos da imprensa brasileira e européia. Buscava-se estudar a axiologia, ou seja, microsistemas de valores sustentados, ao nível da semântica profunda de tais discursos. Foi possível, então, descrever conflitos e tensões entre as forças em jogo, como as condições de cidadania, as relações capital/trabalho, os sistemas de dominação, o acesso ao saber e aos bens culturais, as relações entre ética e Direito, os modos de ordenamento social, democrático e aristocrático, e, por outro lado, as tensões entre privilégios e restrições, os processos de co-optação, inserção, exclusão, marginalização, as tensões entre convívio e consumo, nas relações que se estabelecem não só entre indivíduos, entre indivíduos, Estado e comunidade, no âmbito de uma sociedade, como também entre culturas, sociedades e nações, no contexto internacional. Construíram-se, assim, modelos formalizados que permitiam dar conta das ideologias de confronto e cooperação (PAIS, 1993: 603-640; 1997: 325-335).

Para tanto, estudaram-se, preliminarmente, os conceitos de “ética”, “democracia”, “legalidade”, “legitimidade”, “liberdade”, “cidadania”, “marginalidade”, “justiça”, “desenvolvimento”, “democracia”, “aristocracia”, “burocracia” e as unidades lexicais que os manifestam, enquanto termos integrantes de uma microsistema conceptual e léxico-semântico da língua portuguesa, correspondente, por seu turno, a um microsistema de valores sustentado, no contexto sociocultural brasileiro dos anos noventa, numa abordagem multidisciplinar, semântico-conceptual, sociossemiótica e de semiótica das culturas.

A *ética*, conceito, termo e discurso do *dever-ser* e do *dever-fazer*, cuja eficácia depende da competência modal dos Sujeitos, individuais e/ou coletivos, enquanto condição expressa, para a *construção* de uma sociedade mais livre e mais justa, relaciona-se aos conceitos político-jurídicos supracitados e, ainda, ao conceito/termo *democracia*, Objeto de valor constitutivo do programa narrativo auxiliar do processo histórico, e ao discurso em que se sustenta, instrumentos para a conjunção final com aquela *construção*, Objeto de valor do programa narrativo principal dos Sujeitos.

As relações de tensão e de confronto sociais podem ser mais bem explicadas, se reportadas aos ‘princípios’ da organização social,

sempre discutidos na História do Ocidente e mesmo fora dela. Trata-se de duas proposições incompatíveis, que já eram objeto de debate na Antigüidade clássica, notadamente em Atenas: de um lado, o princípio da igualdade formal, que sustenta o sistema de valores da *democracia* e do Estado de Direito; de outro lado, o princípio de '*superioridade natural*', que justifica a organização social a partir do governo estabelecido e conservado pelos 'excelentes' (grego, *hoi áristoi*; latim, *optimi*); este 'princípio' é o que define a *aristocracia*. Essa última concepção manifesta-se sob diferentes formas, como certo 'darwinismo social' e suas variações, por exemplo, o poder segundo o 'mérito' ('meritocracia'), a 'superioridade natural das leis de mercado', etc. O 'princípio' aristocrático determina, em sua lógica interna, a marginalidade de homens e nações.

Em muitas sociedades modernas, vive-se o conflito entre a concepção do Estado de Direito, *no modo do parecer*, e a organização social 'aristocrática', *no modo do ser*. Em trabalhos precedentes, construíram-se modelos sumários dessas relações, aplicando-as a aspectos da cultura e da sociedade brasileiras (PAIS, 1993: 603-640; 1997: 325-335).

Nesses termos, o discurso que manifesta o conceito/termo *ética* sustenta, em sua axiologia fundamental, oposições entre as modalidades complexas: *dever-ser/fazer*, *dever-não-ser/fazer*, *não-dever-não ser/fazer*, *não-dever-ser/fazer*. A combinatória de tais modalidades conduz aos termos complexos e a metatermos suscetíveis de expressá-los em português: a tensão dialética, *dever-ser/fazer x dever-não-ser/fazer = correto*; a dêixis positiva, *dever-ser/fazer x não-dever-ser/fazer = recomendável*; a dêixis negativa, *dever-não-ser/fazer x não-dever-ser/fazer = censurável*; o termo neutro, *não-dever-não-ser/fazer x não-dever-ser/fazer = indiferente*.

Verifica-se, pois, neste primeiro exemplo aqui considerado, que se constitui um microssistema semântico-lexical, ou seja, uma rede de oposições sustentada em relações dialéticas, entre termos contrários, entre os contrários e os contraditórios que lhes correspondem, ainda, entre contrários e contraditórios, de um lado, e os metatermos complexos que resultam das combinações entre os termos 'simples' e, enfim, entre os metatermos complexos: tensão dialética, dêixis positiva, dêixis negativa e termo neutro.

Esquemáticamente, temos:

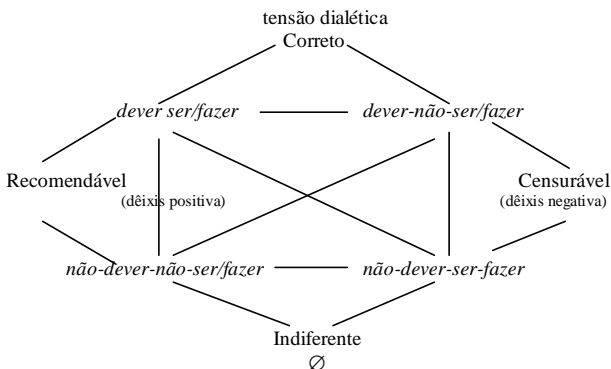


Figura 1: *Universo de discurso da Ética*

A relativa eficácia dos discursos que sustentam o universo de discurso da *ética* depende, pois, da competência modal dos Sujeitos enunciadorens/enunciatários, assim definida: *poder-querer-fazer*, *poder-dever-fazer*, *poder-saber-fazer* => *dever ser/fazer*.

Nesse sentido, o universo de discurso da *legalidade*, entendido como conjunto dos discursos manifestados na produção da lei formal, da legislação, tem uma abrangência notoriamente mais restrita, de vez que se auto-limita às modalidades do *dever-fazer*. Sustenta-se nas modalidades complexas e seus respectivos metatermos: *dever-fazer* = *obrigatório*; *dever-não-fazer* = *proibido*; *não-dever-não-fazer* = *permitido*; *dever-não-fazer* = *facultativo*. A combinatória de tais modalidades conduz, por sua vez, aos termos complexos e a metatermos suscetíveis de expressá-los em português: a tensão dialética, *dever-fazer x dever-não-fazer* = *lei*; a dêixis positiva, *dever-fazer x não-dever-não-fazer* = *incentivo*; a dêixis negativa, *dever-não-fazer x não-dever-fazer* = *restrição*; o termo neutro, *não-dever-não-fazer x não-dever-fazer* = *graus de liberdade*.

Observa-se, aqui, a configuração de outro microsistema semântico-lexical, ao qual subjaz uma rede de relações dialéticas, uma oposição de termos contrários, a oposição entre termos contrários e seus contraditórios, as combinações entre esses termos ‘simples’, de que resultam os termos complexos, a tensão dialética, a dêixis positi-

va, a dêixis negativa, o termo neutro. Esquemáticamente, temos:

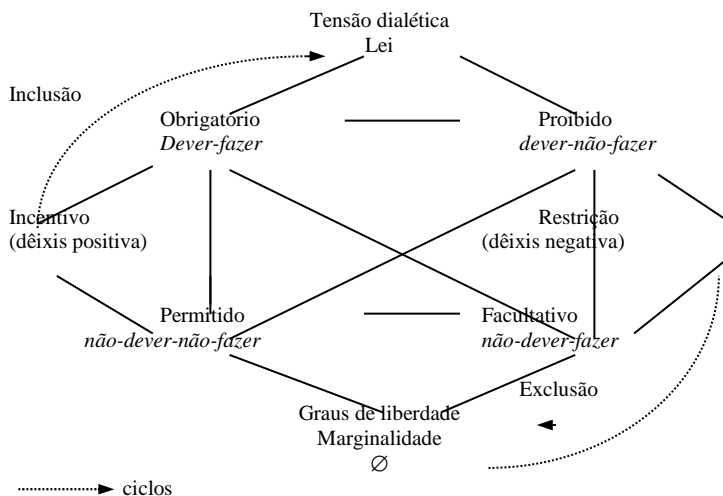


Figura 2: *Universo de discurso da Legalidade*

Observam-se, ainda, no modelo, dois *ciclos* que representam as transformações de um estado para outro, um percurso de *inclusão* no sistema legal e um percurso de *exclusão* do sistema legal.

Desse modo, a maior ou menor eficácia dos discursos que sustentam o universo de discurso da *legalidade*, baseado na persuasão, depende, por sua vez, da competência modal dos Sujeitos enunciatóres/enunciatários, assim definida: *poder-querer-fazer*, *poder-dever-fazer*, *poder-saber-fazer* => *dever-fazer*.

Segundo a concepção aceita de “Estado de Direito”, fundamentado no princípio de ordenamento social da igualdade formal (= igualdade perante a lei), a *cidadania* caracteriza-se como equilíbrio dinâmico e tensão dialética entre *direitos* e *deveres*. Como se sabe, no entanto, sempre houve e há, ainda, sociedades em que essa concepção ou não é sequer aceita, ou apresenta sérias distorções. Nas sociedades heterogêneas, industriais e pós-industriais, certos seg-

mentos sociais têm acesso à cidadania, enquanto outros são dela excluídos. Considerando-se *direitos* e *deveres* como metatermos, e os seus contraditórios, é possível formalizar suas relações, obtendo os termos complexos de um modelo semiótico: a tensão dialética, *direitos x deveres = cidadania plena*; a dêixis positiva, *direitos x não-deveres = elite*; a dêixis negativa, *deveres x não-direitos = massa*; o termo neutro, *não-deveres x não direitos = marginalidade política* (PAIS, 1993: 621-623).

Uma vez mais, configura-se um microsistema conceitual (Pais, 1998), um microsistema semântico-lexical, sustentado por uma rede de relações de oposição, ou se preferirmos, um microsistema de relações dialéticas subjacentes à significação.

Esquemáticamente, temos:

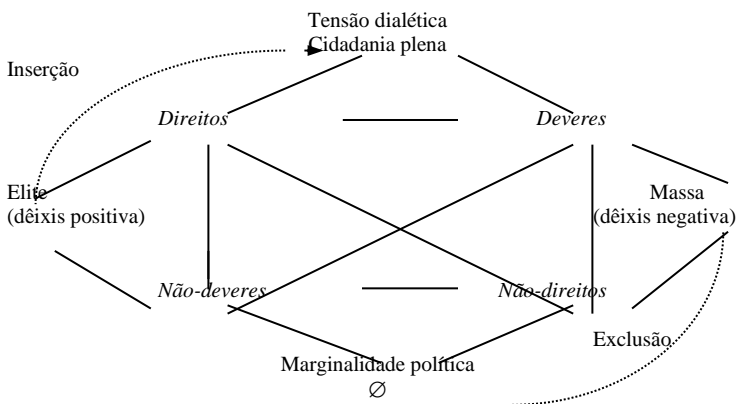


Figura 3: *Universo da Cidadania*

A estrutura semântica e modal da produção de uma *vontade política*, articulada a um *poder-fazer-dever-ser e/ou fazer* complementares, ético-legais, tensão dialética entre direitos e deveres, individuais e coletivos, define a “legalidade”, a “liberdade”, a “cidadania”, para erigir sistema de arbitragem de anseios e necessidades, nos limites de uma ordem social livremente aceita, de que decorrem conceitos como “consciência cívica” e “responsabilidade social”.

A análise dos conflitos de interesses entre segmentos sociais,

do equilíbrio entre liberdade e justiça, econômica e social, conduz à formulação de modelo da rede semântico-semiótica dos valores em causa, das tensões e percursos dialéticos em que se sustenta sua articulação. É lícito sustentar, pois, que o discurso da *ética* e o discurso da *legalidade* pressupõem, sempre, um *discurso político*, um discurso de produção e sustentação da *vontade política*. Este, necessariamente, os precede e determina, o que não exclui sucessivos processos de realimentação intertextual e interdiscursiva (PAIS, 2002).

DEMOCRACIA, LEGALIDADE E LEGITIMIDADE

A construção de um modo de organização da sociedade que, como se viu, compreendesse um sistema de arbitragem de anseios e necessidades, que permitisse administrar conflitos de interesses entre segmentos sociais, que assegurasse o equilíbrio entre liberdade e justiça, econômica e social, nos limites de uma ordem social livremente aceita, conduziu, através de penoso caminho, cheio de percalços, avanços e retrocessos, ao longo do processo histórico, à concepção atual - ao menos teoricamente aceita - de *democracia*. Houve, antes, vários modelos, alguns mais freqüentemente citados, como aqueles propostos por Atenas, pelos formuladores dos ideários da Revolução francesa, da Revolução americana, da Revolução soviética, dentre outros. De maneira geral, entende-se hoje que são democráticos a sociedade e o regime de governo correspondente que satisfazem certas condições, das quais a primeira é a reafirmação do princípio da igualdade formal (igualdade perante a lei); democracia e Estado de Direito acham-se, portanto, numa relação de implicação recíproca.

O conceito/termo *democracia* e o discurso que o sustenta têm conceitos (PAIS, 1998) e discursos que os sobredeterminam, como se viu, os conceitos/termos e os discursos de *vontade política*, *ética*, da *legalidade*, *cidadania*, aos quais subjazem modelos como *arquitectos* e *arquidiscursos*, ou seja intersceções intertextuais e discursivas, enquanto *constantes* semântes dos textos e discursos envolvidos (PAIS, 2002). Nessa perspectiva, o discurso que sustenta o conceito de *democracia* poderia ser assim formalizado, quanto às modalidades e às sobredeterminações discursivas: *poder-fazer-querer => poder-fazer-dever => ser/fazer*.

Dessa forma, define-se, também, o conceito de “democracia” como o “regime caracterizado pela vontade da maioria, com o respeito aos direitos das minorias, sob o império da lei”. Assim, o *conceptus* (RASTIER, 1991: 73-114), ‘modelo mental’ de *democracia* é um conjunto noêmico, (POTTIER, 1992: 52-78) de traços semântico-conceptuais, ao qual corresponde, em língua portuguesa, um semema (<...>), ou seja, um conjunto de traços semânticos linguísticos. Temos, pois:

$\langle \text{democracia} \rangle =$ {([+ vontade] x [+ maioria]) x ([+ direito] x [+ minorias]) x ([+ igualdade] x [+ lei])}

Ocorre, muitas vezes, que sociedades, segmentos de sociedades, instituições nela existentes, em certos períodos, ou se regulam pelo ordenamento aristocrático, ou afirmam regular-se pelo princípio da igualdade formal, apresentando, porém, distorções resultantes da contaminação entre os dois modos de ordenamento, teoricamente incompatíveis. Considerando-se as distorções comumente introduzidas por preconceitos de ordem racial, religiosa, cultural, econômica, etc., de que têm resultado toda sorte de estigmas, restrições e discriminações, verifica-se que o conceito de *legalidade* é insuficiente, se não estiver articulado ao de *legitimidade*, ética e política.

Quanto às modalidades, o metatermo *legitimidade* poder ser concebido como um *poder-querer-fazer*, *poder-dever-fazer*, *poder-saber-fazer* => *dever-ser* e se caracteriza, como expressão de um *projeto de sociedade*, sobremodalizado por um *crer*.

Por seu lado, o metatermo *legalidade*, restringe-se ao produto de um *poder-fazer-dever*, sobredeterminado pelo *poder-fazer-querer* do discurso da *vontade política*.

Dessa maneira, configura-se uma tensão dialética entre dois termos contrários, *legitimidade x legalidade*, epicentro e ponto de equilíbrio dinâmico do conflito, o termo complexo *Democracia*. Ao termo *legalidade* corresponde o termo contraditório *ilegalidade*, ao termo *legitimidade*, o contraditório *ilegitimidade*, situando-se estes como subcontrários. A combinação *legitimidade x ilegalidade*, a dêixis positiva, define-se como *resistência*; a dêixis negativa, combinação *legalidade x ilegitimidade*, determina a *tiranía*; *ilegitimidade x ilegalidade*, termo neutro, a *ruptura do tecido social*. Essas posições constituem a ‘visão’ sociocultural de situações de conflito, ao longo

do processo histórico.

Daí decorrem processos de mudança, como *opressão* - o percurso dialético que parte da *legalidade*, passa pela *ilegalidade* e chega à *ilegitimidade*, *lexemizado* como *instalação da tirania*. - *x insurreiçã*o - o percurso dialético que parte da *legitimidade*, passa pela *ilegalidade* e chega à construção de uma nova *legalidade*, *lexemizado*, por sua vez, como *libertação*. Verifica-se, ainda, que o dinamismo dessas relações autoriza inscrever dois *ciclos* no modelo: aquele que vai da dêixis negativa ao termo neutro, a *degradação da estrutura social*; aquele que vai da dêixis positiva à tensão dialética, a *restauração da ordem democrática*. Esquemáticamente, tem-se:

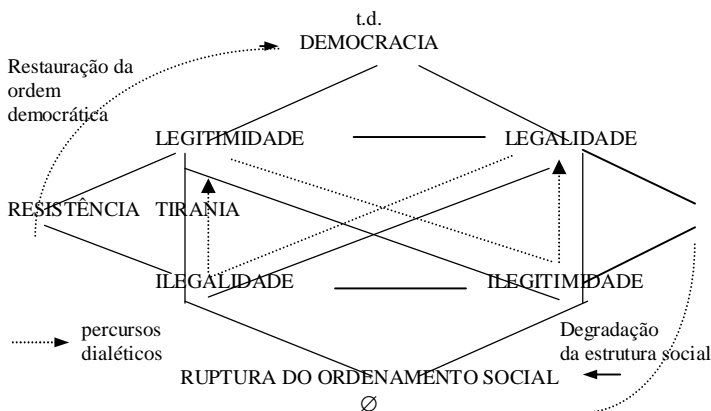


Figura 4: *Universo de discurso da Democracia*

Inscvem-se na posição da *resistência*, por exemplo, os heróis da Resistência Francesa, na Segunda Guerra Mundial, ou estudantes e operários que lutavam pelo restabelecimento da democracia, no Brasil pós-64. Inscvem-se na posição da *tiranía*, o Governo de Vichy, na França, ou a ‘legislação’ do período autoritário, no Brasil.

Levem-se em conta as transformações/conversões que ocorrem nos diferentes patamares do percurso gerativo da enunciação de codificação; considerem-se os patamares da *conceptualização* (engendramento do *conceptus*, da *semiotização* (engendramento das funções semióticas e/ou metassemióticas *lato sensu*), da *lexemização* (la “mise en lexème”), da *atualização* (em discurso) e das conse-

qüentes *designação e referencia*) (PAIS, 1998). Torna-se possível, num percurso teórico inverso, *reconstruir*, enfim, um modelo de traços semântico-conceptuais, em estrutura hiperprofunda, da rede de relações entre *conceitos*, do nível cognitivo:

<<Legitimidade>>	<<Legalidade>>	
[+ ser] [+ ética] [+ moralidade] [+ direito consuetudinário] [+ usos e costumes] [+ subjetividade]	[+ dever] [+ direito] [+ justiça] [+ igualdade]	[+ fazer] [+ lei formal] [+ direito positivo] [+ judiciário] [+ objetividade]

Figura 5: *Legalidade x legitimidade – traços semântico-conceptuais*

À GUIA DE CONCLUSÃO

As relações detectadas no modelo semiótico construído e a estruturação semântico-conceptual formalizada, a propósito da oposição *legalidade x legitimidade*, mostram a insuficiência do conceito de *legalidade*, quando não articulado aos de *legitimidade, ética e política*; refletem uma ‘visão’ sociocultural de situações de conflito, ao longo do processo histórico, configuram uma *axiologia*, um microsistema de valores, sustentado no imaginário coletivo. Revelam, ao mesmo tempo, um *processo* em que a *significação* se estrutura em relações dialéticas, tanto no léxico da língua como em discursos manifestados, que sustentam valores políticos e socioculturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Aparecida. Estruturas e tipologia dos campos conceptuais, campos semânticos e campos lexicais. *Acta semiotica et linguistica*, v. 8. São Paulo: Plêiade, p. 95-120, 2000.

DUBOIS, Danielle *et al.* *Sémantique et cognition. Catégories, prototypes, typicalité*. Paris: CNRS, 1991.

GREIMAS, Algirdas Julien et COURTÉS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, p. 157-162, 1979.

GREIMAS, Algirdas Julien e LANDOWSKI, Eric (Orgs.) *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986.

PAIS, Cidmar Teodoro. Structuration du signifié: de l'analyse conceptuelle à la lexémisation. *Acta semiotica et linguistica (Revista Internacional de Semiótica e Linguística)*. São Paulo, v. 2, p. 372-337, 1978.

———. Les tensions et les parcours de production du processus sémiotique. *Acta semiotica et linguistica (Revista Internacional de Semiótica e Linguística)*. São Paulo, v.3, p. 103-123, 1979.

———. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Paris/Lille: Université de Paris-Sorbonne/Atelier National de Reproduction des Thèses, 1993.

———. O percurso gerativo da enunciação: produtividade léxica e discursiva. In: *Confluência, Revista do Departamento de Linguística da Unesp- Assis*, V.3. Assis, UNESP-Assis, v. 3, p. 162-181, 1995a.

———. Semântica conceptual, processos semióticos, significação discursiva. *Confluência, Revista do Departamento de Linguística da Unesp- Assis*, Assis, UNESP-Assis, v. 4, p. 175-186, 1995b.

———. Semiótica do direito e semiótica das culturas. *13.º Congresso of the International Association of Semiotic of Law/13.º Colóquio Internacional de Semiótica do Direito - Direito formal, contracultura e semiótica do Direito. (18 a 21 de agosto de 1997)*. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, p. 325-335, 1997.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

———. Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. Poulet, Jacques *et al.* (Orgs). *Textures. Cahiers du C.E.M.I.A. Recueil d'Hommage à Mme. Le Professeur Simone Saillard*. Lyon: Université de Lyon 2, p. 371-384, 1998.

———. Conceptualização, interdiscursividade, arquitexto, arquidiscursão. In: *Revista Philologus*. Ano 8, n.º 23. Rio de Janeiro, CIFE-FIL, p. 101-111, 2002.

———. Campos conceituais, campos lexicais, campos semânticos – da cognição à semiose. In: *Léxico, semântica e lexicologia. Cader-nos do CNLF*, ano VI, n.º 7. Rio de Janeiro, CIFE-FIL/UERJ, p. 72-85, 2003.

POTTIER, Bernard. *Théorie et analyse linguistique*. Paris: Hachette, 1987

———. *Sémantique générale*. Paris: PUF, 1992.

RASTIER, François. *Recherches en sémantique cognitive*. Paris: PUF, 1991.

———. Para uma poética generalizada. *Acta semiotica et linguistica*, São Paulo, v. 8, p. 445-470, 2000.

ESTRANGEIRISMOS E PALAVRAS ESTRANGEIRAS

José Pereira da Silva (UERJ)

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Os estrangeirismos da língua portuguesa: Vocabulário histórico-etimológico*. São Paulo: Humanitas; USP, 2003, 198 p.

O interessante livro do nosso grande e saudoso lexicógrafo e etimologista A. G. Cunha não tenciona trazer à baila todo o *corpus* de nosso vocabulário de origem estrangeira, mas demonstrar com a maestria que detém e com o prestígio que conquistou, uma metodologia segura para as novas gerações de lexicógrafos tão necessários para manter atualizado o registro do vocabulário de nosso idioma e de nossa pátria.

Como bem explicitou na descrição dos **objetivos** dessa publicação, que não teve a sorte de ver impressa por ter sido surpreendido pela inimiga dos viventes:

Nesta série de verbetes expusemos as características básicas que deverão ser obedecidas na elaboração do *Dicionário histórico-etimológico dos estrangeirismos da língua portuguesa*, que pretendemos publicar nos próximos anos. Esse dicionário, que será daqui por diante também referido pela sigla DHEEP – visa a contribuir para o progresso da nossa lexicografia. Nosso intuito aqui foi o de antecipar a sua publicação definitiva, e apresentar aos estudiosos algumas centenas de verbetes, ordenados de A a Z, a fim de que fique desde já estabelecida a metodologia adotada. Naturalmente, no caso de este estudo merecer a aceitação do público em geral, será preparada uma nova edição, onde se incluirão mais algumas centenas de verbetes (p. 5).

Nesta resenha, o que nos interessa prioritariamente é o que diz o próprio autor sobre a sua obra, visto que não teria sentido resgatar verbetes de um dicionário para tratar de seu valor e de sua contribuição para o uso da língua, visto que o espaço que se concebe para esse tipo de comentários não deve passar de três páginas sob pena de não mais poder ser bem caracterizado como resenha.

Registra-se, aqui o sumário do livro [que não foi preparado pela editora], para que os interessados possam saber o que contém essa pequena jóia da lexicografia brasileira:

À GUISA DE INTRODUÇÃO.....	5
1. Considerações preliminares.....	5
1.1 Objetivos.....	5
1.2 Amplitude do registro.....	5
2. Constituição dos verbetes.....	6
2.1 Estrutura dos verbetes.....	6
2.2 Título do verbe	6
2.3 Categoria gramatical.....	7
2.4 Critérios de registro das variantes.....	7
2.5 Línguas-fontes dos estrangeirismos.....	8
2.6 Definições.....	9
2.7 Etimologia.....	10
Letras especiais com diacríticos (tabela).....	11
3. Documentação histórica.....	11
3.1 Amplitude.....	11
3.2 Textos consultados.....	12
3.3 Edições utilizadas.....	13
3.4 Critérios de transcrição.....	13
4. Abreviaturas e sinais convencionais.....	14
4.1 Abreviaturas.....	14
4.2 Sinais convencionais.....	14
5. Conclusão.....	15
BIBLIOGRAFIA.....	17
DICIONÁRIO.....	47

Na verdade, o conceito de estrangeirismo registrado neste trabalho é bem interessante, pelo menos do ponto de vista da discussão que se travou de uns dois ou três anos para cá, a partir do projeto do Deputado Aldo Rabelo com a intenção de fazer decrescer a entrada de palavras estrangeiras aparentemente desnecessárias no uso corrente da língua portuguesa.

Conforme o conceito de estrangeirismo aqui registrado, pois as palavras que já se tiverem acomodado à grafia e gramática de uma língua é considerada estrangeirismo, mesmo que nela esteja há séculos, enquanto que as palavras que não conseguiram tal adaptação, são consideradas palavras estrangeiras, mesmo se forem provenientes do latim, como *curriculum vitae*, *campus* (da universidade), *pizza* etc.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No segundo tópico de suas considerações preliminares, diz A. G. Cunha:

Cumprido, de início, estabelecer a distinção que fazemos entre *estranheirismo* e *palavra estrangeira*. Assim, com efeito, consideramos *estranheirismo* aquela palavra que proveio de uma língua estrangeira (palavra esta que não pertence, portanto, ao nosso patrimônio latino) e que foi introduzida em português e nele perfeitamente adaptada. (p. 5).

Por outro lado, consideramos *palavra estrangeira* aquela palavra que, embora usada por alguns dos nossos escritores e, mais freqüentemente, na linguagem da imprensa, ainda não foi completamente adaptada ao nosso idioma. [...] Modernamente, com o desenvolvimento da informática, e a grande influência que os Estados Unidos da América do Norte vem exercendo em todo o mundo, muitas dezenas de anglo-norte-americanismos estão sendo freqüentemente usados, tanto na linguagem oral, como na escrita, os quais também não serão incluídos no nosso dicionário [...] (p. 6)

No tópico 2.5, dividido em sete subtópicos, fez-se uma bela síntese histórica da formação de nosso vocabulário de empréstimo, ressaltando-se o idioma principal em cada uma de suas fases: os galicismos e os provençalismos dos séculos XIII e XIV, os africanismos, asiaticismos e americanismos indígenas dos séculos XV e XVII, os italianismos do século XVI, os castelhanismos dos séculos XVI e XVII, novamente os galicismos dos séculos XVII a XIX e os anglicismos dos séculos XIX até agora, primeiramente provenientes da Inglaterra e, agora, dos Estados Unidos.

Outra marca importante desse trabalho é a seriedade com que se tratou a etimologia das palavras estudadas.

O objetivo do trabalho de Antônio Geraldo da Cunha foi plenamente atingido, visto que ele pretendeu dar uma orientação segura, através de uma amostra significativa, do que viria a ser o seu não concluído *Dicionário de Estrangeirismos*, que deve estar sendo preparado pela equipe montada pelo grande lexicógrafo às expensas da Editora Nova Fronteira, onde trabalhou intensamente até os últimos dias de sua vida.

ETIMOLOGIAS BEM-HUMORADAS

José Pereira da Silva (UERJ)

BUENO, Márcio. *A origem curiosa das palavras /ou dos significados. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, 259 p.*

Apesar de não se tratar de um livro técnico nem ter o autor a pretensão de etimologista ou de filólogo, estamos diante de um interessante livro que deve ser sugerido como leitura complementar para os estudantes e profissionais de letras, assim como o foi outrora a *Grammatica Portugueza pelo Methodo Confuso* do capixaba Mendes Fradique.

Além do bom humor e dos aspectos deveras curiosos arrolados pelo autor para explicar a origem das palavras, muitas das histórias arroladas pelo famoso jornalista são de fato correntes, apesar de muitas serem meras e descabidas invenções, apesar de apresentadas dentro de um contexto de verossimilhança que torna o trabalho deveras interessante.

Como o objetivo da seção de resenhas da Revista *Philologus* é divulgar os bons trabalhos que vem surgindo, partiremos para a descrição do conteúdo do livro, transcrevendo os argumentos que o editor publicou nas suas orelhas:

Por que razão chamamos profissional inábil de barbeiro, indivíduo que leva vida desregrada de boêmio, ônibus que circula em área rural de jardineira, escola para crianças de jardim-de-infância, uma ave muito consumida no Natal de peru, sanduíche de salsicha de cachorro-quente e dizemos, sobre um carro que se movimenta em ponto morto, que está na banguela? Um dos aspectos mais cativantes desta obra é a revelação das origens de palavras intrigantes como essas, cujos novos sentidos adquiridos não têm aparentemente qualquer relação com as acepções originais.

O autor mergulhou no assunto com muita disposição, trazendo à tona respostas objetivas, elucidando as questões ou, em alguns casos, apresentando as explicações mais plausíveis. A linguagem é leve, não acadêmica, mas respeitando fundamentalmente as conclusões dos principais estudiosos da área, tanto de português quanto de outras línguas românicas e também germânicas.

Foram devidamente estudadas as origens de palavras de formação recente, incluindo gírias, como são os casos de aloprado, azarar (no sentido de paquerar), brega, mico (na expressão pagar mico) e sarado. E também de outras, nem tão recentes assim, como biruta, conchavo, galeira, gato (no sentido de ligação), merreca, paquerar, porre etc. Foi descoberta uma relação muito curiosa entre o termo bárbaro e a palavra gringo, cujo significado seria uma espécie de vingança bárbara.

O autor não se deixou levar pela tentação de publicar como verdadeiras explicações fantasiosas, não apenas por respeito ao leitor, mas também por entender que a realidade costuma suplantar os produtos da imaginação mais criativa e delirante. Um caso exemplar é o da palavra *baderna*, que tem como base o nome da bailarina italiana Marietta Baderna. A história real é tão instigante que o verbete *baderna* tornou-se o mais extenso desse livro – Para Márcio Bueno, Baderna foi “uma Leila Diniz com mais de um século de antecedência”. De acordo com o autor de *A origem curiosa das palavras*, se a verdade é encantadora e apaixonante, não há porque tentar glamorizá-la ou então brigar com ela.

Márcio Bueno foi feliz ao “descobrir” que o homem sempre se interessou pela origem de tudo e não é diferente em relação à origem das palavras, razão de tantas lendas e de tantos livros que tentam explicá-la.

Na apresentação do livro, diz que só apresenta como verdadeiras as etimologias sobre as quais haja consenso entre os filólogos e etimólogos, dando apenas como prováveis as que ainda não contam com o juízo crítico desses especialistas.

As histórias que explicam a origem das palavras com determinados sentidos na língua portuguesa é que são interessantes para dar um sabor de lazer à leitura desse livro, assim como agrada ao leitor tomar conhecimento das palavras portuguesas que deram origem a palavras de outras línguas importantes para a cultura global, como o inglês, o francês, o japonês etc.

Quanto aos termos considerados chulos, não houve preconceito nem qualquer forma de discriminação. Foram explicados com os mesmos critérios utilizados para qualquer outro termo técnico ou comum na fala do brasileiro de hoje.

Gostaria de registrar aqui parte de um parágrafo em que, no meu conceito, o autor se valoriza ainda mais, quando afirma:

Um veio que procurei trabalhar, escarafunchando suas origens, é o dos regionalismos, das palavras que são correntes apenas em determina-

dos locais. Esses regionalismos parecem dar mais vida e beleza ao idioma, independentemente das brincadeiras que possam gerar ou até mesmo por causa delas. (p. 11)

Já no final do capítulo, compartilho com o autor do sentimento de auto-estima elevado com as informações sobre palavras ou expressões do português que hoje são correntes (com as devidas adaptações vernáculas) em diversos outros idiomas:

Não é segredo que o nosso idioma recebeu contribuições de diversos outros. O mais interessante, e que eleva nossa auto-estima, é descobrir que houve diversos termos que fizeram o caminho inverso – saíram do português e foram adotados por outras línguas neolatinas e também germânicas, orientais etc. São os casos, por exemplo, de *tank* (reservatório e carro de combate) e *command*, da língua inglesa, de *fêtiche*, do francês, e de *tempurá*, do japonês. Esses casos e muitos outros estão agrupados no capítulo **Influência Portuguesa**.

O capítulo sobre a **Influência Portuguesa na Língua Japonesa** também tem a mesma motivação, mas, como o livro não tem a pretensão de ser exaustivo, naturalmente, numerosíssimos termos ali existentes, de procedência principalmente brasileira, não estão registrados neste livro.

E acredito que podemos concluir esta resenha com a transcrição de sua quarta capa:

A ave que na língua portuguesa conhecemos como peru é chamada estranhamente de *turkey* [Turquia], em inglês, e de *dinde* [da Índia], em francês. Quais as razões dos nomes de três países diferentes, se não é originária de nenhum deles? Esclarecimentos de questões como essas se sucedem em todas as páginas do livro. No verbete ‘cuba-libre’, são revelados os interesses políticos que motivaram a criação da bebida e do nome. O autor não economiza nas explicações, indo muito além da origem etimológica em si. Ilustrado com diversas fotografias, nos permite conhecer tanto personagens históricos quanto objetos que deram origem a palavras que usamos no dia-a-dia. No capítulo **Influência Portuguesa**, um momento de elevação da nossa auto-estima – o autor brinda os leitores com palavras de várias outras línguas (em japonês são dezenas), que tiveram origem em nosso idioma.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Lingüística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 250 palavras, com indicação de três palavras-chaves e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOLOGUS

A/C de José Pereira da Silva

Rua Visconde de Niterói, 512/97

20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@uerj.br, pelo telefone (0XX21) 2569-0276, ou através da home page www.filologia.org.br/revista/